



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

TAINÃ AYNOÃ DOS SANTOS BARROS

Mulheres em “Nova Vida”:

Um estudo sobre moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE.

Recife

2016

TAINÃ AYNOÃ DOS SANTOS BARROS

Mulheres em “Nova Vida”:

Um estudo sobre moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Russel Parry Scott

Recife

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Jancide Pereira da Silva, CRB4-1262

B277m Barros, Tainã Aynoã dos Santos.

Mulheres em “Nova Vida” : um estudo sobre moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE / Tainã Aynoã dos Santos Barros. – 2016.

125 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Russel Parry Scott.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.

Inclui Referências.

1. Antropologia. 2. Desenvolvimento habitacional. 3. Habitação. 4. Mulheres. 5. Desigualdade. I. Scott, Russel Parry (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-252)

TAINÃ AYNOÃ DOS SANTOS BARROS

Mulheres em “Nova Vida”:

Um estudo sobre moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Aprovado em: 13/09/2016

Aprovada em 13 / 09 / 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr.º Russell Parry Scott – PPGA/UFPE
(Orientador)

Profª. Drª. Marión Teodósio Quadros – PPGA/UFPE
(Avaliadora titular interna)

Prof.º Dr.º Alexandre Zarias – PPGS/UFPE
(Avaliador titular externo)

No creo en brujas, pero que las hay, las hay.

(Dito popular castelhano)

À Mainha, Papai (in memorian), Tatato,
Iago, Thomas, Ana Carla (in memorian)
e às demais pessoas queridas que
porventura, sintam-se contempladas.

AGRADECIMENTOS

Ao sagrado feminino, que me orienta e me conduz a me manter firme no meu amor próprio e respeito comigo mesma e à minha condição feminina no mundo e no universo.

Ao poder superior, deus, enquanto amor, força que nos move e imprime liga aos seres e criaturas.

À minha mãe, que se reconheceu em minha condição e me ofereceu sua generosidade no amparo e cuidado em todos os momentos de suporte e apoio fundamentais à manutenção de minha vida.

Ao meu pai, que deixou seus legados, me orientando a ter caráter e postura diante da vida.

Aos meus irmãos, Tarcio André e Thiago André, pela compreensão e mão estendida na hora do apoio e no respeito à diferença que existe entre todos nós que compomos nosso seio familiar.

À minha tia Maria de Lourdes, amiga, protetora, compreensiva e afetuosa, que sempre fez muito mais do que pôde, com seu amor incondicional pelos sobrinhos e sobrinhas; bem como às outras mulheres exemplares de minha família: Conceição Angélica, Carla Saturnina, Joana Darque, Maria das Mercês e Juliana Granja. E ao meu exímio e sensível tio, Florêncio Ramos.

Às minhas amigas irmãs, por quem pauto toda a dignidade e empoderamento na minha vida, enquanto mulher, para servir de bom exemplo assim como elas são para mim: Thiara, Paloma, Andréa, Mariane, Júlia, Cinthia, Douglas (amigA, sim!), Alice, Tamar, Angélica, Louise, Jucy e Jailma.

À André Maturano, a quem sempre terei amor fraternal, por tanta delicadeza e amor no trato, diante dos meus piores momentos ao me deparar com as desconstruções de visões de mundo que possuía até então do desenvolvimento deste trabalho.

Ao amigo companheiro Vanderlei Carvalho, por tanto acolhimento, paciência e compreensão em nossas saídas para abstrair das dores da solidão e das crises típicas de cientistas sociais.

À Bruno Albertim, pela paciência e acolhida quando precisei, e por tanto afeto ao nos conhecermos no mestrado; pelo mesmo motivo de acolhimento, gratidão também à Anna Verena e Gabriel.

À família Braga de Melo, que me ofertou sua casa como lugar de paz, respeito, compreensão e amor, consolidando minha fé no caminho do bem, tão fundamental no meu processo de recuperação.

Ao professor Parry Scott, pela paciência de pai, e sorriso e olhos cheios de compreensão, afeto, respeito e amor sempre que nos encontrávamos para discutir os dilemas da pesquisa; bem como à Lady Selma e Paula Galvão, que me acolheram nos momentos de crise existencial com o perverso machismo, diante do pânico de se viver numa sociedade patriarcal.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico, pelo amparo e apoio à pesquisa.

À Iran Melo, pela disposição da amizade e da colaboração com a correção ortográfica e gramatical do trabalho, e Tiago Martins pelas acolhidas, companhia para as conversas na UFPE e entre lugares do Recife.

À todas as pessoas que deram força à minha mãe para que ela, chefe de nossa família, compreendesse e desenvolvesse empatia diante da minha condição depressiva quando eu mais precisei que isso fosse ofertado e que os diálogos e relações no núcleo familiar se horizontalizassem.

Às interlocutoras de pesquisa, cada uma das mulheres, que me ensinaram através de todos esses anos de pesquisa, o que é ser mulher e ir à luta apesar de todas as adversidades, e por toda paciência em me receber em seus lares dotados de muito significado e força.

Por fim, e em não menor ordem de importância, a todas as outras mulheres que um dia lutaram para que hoje eu soubesse ler, escrever e tivesse minha integridade física e psicológica minimamente garantidas e, graças a isso, tentasse trazer mais uma pequena contribuição nessa imensidão da luta do movimento feminista contra as mazelas do patriarcado. Se eu desistisse, não acreditaria no poder da luta do movimento, que se torna inegável diante de tudo que já passamos enquanto mulheres um dia, e que infelizmente ainda passamos, mas que segue sendo questionado pois estamos aqui na resistência cotidiana.

Que estas pessoas não esqueçam que eu as amo.

Gratidão!

RESUMO

A questão da moradia ainda é um problema para as classes populares no Brasil. Dentro desse contexto, é de se reconhecer que a moradia é uma preocupação maior ainda quando estas pessoas são mulheres, devido à típica divisão de gênero do trabalho, que atrela os homens à esfera pública da vida, e as mulheres à esfera privada, no âmbito reprodutivo, excluindo as mulheres de um processo de autonomia financeira. A mulher na figura de mãe, esposa, trabalhadora e dona de casa, se vê ainda entre uma realidade de vida aprisionadora. É nesse contexto que se encaixam as mulheres moradoras do conjunto habitacional Nova Vida, no bairro do João de Deus, em Petrolina, sertão pernambucano. Contempladas pelo programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, possuem uma realidade diferenciada no quesito moradia, pelo fato de a política do programa garantir a titularidade feminina em famílias com perfil de renda entre zero e três salários mínimos. No dilema de administrarem suas múltiplas situações de vida, desenvolvem várias estratégias e agenciamento frente às adversidades cotidianas, o que evidencia seus protagonismos na família, fato perceptível, sobretudo, nas residências de chefia feminina. As percepções e análises sobre a contemplação focando a garantia de posse do imóvel à mulher levantam várias questões, mas, a partir dos relatos das entrevistadas, fica claro que a contemplação é encarada por elas muito mais como um aspecto positivo e transformador em suas vidas do que o contrário, já que, a partir dessa conquista, muitas delas passam a desenvolver outras estratégias de vida para atingir os objetivos seguintes. Seus protagonismos dentro das famílias brasileiras mostra uma perversa configuração social, na qual as mulheres, em geral, encontram-se em situação de vulnerabilidade e exclusão social, tornando-se necessário que políticas públicas e sociais atuem no sentido de darem atenção a essa diferenciação social marcada pelo gênero, que quase sempre ocorre em prejuízo da mulher. Frente a um contexto de múltiplas dificuldades cotidianas, a casa e a contemplação pelo programa se apresentam, portanto, como um mínimo de reconhecimento da condição de vida precária da mulher brasileira, e, no contexto da pesquisa, pernambucana e sertaneja.

Palavras-chave: Mulheres. Moradia. Poder. Desenvolvimento. Desigualdade.

ABSTRACT

The issue of housing is still a problem for the popular classes in Brazil. In this context, it is recognizable that housing is a major concern when these people are women, due to typical sexual division of labor that links men to the public sphere of life, and women to the private sphere, in the reproductive sphere, excluding women from a process of financial autonomy. The woman in the mother figure, wife, worker and housewife, is still caught between a reality of imprisoning life. It is in this context that fit women residents of the housing project Nova Vida, in the neighborhood of João de Deus, in Petrolina, Pernambuco's backlands. Contemplated by the housing program "Minha Casa Minha Vida", these women have a different reality in the housing aspect, because the program policy to ensure women's ownership in families with income profile between zero and three minimum salaries. In the dilemma of managing their multiple life situations, these women develop various strategies and agency in the face of daily adversity, which shows its protagonism in the family, especially noticeable fact in the female head of households. Perceptions and analyzes of contemplation focusing on the guarantee of the house's possession to women, raises several questions, but from the interviewees' reports it is clear that contemplation is regarded by them more as a positive and transforming the lives of these women than otherwise, as from that conquest many of the contemplated start to develop other life strategies to achieve the following objectives. Their protagonism within the Brazilian households shows a perverse social setting, where women generally are in vulnerability and social exclusion, making it necessary for public and social policies act towards giving attention to this social differentiation marked by gender which often occurs to the detriment of women. Facing a context of multiple daily difficulties, the house and contemplation by the program are presented, therefore, as a minimum recognition of the precarious living conditions of Brazilian women in the context of research: pernambucana and backlander

Keywords: Women. Housing. Power. Developing. Inequality.

LISTA DE SIGLAS

PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
HPV	Vírus do Papiloma Humano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)
OGU	Orçamento Geral da União (OGU)
BNH	Banco Nacional de Habitação (BNH)
FCP	Fundação da Casa Popular (FCP)
SFH	Sistema Financeiro Habitacional (SFH)
FMI	Fundo Monetário Internacional (FMI)
ONU	Organização das Nações Unidas (ONU)
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)
SNH	Sistema Nacional da Habitação (SNH)
SHM	Sistema de Habitação de Mercado (SHM)
PlanHab	Plano Nacional de Habitação (PlanHab)
PNH	Política nacional de habitação (PNH)
PNDU	Política nacional de desenvolvimento urbano (PNDU)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
CUT	Central Única dos Trabalhadores (CUT)
CH	Conjunto Habitacional (CH)
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 CRISES, DILEMAS E SITUAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE PESQUISA.....	20
3 POLÍTICAS HABITACIONAIS E POLITICAS TRANSVERSAIS: MULHERES E MORADIA.....	33
3.1 ASPECTOS GERAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	34
3.2 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL	39
3.3 PROGRAMAS/POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E A QUESTÃO DA MULHER.....	52
4 DESCREVENDO A REALIDADE LOCAL DAS CONTEMPLADAS	72
4.1 PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO E AS MULHERES DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA VIDA	73
4.2 PROTAGONISMO FEMININO NA BUSCA POR MORADIA, E O BAIRRO DO JOÃO DE DEUS	83
4.3 PETROLINA E AS INTERLOCUTORAS DE PESQUISA	92
5 DAS CONTEMPLADAS E SEUS CONTEXTOS DE VIDA	95
5.1 AGÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE VIDA NO COTIDIANO DE “CASA-TRABALHO-FAMÍLIA”	96
5.2 PERCEPÇÕES SOBRE A CONTEMPLAÇÃO PELO POGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	109
5.3 PROJETOS DE VIDA	113
6 CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	119
ANEXO A – FOTOS	124

1 INTRODUÇÃO

A partir da investigação e abordagem antropológica para lidar com o objeto de estudo escolhido, este trabalho se lança na seara das ciências sociais e das políticas públicas buscando entender mais uma vez as questões de gênero, recortadas dentro da linha de pesquisa “Desenvolvimento, Poder e Desigualdade”, do Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco. A tentativa é de compreender as percepções de mulheres diante de ações institucionalizadas, desenvolvidas e executadas pelos governos e em suas várias esferas, quando estes, por sua vez, têm como foco de suas ações reduzir dificuldades imediatas de um determinado público a partir de aspectos específicos – no presente caso, a condição feminina e a questão do acesso à moradia. Mais especificamente, o objeto de estudo deste trabalho trata-se de mulheres contempladas e inseridas no contexto de moradia do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e as transformações ocorridas em suas vidas, bem como o reflexo disso nas relações de gênero dentro dos círculos sociais nos quais estas mulheres estão inseridas (considerando a influência e transformação de seus contextos de vida no que tange à família e ao trabalho) em decorrência do fato da contemplação.

A pesquisa atenta para componentes do recorte escolhido, que são, por sua vez, de suma importância diante do conjunto de aspectos sociais, culturais e morais que caracterizam a vida dos sujeitos e alvo das ações como: trabalho/renda, filhos, relacionamentos conjugais, relação de uso/ocupação/presença das mulheres com os espaços/situações de vida pública e/ou privada, etc., sugerindo a partir daí a necessidade de reflexão à respeito das dimensões de uma possível e real emancipação da figura da mulher, e como isso se dá/deu através de ferramentas criadas dentro de ações públicas institucionais (no caso da pesquisa, a titularidade feminina dada à mulher no imóvel subsidiado pelo PMCMV).

A proposta de observar o contexto social, cultural e econômico em que essas mulheres estão inseridas torna-se algo de elevada importância devido a influência que esses aspectos possuem quando do esforço na compreensão das concepções dessas atrizes e interlocutoras de pesquisa relativas às relações de gênero, no nível micro de suas relações interpessoais, sobretudo do que é vivido no âmbito doméstico e do que pensam quanto ao seu papel na sociedade, na família, e dentro de relacionamentos conjugais. É válido ressaltar, ainda, a atenção sobre a importância que alguns trabalhos das Ciências Sociais podem ter

(amplamente utilizados como bibliografia) quando norteadores em políticas públicas e sociais e ações governamentais pautadas num discurso desenvolvimentista – pensados em sua aplicabilidade prática e destacando, sobretudo, a antropologia e o fazer antropológico, como potentes agentes no atentar de questões subjetivas e culturais, e em contextos de interações e representações sociais de grupos em suas especificidades.

A titularidade feminina dada pelo PMCMV se destacou como uma especificidade que merecia atenção enquanto objeto de estudo, frente às demandas dos sujeitos sociais que sofrem com as desigualdades de gênero (no caso em questão, as mulheres), pois, desta forma, propicia a problematização por parte das pessoas, sobretudo de pesquisadores da área, quanto ao tradicional binarismo sexual da relação afetiva-conjugal “homem/mulher” e de famílias dentro de um padrão heteronormativo e patriarcal socialmente e culturalmente imposto, também ainda, sobre como as mulheres estão inseridas no contexto social ligado à moradia.

Para Scott (2005), algumas mulheres, antes de qualquer coisa, precisam se reafirmar enquanto tal, reconhecendo suas realidades de vida e as atribuições socialmente determinadas que desempenham em seus cotidianos com a finalidade de alcançar alguns patamares mínimos de sobrevivência, para depois virem a romper com qualquer essencialização da figura da mulher socialmente construída, pois, fora dessas afirmações, elas dificilmente conseguiriam alavancar socialmente, principalmente quando inseridas dentro de um contexto de vida social e financeiro mais precário. Esta compreensão é fundamental para pensar os contextos de vida das interlocutoras de pesquisa.

Como vítimas, em sua maioria, de contextos de exclusão na sociedade, torna-se importante identificar como pensam e o que pensam essas mulheres interlocutoras de pesquisa. A desigualdade entre os gêneros é inegável na vida social, sobretudo na América Latina num contexto político e econômico desenvolvimentista, pois o gênero feminino fica em situação de desvantagem em aspectos sociais e econômicos, a partir dos cargos ocupados e os tipos de cargo no mercado de trabalho disponíveis para as mulheres. Essa desigualdade persiste ainda que as mulheres possuam mesmo nível de escolaridade em mesmas áreas de atuação que os homens, mesmo com iniciativas pontuais de agências e órgãos internacionais de cooperação entre os países no combate às desigualdades.

Não é interessante corroborar com a ideia discriminatória de que “a casa é o lugar da mulher”, entretanto, é preciso reconhecer a realidade de milhares de mulheres que tiveram a vida construída, em maior medida que outras, sob os princípios de uma cultura machista e patriarcal, que as atrelam ao espaço privado de forma restrita. Araújo (2005, p. 47) diz que

“no final dos anos 80 as mulheres passaram a defender a igualdade não mais em nome da capacidade de se assemelharem aos homens, mas, sobretudo pelo direito de serem diferentes deles”, como forma de ampliar e terem respeitadas suas experiências de vida e conquistarem atenção para as diversidades presentes dentre os grupos de mulheres.

Segundo Maria Luiza Heilborn (1994, p. 01) “gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo”. Essa noção é importante para pensar as atribuições sociais ligadas ao sexo, que são atreladas à figura da mulher, de um modo geral. Devido às disparidades presentes entre os gêneros, é inegável a importância de que a mulher tenha a conquista de direitos e de bens, por isso a necessidade de estudar programas e políticas de habitação, no presente caso, que venham direta ou indiretamente, assistir à condição de desigualdade em que estão inseridas a maior parte dessas pessoas, mesmo quando o alvo das políticas ainda seja o bem da família como um todo.

Dentro desse debate, existe uma provocação, que embora ainda vá ser aprofundada nessa empreitada, já foi provocada e problematizada por Mariano & Carloto (2009, p. 905), em seu trabalho à respeito do programa Bolsa Família, gênero e combate à pobreza, no que se refere ao debate feminista à respeito das atribuições sociais ligadas à figura da mulher, quando as autoras questionam: “diante dos novos desenhos das políticas sociais voltadas para o combate à pobreza e dirigidas às famílias, uma antiga questão feminista deve ser retomada: qual é o lugar das mulheres na família e na relação com o Estado?”.

Há, de fato, por parte do estado, um reconhecimento da condição feminina ou apenas uma reafirmação desse papel essencializado da figura da mulher? Embora exista esse dilema acerca dessas políticas, é preciso superar esse status, e analisar, a partir do que já é concretizado pelas mesmas, sobre como as mulheres se valem desses fatos para se empoderarem ou potencializarem suas conquistas, daquilo que compreendem e elegem como itens componentes de suas qualidades de vida. São estas as principais questões que guiam a compreensão em torno do objeto de estudo deste trabalho.

A contribuição da presente investigação do ponto de vista epistemológico traz uma forma diferente de se ver e problematizar as políticas públicas nas Ciências Sociais, contribuindo como instrumento de análise das mesmas e seus sujeitos alvos, almejando a construção de políticas mais sensíveis e propositivas. A proposta não se prende a mais uma recorrente crítica às instituições, iniciativas ou governos, tão somente. Propõe-se, sobretudo, a partir da adoção de perspectivas metodológicas que sejam sensíveis quanto ao que pensam os

sujeitos alvo dessas ações, bem como levantar novos horizontes reflexivos para aqueles (as) que tiverem interesse pelo tema abordado neste trabalho.

No que tange à contextualização da medida que orienta o objeto de estudo analisado neste trabalho, a explanação inicia-se do fato do dia 8 de março de 2012, em que a então presidenta Dilma Rousseff sancionou uma medida provisória que garante à mulher a titularidade e prioridade à casa do programa em casos de separação conjugal. Esta resolução, nos casos de separação conjugal, é defendida acima do que versa e define o regime civil comum sobre a divisão dos bens do casal, que determina em 50% para ambas as partes. Na legislação do PMCMV, o homem-cônjuge só possui a titularidade do imóvel em alguns casos específicos, como na ocasião em que ele, em casos de separação, é que fique responsável pelos filhos do casal. A necessidade pela medida da titularidade feminina, contudo, antecede ao então pronunciamento e determinação da presidenta em 2012, proveniente da pressão dos movimentos de mulheres na luta pela ampliação de seus direitos, sobretudo do acesso à terra, discussão que se desdobrará nos capítulos seguintes deste trabalho.

Apresentando brevemente o contexto e alguns dados relativos à pesquisa, é importante descrever que a investigação ocorreu na cidade de Petrolina – PE, sertão do São Francisco, no bairro do João de Deus, no conjunto habitacional Nova Vida. Doze pessoas foram entrevistadas, entre 3 moradoras do bairro do João de Deus que não são contempladas pelo PMCMV, 1 cônjuge e 8 moradoras do conjunto habitacional Nova Vida.

Como graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, em 2013 iniciei uma pesquisa que buscava conhecer as trajetórias de vida de algumas dessas mulheres contempladas pelo MCMV, no mesmo conjunto habitacional da pesquisa realizada em 2015 (nesta última vez, como mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco), buscando compreender quais os significados atribuídos por estas moradoras às suas trajetórias de vida. A primeira pesquisa foi enquanto trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais, em 2013, já se valendo da Antropologia como disciplina norteadora para o processo de pesquisa devido à necessidade de se fazer, primordialmente, uma descrição densa da realidade, apenas, pelo caráter inicial de todo o processo e de minha formação– e entrevistou 8 mulheres moradoras do conjunto habitacional Nova Vida e 1 cônjuge. O baixo número de cônjuges entrevistados se dá pela declarada indisposição por parte da maioria destes homens em participar das entrevistas, bem como pelo fato de estarem ausentes de casa na maior parte das minhas idas, já que a maioria costuma trabalhar e buscar serviços fora de casa. As entrevistadas foram selecionadas a partir

da indicação de cada uma das interlocutoras com as quais diálogos iam se estabelecendo, tendo me concentrado muito mais em uma das ruas do Conjunto Habitacional (CH) Nova Vida, onde uma de minhas principais interlocutoras morava.

Partindo para uma descrição muito mais pessoal e subjetivo da experiência, usando da primeira pessoa no singular em minha fala, adiante, escolhi que as coisas funcionassem dessa maneira por saber que as entrevistadas identificariam muito melhor do que eu, mulheres dentro daquela realidade de vida que eu lhes apresentava quando falava à respeito do objetivo e proposta da pesquisa/estudo. Com boa vontade e satisfação, muitas delas me encaminhavam para casa de seus parentes, conhecidas, pessoas de liderança, dentro do conjunto habitacional, ou que foram lideranças nos movimentos de ocupação urbana antes de parte de alguns moradores se mudarem para o CH; e, assim, aos poucos fui tecendo/construindo uma rede de contatos com as interlocutoras de pesquisa.

Tentei manter o máximo de variação possível de perfis, buscando por mulheres solteiras, mães de família, e trabalhadoras, também donas de casa e mães solo. A diversidade entre as famílias dentro do CH é muito grande, entretanto, ainda predomina a quantidade de mulheres casadas, mas sendo bastante expressivo o número de mulheres assumidamente solteiras, chefes de família.

A investida ainda dessa temática como dissertação de mestrado vem a partir da necessidade de aprofundar mais ainda um olhar sobre uma política pública a partir do espectro da condição feminina, visando desenvolver uma análise mais aprofundada sobre parte de considerações subjetivas dessas atrizes de pesquisa sobre suas realidades de vida, e pontualmente de alguns atores (em geral, cônjuges das mulheres contempladas).

Definitivamente, a pesquisa e o processo de pesquisa, tornaram-se incrivelmente mais difíceis e complicados dentro da experiência do mestrado. Teria eu muitos aspectos para justificar o porquê disso, embora Roberto da Matta (1978) anuncie claramente o efeito do trabalho do etnólogo, por meio do *anthropological blues* como um resultado dessa condição, e que não exime o antropólogo urbano dessa espécie de “rebordosa compreensiva” – mas posso citar apenas que os mais desafiadores e reveladores foram, a princípio, minha experiência de morar fora da casa e do seio da minha família de origem e dos amigos de longas datas, pela primeira vez em vinte e três anos; ter experienciado um relacionamento problemático/abusivo, dentro e a partir do qual passei a questionar todo o seu modo de ser, devido às arbitrariedades com os valores do feminismo que eu começava a assimilar com

bastante força naquele momento, para minha realidade de vida, passando a me retirar desse relacionamento e a perder a ingenuidade fruto de uma criação machista e romantizadora de abusos; o desenvolvimento de um olhar antropológico aguçado como consequência de uma maior apropriação e, ao mesmo tempo, compreensão dos materiais desta área de conhecimento a partir das teorias e disciplinas do curso; viver numa metrópole, saindo pela primeira vez da lógica de vida interiorana, percebendo toda a sua dinâmica enquanto cidade e centro comercial, diante da riqueza de elementos para problematização, cheia de problemas, desigualdades e situações questionadoras. Em meio a isto, percebendo ainda as inúmeras estratégias de sobrevivência e qualidade de vida desenvolvidas pelas pessoas que ali viviam; e, finalmente, me perceber enquanto mulher adentrando à vida adulta na sociedade, ainda que num contexto bastante diferenciado do contexto de vida das interlocutoras de pesquisa estudadas por mim.

Toda a construção/consolidação do presente objeto de pesquisa no mestrado não é nada fácil e tranquila. A solidão, o medo e a insegurança diante do novo e a saudade causada pela distância das pessoas queridas me colocaram em dilemas extremamente desestabilizadores. Esses processos, somatizados, desencadearam em mim algumas crises depressivas durante o processo de pesquisa e na realização das entrevistas, inclusive no momento de incursão ao campo, devido à necessidade de manter pungente a vivacidade daquela que se reconhece nele a partir do contato com o campo/objeto de estudo por meio do exercício da alteridade; e da experiência de sair de casa, morar numa outra cidade e de observar a vida numa metrópole como *outsider*¹, no sentido de ser demarcada pela diferença, ou se colocar como diferente do outro (de fora), para uma melhor apreensão daquela realidade tão diversificada. Comportamento esponjoso, pois observar é também absorver.

O exercício da problematização diante das questões de campo que, aos poucos, surgiam foi difícil e insustentável durante alguns meses, tendo eu ficado parada quanto a isso até iniciar tratamento psicoterapêutico e psiquiátrico, desenvolvendo estratégias de adequação na vida da maneira como ela é, no sentido das estruturas da sociedade da qual faço parte (elitista, patriarcal, racista, capitalista, misógina e excludente), tomando a consciência de que estas estruturas não são cristalizadas/estáveis como da maneira que alguns supõem/idealizam que seja. Apenas nessa experiência, é que verdadeiramente senti o peso e o tamanho do

¹ Estigma dado a pessoas de grupos que não são hegemônicos e que contestam a hierarquia de poderes. O que propõe uma observação diferente do que está socialmente posto. Fortemente ligado à ideia de transgressão (ELIAS, 2000).

desafio em que havia me lançado, e a nova fase que começava a “tomar corpo” na minha vida. Depois de muito tempo, passei a me perceber num processo de extrema desconstrução, compulsividade, e forte desesperança com a vida através de um comportamento destrutivo e rebelde, já que, na minha vida, naquele momento, tudo convergia muito mais a probabilidades de piores mudanças e revelações possíveis da vida, do que o contrário.

A consciência de minha condição no mundo enquanto mulher passou a ser um empecilho nos meus relacionamentos após todas essas crises depressivas, pois me sentia fraca demais e com coisas muito importantes na minha vida, enquanto mulher, para pôr em risco naquele momento, sabendo eu que relacionamentos conjugais eram para mim, sempre problemáticos, questionadores e desestabilizantes devido à quantidade de questões em que minha mente passava sobre essa situação existencial, e pelo meu contato constante com as discussões da área. Um torturante processo consciencioso de ser mulher, vivente e pesquisadora feminista.

De fato, talvez eu tenha menosprezado ou achado tudo sob controle em 2014, da minha chegada ao Recife, sobretudo por uma questão de que bastei meu bem-estar com o fato de estar minimamente livre de preocupações financeiras, aspecto no qual me encontrava bem subsidiada graças ao apoio e financiamento de pesquisa que recebi, entretanto, a carência pela ausência dos laços afetivos dos amigos e da família, não estava sendo suprida, e eu pouco atentava para isso, já que toda a minha família e amigos moravam a grande maioria em Petrolina e Juazeiro, minhas duas cidades de origem – e eu apenas queria, obstinada e compulsivamente, conhecer o novo diante de uma metrópole movimentada e cheia de pessoas, coisas e lugares diferentes nunca vistos, experienciados e sentidos por mim.

Passei pelo que considero as piores (no sentido de mais dolorosas) desconstruções possíveis, pelo processo de desencantamento com o mundo, e de alguma maneira precisei me reinserir de fato nas engrenagens que movem nossa sociedade e que estrutura nossa condição/existência humana no mundo, doloroso processo e de intenso choque de realidade. Apesar de todas essas questões, sinto que o processo é gradativamente revertido pela sensação de realização e superação diante de cada linha escrita dessa dissertação de mestrado, confesso! – que se apresentou, até o presente momento, como a experiência mais reveladora sobre a vida, não só em termos de reflexão teórica e investigativa, mas por todo o olhar treinado com o qual pude apreender e refletir sobre uma série de acontecimentos e

comportamentos dentro da sociedade da qual faço parte, ainda que isso tenha custado a perda de grande parte de minha ingenuidade (para o bem e/ou para o mal).

Adiante, dá-se cabo aos aprofundamentos acerca do objeto de estudo, minha relação enquanto pesquisadora com o mesmo, e as situações emaranhadas de todo o processo de pesquisa.

2 CRISES, DILEMAS E SUBJETIVIDADES DECORRENTES DO PROCESSO DE PESQUISA

No que diz respeito ao processo de pesquisa e às situações em que me vi em dilemas tanto pessoais quanto como pesquisadora/profissional, devo dizer que as experiências de vida e o arcabouço teórico no primeiro ano do mestrado acadêmico me fez refletir sobre muitas situações naquele momento. Com a quantidade de informações que surgiram em minha mente, pressões e responsabilidades, sofrendo de ansiedade e da necessidade de compreensão e acolhimento das pessoas, tive que recorrer à psicoterapia e ao tratamento psiquiátrico com uso de ansiolíticos e antidepressivos para que a situação não saísse do controle e eu não desenvolvesse mais pessimismos ainda diante da vida e chegasse a tomar atitudes radicais em decorrência de uma desilusão desestruturadora.

Com a psicoterapia, a ajuda dos amigos e a resolução de muitas questões e conflitos da vida pessoal e do plano psicológico e espiritual, o falecimento de Vitória (pseudônimo), minha principal interlocutora de pesquisa; e demais outras questões; alguns pesos e problemas relacionados também a um sentimento de impotência diante do mundo e da vontade de ajudar as pessoas – muitas aflições – passaram a ser sanados e aliviados quando pude pensar com mais calma, profundidade, serenidade e discernimento sobre a vida e sobre as questões de pesquisa, compartilhadas e compreendidas com muito respeito e amparo, por parte do meu estimado e acolhedor orientador de pesquisa Russell Parry Scott, com quem através de seus conselhos consegui sobreviver resistindo a todas aquelas aflições, dores e inquietações que surgiram com a chegada da pesquisa de campo naquele momento.

Decerto, todas essas situações influenciaram no rumo que optei por seguir para que essa dissertação e os resultados de pesquisa tomassem, pois diante da gravidade dos contextos sociais e culturais e econômicos que observei, num contexto de forte desigualdade econômica, essa dissertação passou a ser tida como uma questão de honra com relação a seu fim/conclusão, ao meu empoderamento enquanto mulher.

Mais do que um documento acadêmico, produto argumentativo-reflexivo de uma pesquisa, essa dissertação, a partir deste tópico, é também uma forma de reafirmar como os pesquisadores, sobretudo pesquisadoras, estão inseridas no processo de pesquisa, e como a vida costuma funcionar para a maioria de nós que nos encontramos numa condição feminina,

quando muitas tendo que sair dos nossos lugares de origem, sem apoio e sem rede de contatos e proteção nenhuma para se estabelecer num lugar desconhecido, e enfrentarmos duros processos na busca por mais conhecimento, independência, titulação e maior reconhecimento profissional.

Durante todo esse tempo, passei também a estudar fotografia e algumas outras produções dentro da área de audiovisual, como forma de complementar e aliar essas áreas à minha formação acadêmica, e, assim, tive que aprender a lidar com as sensibilizações proporcionadas em mim provenientes desse exercício artístico, que foi algo que passou a despertar grande sensibilidade também para a minha percepção dos contextos a uma perspectiva social-imagética, tendo também cursado disciplinas de antropologia visual, produzido uma exposição fotográfica sobre gênero e estágios depressivos e melancólicos ligados a uma condição feminina (que foi a maneira que encontrei para chamar atenção e encontrar apoio e amparo ao me perceber em depressão), e uma série de outras ações de cunho feminista/contestatório e subversivo, utilizando da fotografia também para pensar sobre a vida cotidiana num grande centro urbano.

A experiência da pesquisa de campo para mim, e da empreitada do mestrado, entram em minha vida como um marco da quebra do *status quo* sobre a compreensão e estilo de vida que eu concebia, até então, sobre minha condição feminina. Da preocupação latente de manter uma extrema vaidade e apego a um cabelo e aparência impecáveis, sorrisos sempre doces e cativantes, unhas sempre feitas, e namorados como questões de primeira necessidade na minha vida, tudo isso passou a sofrer uma intensa modificação no sentido de provocar em mim um período de desobrigação quanto a ter que cumprir e seguir esses padrões depois de uma intensa decepção amorosa, reflexões sobre relacionamentos passados, e revelações sobre a sociedade tão desigual como a que eu faço parte, por meio de desconstruções e críticas feministas; ainda que eu insista em continuar seguindo e me afirmando a partir dessa árdua condição feminina no mundo até hoje, por ser a que me identifico. Entretanto, é inegável afirmar que esta se encontra agora fortemente reelaborada graças aos meus processos de agência e desenvolvimento próprio de estratégias de vida para alcançar meus objetivos, ainda que seja um processo igualmente difícil e cotidiano.

Hoje, essa postura feminina é muito mais diferente e muito mais guerreira/insurgente se comparado a antes, embora ainda resiliente, devido à consciência existente quanto às limitações de ter que comeder a rebeldia ao me deparar com situações que sei que não são

mais fortes do que toda a estrutura que as abarcam. Tudo isso me faz hoje uma pessoa, sobretudo mulher, mais consciente. Tornei-me consciente, e frutifiquei/flori no sentido de expor toda a minha necessidade de transformação na sociedade, quando esta ocorre no sentido “mulher -> mulher”, na luta contra o machismo, patriarcado e a misoginia, ao analisar os aspectos de dimensões mais micro possíveis das relações cotidianas.

Objetivamente falando, digo que passei a ter uma perspectiva e um direcionamento de abordagem empoderadoras ao máximo possível nas minhas relações com outras mulheres, desde mãe à amigas, e até mesmo com demais mulheres em situações corriqueiras da vida. Tudo isso pela crença no despertar do outro através do exercício da sensibilização, da empatia, por meio do componente afetivo das relações sociais e da resiliência, como fortes instrumentos revolucionários e de transformação social, somado a todo conhecimento adquirido tanto na academia, quanto nos tantos outros espaços políticos de formação, acadêmicos ou não.

Tendo sido iniciado em março do ano de 2015, considero que, na realidade, me vindo a campo não só remetida à uma nova pesquisa, agora vinculada ao mestrado, mas também como uma espécie de retomada de todas as minhas outras idas durante o ano de 2013, pois, pela afinidade que construí com meu campo de pesquisa desde o momento em que eu o estabeleci como tal, não me desvinculei dele tampouco das mulheres que conheci ali, mesmo tendo passado um ano e meio afastada daquele lugar e da vida daquelas pessoas. Mesmo tendo ido à campo um tanto sem entusiasmo pelas coisas e crises da vida pessoal que me acometiam emocionalmente naquele momento, as interlocutoras de pesquisa com quem tive contato em 2013, pareciam bem mais acostumadas aquela realidade, obviamente, do que quando nos relacionamos naquela data. Algumas haviam se separado dos maridos, outras o marido houvera falecido, e outras seguiam trabalhando e cuidando da família, como quase sempre fora.

Minha principal interlocutora de pesquisa, desde o primeiro momento em que comecei a estudar esse objeto de estudo, embora com recorte nas trajetórias de vida das moradoras na busca por moradia, era alguém que havia sido vizinha da minha residência, que morava na mesma rua em que resido ainda, próxima e conhecida da minha família (embora não tanto, até então), que foi, inclusive, através de quem passei a conhecer o conjunto habitacional Nova Vida e suas tantas outras mulheres moradoras. Logo que ela foi contemplada no sorteio das

casas do PMCMV, veio até nossa casa (minha e de minha mãe) dar a notícia sobre a contemplação, nós que éramos as duas pessoas mais próximas dela das vizinhas da rua.

Esta antiga moradora, ex-vizinha e de contatos estreitos com minha família, a quem me refiro através do pseudônimo de Vitória, veio à óbito no final do ano de 2015 em decorrência de uma série de cânceres que foram progredindo e agravando sua situação de saúde, não só fisiológica como também emocional. Nessa situação, que coincidiu com o período do meu processo de pesquisa de campo para o mestrado, acompanhei todo o seu processo de adoecimento e dilemas pessoais e emocionais, de separação conjugal e suas aflições sobre o porquê tudo aquilo lhe acometia de uma vez só, tendo ela cinco filhos para cuidar (o mais velho com dezesseis anos, na época, e a mais nova com cinco, que era a única que tinha pai vivo e família paterna presente). Então, nas visitas que lhe fiz, não pude manter apenas a postura de pesquisadora, pois ela estava sempre recorrendo ao meu suporte pela relação estreita que nós duas tínhamos.

No processo de adoecimento de Vitória, tive que ir lhe buscar de carro inúmeras vezes, para levá-la ao hospital em urgências (já que ela e sua família não tinham transporte próprio), e ficando vinculada a ela como pessoa próxima da família, na rua em que ela morava. Embora eu não pudesse e nem quisesse deixar de ajudá-la, acabei tendo que abandonar a rua que ela morava nas entrevistas da pesquisa, pois era muito comum as outras moradoras me encontrarem e se remeterem sempre à situação de saúde de Vitória, bem como de questionarem sobre minha vida pessoal a partir disso, e saber meu grau de proximidade com a vizinha delas (o que só passou a ser um problema quando percebi que elas estavam desviando atenção da pesquisa para tratarem dessas questões pessoais).

Sempre que em grupo tocávamos nesse assunto, essas moradoras evitavam falar de seus problemas, devido ao peso da carga emocional de encarar aquela realidade tão dura e severa extremamente ligada a uma condição feminina em comum, já que todo o câncer que Vitória desenvolveu começou de um HPV² que, segundo ela, havia sido contraído de seu marido, já que este tinha uma vida extraconjugal bastante inconsequente e desregrada.

O processo de compreensão e constatação da condição feminina passa pela apreensão de todos esses fatos e acontecimentos relatados e experienciados por mulheres, que somados nos dão conscientização forte e plena do que é estar/padecer dessa condição. Dentro dessa realidade, quando me vi inserida também como vítima dessas opressões, quando me reconheci

² O HPV é o Vírus do Papiloma Humano, a mais comum das infecções sexualmente transmissíveis.

na condição do outro, ainda que não exatamente igual, o pânico se multiplicou, e tudo mais passou a se complicar, porque pensando nos comportamentos de grupo, sabemos que muitas dessas ações nós (antropólogas, feministas, mulheres conscientes, e não só) podemos lidar com certa previsibilidade sobre sermos acometidas. Não foram poucas as situações que evitei por já deduzir/antecipar como terminaria, e que eu, ao ponderar, me via em probabilidades muito mais de perder do que ganhar/somar nesse conjunto de experiências.

Ao lidar com tantas situações complicadas, compreensões da realidade de vida da maioria das mulheres brasileiras e a condição sócio-econômica-cultural das mesmas, rompimentos, problemas familiares e uma série de desconstruções (provenientes da associação do arcabouço teórico da disciplina à experiência de vida e a observação constante do novo, pois nunca havia saído para morar em outro lugar que não fosse minha cidade de origem), entrei em crises depressivas por não saber como operacionalizar em minha vida tantas demandas, obrigações, medos, pressões e informações, tudo isso somado a um enorme pessimismo, pois tudo convergia para horizontes negativos tanto na minha vida, quanto nas situações em que eu estava em contato com outras mulheres. Essa situação piorava sempre que lia sobre as variadas formas de violência cometidas contra a mulher, e quando me dava conta de como atuavam os micropoderes da dominação masculina, do simbólico ao mais escancarado dos atos/gestos machistas, sexistas, opressores.

Entreí num movimento de recusa dessas atitudes, na tentativa de me blindar, entrando em conflito com muitos amigos do gênero masculino, e passei a ter um comportamento extremamente transgressor em decorrência de tudo isso. Quando cansada de lutar contra essas questões, passei a me isolar dentro de casa, e tudo isso me gerou um processo reflexivo e comportamental mais pessimista e depressivo ainda, pois entrei em pânico ao perceber que não havia como viver uma vida sem me deparar com essas formas de opressão direcionadas a mim, enquanto mulher, e que mesmo dentro de casa, eu podia ser acometida por essas opressões. Para me salvar e fugir dos recorrentes pensamentos de morte que surgiam em minha mente, através da psicoterapia, e da mudança do meu modo de vida, muitas coisas foram modificadas na minha vida, no meu modo de pensar, também graças ao exercício reflexivo da relativização, dos próprios ensinamentos que as experiências de vida de muitas mulheres das classes populares em trabalhos das ciências sociais têm para nos ensinar sobre força contra o machismo, articulação com outras mulheres e uma maneira simples de se levar a vida; passei a compreender melhor ainda as situações que vivenciei em campo, e alguns

discursos e justificativas das mulheres entrevistadas frente a uma série de questões que eu fazia a elas.

Movida por um profundo desejo de me tornar independente, tanto financeiramente como emocionalmente, levei obstinações à frente, com uma série de compreensões e conceitos bagunçados e mal esclarecidos em minha mente, a respeito do que uma mulher precisa fazer para se aprender a viver em equilíbrio e em condições mínimas de sobrevivência (de acordo com seus valores, obviamente), pela falta de experiência de vida e proveniente de uma educação machista, colonizadora e castradora que recebi. Foi quando eu entendi o sentido de redes e estratégias de vida, tão utilizados e explanados nos estudos de gênero, sobretudo nos estudos sobre mulheres.

Ainda que hoje eu perceba todas as redes de cooperação que inconscientemente acabei desenvolvendo durante a minha vida, desde pequenas estratégias que eu desenvolvia pensando como faria, por exemplo, para convencer minha mãe, na adolescência, a me deixar sair para alguma festinha no final de semana com amigas – até sobre questões da vida adulta, que dizem respeito, por exemplo, a sobre como iria sobreviver numa capital longe de amigos, família, pouco dinheiro e, por opção, sem namorados (pois recentemente tivera terminado um relacionamento de 4 anos com um antigo companheiro), como no momento do mestrado. Foi a partir de então que passei a entender como funcionava e no que implicava minha identidade de gênero. Todas essas atitudes foram visando alcançar determinados lugares de chegada, e é assim que funciona com todas as pessoas, ou pelo menos com a maioria delas, entretanto as mulheres estão inseridas num contexto de maior desigualdade, devido ao machismo que nos atinge de maneira bem mais profícua e severa.

Esse é o ponto em que mais se prende a análise dessa dissertação, pois diante dos resultados de pesquisa, é impossível não reconhecer que as interlocutoras de pesquisa, são, sobretudo, mulheres que lutam por sua sobrevivência e maior qualidade de vida, se dividindo entre as responsabilidades de casa, com os filhos e a família, com maiores dificuldades de acesso à escolaridade e renda, e péssimas ofertas de cargos e ocupações no mercado de trabalho.

Todos esses relatos foram feitos por mim no sentido de trazer à tona como foi todo o processo de me dar conta da realidade predominante da sociedade na qual estou inserida, e minha condição no mundo, para pensar de maneira reflexiva e até de alguma maneira relacional, a condição das mulheres pesquisadas por mim na sociedade em questão. Sem esse

paralelo, uma pesquisa antropológica apresenta-se absurdamente cheia de friezas e indiferenças.

Sendo assim, as principais questões que podem ser feitas sobre esses conflitos e constatações de um processo de desconstrução e análise científica de um contexto, são no sentido de saber: que tipo de compreensão podemos ter correlacionando a antropologia com sua instrumentação teórico-metodológica e a prática da pesquisa de campo? Qual a importância de relatar todos esses processos ocorridos durante a pesquisa de campo (sem falar das experiências vividas no primeiro ano do mestrado)?

O que ocorre desses acontecimentos é que a Antropologia, com as ferramentas analíticas e de compreensão que oferece, tanto por meio da teoria, quanto a partir da formação e demais postulações/constatações que vem das discussões lançadas nas salas de aula em universidades, nos espaços políticos e de debate, em grupos de estudo e pesquisa, com textos, monografias e obras/textos clássicos da área, aliados à compreensão do fazer etnográfico – forma pesquisadoras(es) e estudiosas(os) da área, de modo que desenvolvam seus estímulos de compreensão da diversidade dentro do universo de uma determinada realidade social (em busca das múltiplas e variadas realidades sociais), com certa autonomia – por permitir que o/a mesmo/a não fique preso a técnicas de pesquisa apenas – e, como único elemento para o fazer etnográfico, um olhar treinado para a observação de um determinado contexto; desenvolvendo suas próprias estratégias de perceber e sentir os contextos e interlocutores(as), bem como de se inserir no campo, e lidar com situações das mais imprevisíveis e complicadas possíveis nesses espaços.

Essa espécie de simbiose que ocorre entre a subjetividade do(a) pesquisador(a), o conhecimento teórico da disciplina e de outras disciplinas (como a sociologia, por exemplo) e a realidade recortada para estudo, permite que tenhamos uma compreensão sobre a noção metodológica de pesquisa na disciplina antropológica, que suplanta qualquer postulação que aja no intuito de reduzir a disciplina a meras técnicas de entrevista e coleta de dados ou dispensa de contato com a formação teórica e do processo da pesquisa de campo e a vivência proporcionada por esta.

Peirano (1995) contribui bastante para esse debate em seu trabalho intitulado *A Favor da Etnografia*. Essa compreensão apresentada anteriormente perpassa pela discussão sobre a consolidação do status quo e de definição do objeto de estudo da disciplina e sobre o ponto em que se diversifica da sociologia, sua disciplina de origem. A autora afirma que, para

alguns, a antropologia tem sido, por isso, teoricamente parasita, apenas testando as generalizações frequentemente etnocêntricas de outras disciplinas na base de casos investigados mediante a utilização do método etnográfico. Entretanto, a autora vai mais além e demonstra como as contribuições vieram a partir dessas experimentações e verificações – por parte da antropologia – dos grandes esquemas de compreensão sociológica a respeito das sociedades, de modo geral:

Por outro lado, como o observador é parte integrante do processo de conhecimento e descoberta, pode-se dizer, como já se fez anteriormente, que na antropologia não existe fato social, mas ‘fatos etnográficos’, salientando que houve seleção no que foi observado e interpretação no relato. [...] Florestan Fernandes pensava como um antropólogo quando, nos idos de 1950, foi demitido de uma pesquisa dirigida por Donald Pierson por haver contestado a orientação de explicitar antecipadamente as hipóteses teóricas que orientariam a análise de cada documento etnográfico. Isolar um fato antes de chegar ao significado da totalidade do contexto empírico era uma violência para Florestan, visão pela qual ele pagou caro, ao ser alvo de outra violência. (PEIRANO, 1995, p. 16)

É exatamente neste ponto em que as duas disciplinas se diferenciam e que, ao mesmo tempo, se imbricam/misturam, muito próximo da ideia de Geertz (1989), que propõe, de um modo geral, ao pensar uma disciplina antropológica interpretativista, que busca significados. A prática etnográfica, nesse sentido, é o que mais caracteriza a análise antropológica. A preocupação principal foi de permitir que aquela realidade pudesse se mostrar com todas as suas diversificações, de maneira a lançar novas questões, novas provocações, por meio da descrição etnográfica, a partir dos relatos daqueles sujeitos e da observação daqueles contextos de vida.

Outras dificuldades e choques vieram também a partir do momento da compreensão e constatação da cidade e seus vários elementos constituintes, tendo como o principal, a reunião de atividades econômico-financeiras do capital muito mais fortemente em sua organização, com as pessoas envolvidas/aprisionadas em grande parte do seu tempo nesse modo de vida capitalista e produtivista, ligadas a um modelo econômico que exclui e traz desigualdades, como explica Harvey.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2012. p.74).

Embora eu vivesse em uma cidade de porte médio antes de adentrar ao mestrado, e fortemente influenciada pela globalização devido à economia local, ter a experiência de morar num grande centro urbano num momento tão ímpar me mostrou mais claramente como as grandes corporações e o capital privado estão inseridos com maior força nesses lugares.

O mais interessante foi só conseguir perceber uma cidade e seu funcionamento sócio-econômico-político e cultural, saindo do meu lugar de origem, que parecia mais casa do que objeto de estudo, pois, antes de ir embora, eu nunca houvera olhado-a nesse sentido. Assim, comecei a escrever crônicas e a elaborar narrativas visuais fotografando, retratando situações da vida cotidiana na capital, como forma de me apropriar melhor das características e configurações desses centros urbanos, como produto também das experiências de leitura da antropologia urbana, e também como forma de dar vazão e compartilhar com outras pessoas nas redes sociais, sobretudo, tudo que eu estava vivendo e sentindo naquele momento de vivência, principalmente das categorias e leituras feitas a partir da antropologia urbana.



Foto autoral, do projeto também pessoal autoral intitulado: Velma Viu a Vida.
(Facebook.com/velmaviuavida)

Foi nesse momento quando surgiu um projeto pessoal intitulado “Velma Viu a Vida”. Inspirado no personagem do desenho animado Scooby Doo³, Velma é uma investigadora/detetive que levanta questões a partir de mistérios que ocorrem na trama, diante de vestígios, pistas, questionando as obviedades das situações narradas na trama. O projeto é pautado por uma personagem de criação artística autoral, minha, que trazia a luz para essas situações do cotidiano.

Através da arte, pela imagem, me sensibilizei bastante, e a partir disso fui me dando conta da mistura de aspectos e características de que são feitos e se fazem constantemente os grandes centros urbanos, seja de comércios e iniciativas formais, ou não bem como de modos de morar, e as diversas relações travadas pelas pessoas nesses espaços. Essas compreensões somadas me permitiram desenvolver inúmeras narrativas imagéticas que posteriormente me levaram a um maior aprofundamento também na atividade fotográfica, paralelo à realização do mestrado, ainda que de maneira informal, devido à necessidade de traçar um “plano b” profissional, pela incerteza e ausência de segurança do mercado de trabalho para o cientista social e antropólogo ao final do mestrado, sem a obrigatoriedade de ter que fazer um doutorado logo em seguida apenas pela necessidade financeira de manter o rendimento da bolsa que não é algo de menor respeito e legitimidade.

A informalidade de vendedores de frutas, lanches, bijouterias, e equipamentos eletrônicos nas barraquinhas pelas ruas do centro do Recife, e dos prédios antigos entre prédios novos, modernos e espelhados, me faziam pensar numa cidade com uma configuração muito híbrida culturalmente e economicamente, ainda que “atropelada” pela presença intensa do capital privado e do forte mote desenvolvimentista no país, principalmente depois de governos que fomentaram iniciativas e políticas fortemente voltadas para ampliação do consumo que ampliaram o poder de compra do brasileiro. A correria/urgência da vida entre as pessoas, a falta de cumprimentos, saudações e interações (coisas simples como um “bom dia”) me trouxeram certo banzo em decorrência de minha condição interiorana, pois cresci envolvida em relações mais intimistas e de maior familiaridade no sertão pernambucano.

Desse impulso, veio a necessidade de perceber como estudar e lançar um olhar antropológico, a partir de/sob um contexto urbanizado, sobretudo inserida dentro dele. A obra de Oliven (2007), pensando mais próximo agora da importância de um olhar sobre a cidade,

³ Desenho animado estadunidense produzido pela Hanna-Barbera e criado no ano de 1969 por Iwao Takamoto.

tem uma problemática bastante abordada em seu trabalho que pode ser pensada também para este trabalho e que me guiou metodologicamente no processo de pesquisa. O autor discute questões relativas a uma antropologia de grupos urbanos. Então, diante dos levantamentos feitos pelo mesmo, como deixar de considerar a cidade quando esta se apresenta como pano de fundo e o centro dos acontecimentos do presente objeto de estudo? Até que ponto ela influencia na configuração do objeto de estudo desta pesquisa? Como pensar uma antropologia feita nesse meio, sobretudo se lembrarmos que o recorte específico dessa pesquisa envolve uma política pública habitacional que desenha e configura também o cenário urbano de modo impositivo (já que as moradias vêm prontas, e em formato único) ?!

Segundo Oliven (2007, p.17), é feita uma antropologia na cidade, e não da cidade, já que o urbano seria tudo que ocorre no interior de cidades. Esta, por sua vez, se apresenta como uma variável explicativa, pois é vista como uma potência social capaz de gerar através de sua influência as mais diferentes consequências na vida social.

O autor afirma ainda que “para ser uma boa antropologia no estudo de sociedades complexas, é necessário ir à raiz dos fenômenos que estuda sem ter receio de desafiar tabus e conhecimentos consagrados” (Oliven, 2007, p.17). Essa imersão é possível, para ele, através da observação participante como forma de perceber como a cultura dialoga e/ou está envolvida quanto às contradições de uma sociedade complexa.

O autor aponta ainda que o estudo de contextos urbanos, coloca de saída a questão da utilização de métodos, técnicas e teorias da antropologia no estudo dessas sociedades, como aliados dentro de um cenário onde a configuração social presente é extremamente diversificada (Oliven, 2007). Estas ponderações de uma antropologia urbana são extremamente pertinentes para pensar o objeto de estudo desta pesquisa, pois a cidade é o lugar onde todas essas representações, conquistas políticas, relações sociais, e etc., se dão (no que se refere às mulheres, à política do PMCMV e vários outros temas que permeiam essa discussão).

Neste momento do texto, cabe ressaltar as orientações de Malinowski (1986), na busca pelos dados, para o processo de pesquisa. O autor aconselha que o etnógrafo possua um bom treinamento teórico e que esteja familiarizado com os mais recentes resultados referentes à temática que está sendo pesquisada, embora recomende também o cuidado ao ir à campo com ideias preconcebidas, pois seriam estas perniciosas para qualquer trabalho científico. Afirma

ainda que o etnógrafo deve ser um caçador, pois ele não deve esperar que os dados simplesmente apareçam.

Muito próximo dessa ideia, Saéz (2013) traz várias recomendações no processo de pesquisa. Com relação aos dados, a sua ideia é de que estes são produzidos, dessa forma seriam eles potencialmente infinitos, e que, a princípio, nenhum dado é menos importante que outro, apenas no momento da análise é que essa espécie de *filtragem* será feita. Foi com base nessas inspirações metodológicas consagradas na antropologia e dentro da pesquisa qualitativa, de modo geral, que me vali antes, durante e depois da etapa da pesquisa de campo, com relevância para estas últimas ideias tanto de Malinowski quanto de Saéz, que me orientaram para a inserção no campo, sistematização, análise dos dados e escrita da dissertação.

Todas essas questões ocorrem para que outras novas sejam levantadas à luz tanto dos textos trabalhados dentro da pós-graduação, no período de sala de aula, quanto das situações do contexto em que tanto pesquisadora como pesquisadas estão envolvidas, já que somos todos e todas sujeitos politicamente e socialmente posicionados (as) no mundo, pertencentes a uma sociedade.

É importante ressaltar que essa dissertação possui inegável posicionamento político e deixa clara minha posição política, enquanto mulher e pesquisadora, por ter ampla consciência sobre os efeitos e mazelas que acometem mulheres dentro de um contexto forte de desigualdade econômica, inicialmente; que, através das estruturas do patriarcado e de um sistema capitalista, maltrata principalmente a nós que nos identificamos e nos reconhecemos na como mulheres, ainda que reneguemos quase sempre, uma postura passiva diante de situações que nos acometem direta e violentamente. O que não impede uma análise sensata e sóbria de questões mais complexas e menos ideológicas que possam parecer.

As problematizações acerca das questões teórico-metodológicas deste trabalho, devem servir para solidificar o caráter científico da pesquisa em questão, bem como de envolver e apurar a sensibilidade daquele(a) que lê e tem a intenção de se informar e se munir através das constatações provenientes desse trabalho, tornando-se consciente de seu processo de elaboração. Acredito que, para além dos dados que estão ao alcance do acesso de todos (como textos, documentos etc.), compartilhar relatando a vivência de campo é o que pode haver de mais honesto e genuíno em um trabalho, sobretudo antropológico, para aquele (a) a quem se lançam as intenções do pesquisador (a) em informar/instruir/indagar o (a) estudante/leitor(a).

Pois, diante disso - na continuidade deste trabalho -, segue a explanação, análise e aprofundamentos de dados mais conteudísticos, de temas e informações a respeito da política do programa e a contextualização da questão da titularidade feminina em programas sociais/propriedades/terras, informações e dados colhidos/produzidos em campo, bem como dos contextos de vida das mulheres pesquisadas e a realidade de vida local e demais contextos em que estão inseridas das relações sociais que envolvem aspectos como trabalho, família, filhos, dificuldades e demais dilemas da vida cotidiana dessas mulheres.

3 POLÍTICAS HABITACIONAIS E POLÍTICAS TRANVERSAIS: MULHERES E MORADIA

A proposta do presente capítulo é apresentar ao/a leitor(a) informações a respeito do programa habitacional que integra e imprime caracterização aos diversificados contextos de vida das moradoras do CH Nova Vida, situado no bairro do João de Deus, na cidade de Petrolina – PE, pesquisadas neste trabalho, pois, o programa é quem subsidia a construção dos imóveis nos quais residem essas mulheres. Este é, o principal ponto no qual se convergem todos os contextos de vida dessas interlocutoras.

Ainda que o programa seja um dos destaques mais fortes deste trabalho, falar apenas sobre ele e suas normativas, orientações, e diretrizes – no que tange à discussão sobre moradia – seria, sem dúvida, imprudente e insuficiente, já que há sobre o país todo um histórico relacionado à questão da moradia socialmente provida (histórico este, sobretudo, de negligência, se pensarmos que a moradia é um direito constitucional e que o Estado tem o dever de garantir o mesmo⁴), e de iniciativas/políticas habitacionais em contextos políticos bastante diferenciados e anteriores ao momento atual em que foi elaborada e desenvolvida as presentes dissertação e pesquisa.

A questão da titularidade feminina em habitações/terras/propriedades é um aspecto relativamente recente na história da luta política e social das mulheres no Brasil na reivindicação de direitos que ainda necessitam de atenção nas políticas públicas geridas e ofertadas por parte dos governos. Por essa questão, o desdobramento do texto deste trabalho não pode se bastar apenas na elucidação dos contextos de vida de mulheres na luta pelo direito à moradia no contexto urbano, já que há, anterior a esse contexto, uma discussão que trata sobre o histórico de luta das mulheres rurais pela titularidade da terra, e que oferece pontos fundamentais para se estabelecer paralelos pensando a condição feminina na sociedade também relativa à moradia urbana. É importante mencionar também as políticas e iniciativas que pautam uma maior atenção às mulheres de camadas sociais mais periféricas, através de benefícios concedidos por programas governamentais de assistência social, iniciativas que partem de uma compreensão de uma condição feminina que partilham contextos de exclusão em comum.

⁴ A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece como direito fundamental a propriedade, concebida como inviolável e essencial ao ser humano. Além disso, é um direito já previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948. (BRASIL, 1988)

Todas essas questões merecem ser desenvolvidas subsidiando-se em trabalhos, cartilhas, etc., realizados por pesquisadoras/es de diversas áreas, para se pensar a experiência e os resultados de pesquisa do presente trabalho, conscientes de que a atenção chamada para o problema da moradia associada à condição feminina, surge anteriormente como uma pauta e queixa colocada pelos movimentos sociais e demais setores da sociedade civil que dialogam com as demandas sociais e políticas das mulheres.

Esses dois principais eixos de abordagem da temática que é congregada por este trabalho (mulheres e moradia), possibilitam que adiante percebamos e problematizemos melhor à respeito das experiências, da efetividade da política, dos discursos detectados e produzidos em campo; e finalmente pensar o impacto das medidas de programas governamentais como o “Minha Casa, Minha Vida” na vida das mulheres contempladas, a exemplo de trabalhos que tratam de ações parecidas, como o programa Bolsa Família, que em muitos aspectos dialoga com a presente pesquisa – acerca da questão do empoderamento feminino, da desigualdade em contextos desenvolvimentistas, e da feminização da pobreza.

Assim, dá-se procedência à apresentação e problematização das tantas outras questões que envolvem o presente objeto de pesquisa, a começar pela apresentação dos principais aspectos que normatizam o PMCMV.

3.1 ASPECTOS GERAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Criado enquanto política habitacional de âmbito federal, o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” tem como proposta incentivar mecanismos de produção de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias (no caso das urbanas) com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), como dispõe a Lei nº 11977, de 7 de julho de 2009⁵. Além desse e de outros aspectos que estão por vir, é importante de antemão destacar aqui, com a finalidade de preparar a pessoa leitora frente ao desenvolvimento do trabalho, que o programa é caracterizado por reconhecer às mulheres prioridade no acesso às moradias, garantindo que, em casos de separação conjugal, a casa permaneça em sua titularidade (não sendo o imóvel partilhado com o cônjuge, a não ser que este seja quem fique com os filhos,

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acessado em 14 de julho de 2016. Às 18h10min.

quando houver, e em casos que envolva uso dos recursos do FGTS na contratação). Esse é o ponto de maior relevância na discussão desse trabalho, por ser dele que parte grande parte das problemáticas futuras.

O PMCMV surge em 2009, como uma reação anticíclica frente à crise financeira internacional que se desenrolava naquele momento, sob o mote de estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil e aumentando o dinamismo da economia do mercado interno dentro dessa indústria. Atende os inscritos (as) por faixas de rendimentos específicas, com quantias determinadas para cada uma delas dentro das variadas modalidades do programa (Programa Nacional de Habitação Urbana e Programa Nacional de Habitação Rural), na construção de dois tipos de moradia: casas e apartamentos.

A maneira adotada para distribuição de recursos para o programa de acordo com as faixas de rendimento estabelecidas para as famílias que se inscrevem no programa, gerou algumas análises de pesquisadores(as) para mensurar o nível da redução do déficit habitacional brasileiro, análise essa inter-relacionada às diretrizes, fundos de investimento e propostas dos projetos de moradia do programa (construtoras, entidades não-governamentais em parceria com movimentos sociais etc.) (D'amico, 2011).

A partir desse tipo de análise, é que se pode propor de chegar a um caminho sensato para tratar o problema de moradia das classes populares, questão tão profunda, a exemplo do trabalho do Observatório das Metrópoles, organizado por Amore *et al* (2015). Nenhuma análise que se paute em políticas públicas, pode se considerar suficiente para pensar a efetividade destas se não leva em consideração os principais beneficiados pela atenção governamental. Não basta apenas estudar a política que orienta o programa em si, sem pensar nos sujeitos que são atingidos diretamente por essas medidas, enquanto público alvo dessas ações. Neste caso, destaca-se no presente estudo, a compreensão da política habitacional do PMCMV, pensando a partir da questão da prioridade feminina no acesso à moradia do programa.

No PMCMV, os estados e municípios que oferecerem maiores vantagens em parceria com a união para adesão ao programa - e isto envolve, por exemplo, troca de contrapartidas financeiras, infraestrutura para o empreendimento, terreno, desoneração fiscal de impostos, menores valores de aquisição das unidades habitacionais, bem como receberem impactos de grandes empreendimentos (Nascimento & Tostes, 2011) - são priorizados na alocação dos

recursos. Dos tipos de construção – casas e apartamentos –, os residenciais ficam limitados a construção de até 500 unidades por conjunto habitacional⁶.

O PMCMV pode ser dividido em duas fases. A primeira fase propôs contratar um milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos. Os recursos previstos inicialmente eram de R\$ 34 bilhões, repartidos em programas de subsídios (R\$ 28 bilhões), de infraestrutura (R\$ 5 bilhões) e direcionados para a cadeia produtiva (R\$ 1 bilhão). Além disso, os recursos do programa foram divididos por regiões do país seguindo as estimativas aproximadas do déficit habitacional em cada uma dessas regiões: 37% para o Sudeste; 34% para o Nordeste; 12% para o Sul; 10% para o Norte; e 7% para o Centro-Oeste.⁷

Como facilidades apresentadas pelo programa para os que se inscrevem no sorteio, estão: adequação do valor da prestação da casa própria com a capacidade de pagamento da família, e como diretriz, também o pagamento da primeira prestação somente na entrega do imóvel; pagamento opcional de entrada para financiamentos, redução do risco do financiamento com o Fundo Garantidor, barateamento do seguro, e desoneração fiscal e de custos cartoriais.

Na sua segunda fase, o PMCMV ajusta os valores das faixas de renda, aumenta o atendimento da faixa 1 e melhora as especificações das unidades habitacionais, passando a operar com as seguintes faixas de renda: faixa 1 – famílias com renda até R\$ 1.600,00; faixa 2 – famílias com renda até R\$ 3.100,00 e faixa 3 – famílias com renda entre R\$ 3.100,01 e R\$ 5.000,00; além das faixas de renda pensadas para a realidade das famílias no contexto rural.

O PMCMV se diferencia das demais iniciativas por ter surgido na época de um governo mais voltado às pautas populares, mas muito mais do que isso. Destaca-se por ter surgido num momento em que a questão da moradia passa a ser admitida pelo governo federal como uma política pública permanente. Fora isso, há ainda um contexto diferenciado relacionado às discussões sobre moradia no período do primeiro mandato do governo do então presidente Lula. Em 2003, primeiro ano de governo do Partido dos Trabalhadores, foi criado o Ministério das Cidades, tendo papel de destaque na rearticulação da política habitacional e de infraestrutura urbana no país.

Na sequência desse período, uma série de ações e medidas passam a ser tomadas, como a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo

⁶ Informações mais detalhadas na cartilha completa do governo federal. Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf

⁷ Informações mais detalhadas na cartilha completa do governo federal. Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf

Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por meio da Lei 11.124, de 2005, que integrou todos os programas destinados à habitação de interesse social de todas as esferas de governo. Os programas do SNHIS realizam a urbanização de assentamentos em situação de precariedade, oferta de moradias, assistência técnica e apoio à elaboração de planos de habitação. Como fonte de recursos, eles preveem que sejam utilizados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o FNHIS e o Orçamento Geral da União (OGU). É claro que há um contexto que permitiu que essas ações se desenvolvessem, e ganhassem espaço, que remetem o Estado a negociações com o setor privado envolvendo juros e impostos menores para a construção; o momento de estabilidade econômica no país, o aumento do poder de compra do brasileiro, são alguns dos fatores, mas são ainda muitos outros, tão importantes para explicar essas mudanças do período em questão.

Dentro desses contornos, fica claro ainda a união do poder público ao poder privado, que em conluio determinam objetivamente os desenhos de ações voltadas para o público no atendimento dos direitos de cidadãos e cidadãs. Diante da crise financeira internacional, o setor habitacional teve importante papel para retomar o movimento do crescimento econômico e de oferta de emprego no Brasil. Nesse contexto, surge o PMCMV - anunciado em 2009 - que apresentava novas estratégias para favorecer a aquisição da moradia subsidiada pelo governo, sobretudo pela concessão de crédito por meio de financiamento, para o(a)s interessado(a)s.

Em tese e desde já, as críticas ao programa ocorrem no sentido de reiterar que o mesmo não propõe avanços, nem incorpora avanços, já consolidados na abordagem dos espaços e na compreensão sobre o direito à cidade, questões essas já conquistadas e bem descritos no Estatuto das Cidades (Nascimento & Tostes, 2011). Rolnik (2009), em entrevista, afirma que é preciso entender que direito à moradia não é sinônimo de casa própria. A propriedade e o programa de construção da casa própria, para a autora, são uma modalidade, mas não são a totalidade (Rolnik, 2011), e é essa uma das principais críticas à política de moradia atual do governo, pautada através do PMCMV, pois as orientações dos projetos de moradia atropelam uma série de necessidades e particularidades outras fundamentais à qualidade de vida e manutenção do cotidiano das pessoas em suas dinâmicas e realidades de vida dentro do espaço urbano.

Além dessas, outras críticas ocorrem voltadas dessa vez para a estrutura física das moradias, e também relacionadas à noção do *morar* - enquanto prática social-, dos

elaboradores desses projetos de moradia produzidas em larga escala. Segundo Valladares & Figueiredo (1983, p. 10), nesses projetos “espaços internos – da casa ou apartamento – resultam de uma mesma concepção geral baseada na predeterminação do modo de morar (perfil igualmente pré-determinado do grupo doméstico, a saber a família nuclear: casal + filhos) ”.

Embora este perfil ainda seja maioria, tem diminuído não só o número de filhos, como tem aumentado o número de família com outros perfis, como por exemplo, as chefiadas por mulheres sem cônjuges. É digna de questionamento a noção de família predominante na sociedade brasileira, e ainda sobre como essas pessoas contempladas por projetos desta monta se adequam a esses espaços e modos de morar impostos, concebidos de uma maneira pouco horizontal quanto aos que serão assistidos, ainda que parte do processo e das determinações que regem a política habitacional brasileira sejam fruto de uma construção coletiva da sociedade, exigidas nas esferas representativas de poder na política, embora nem sempre respeitadas e ouvidas como é necessário.

Valladares & Figueiredo (1983, p. 10) ainda afirmam que “por todos esses motivos, um programa nacional de moradia que considere apenas um perfil de morador, incorreria em generalizações e distorções grosseiras que não atenderão satisfatoriamente todos os grupos a que se destina”.

O programa sustenta sua proposta da redução do déficit habitacional brasileiro a partir do argumento de que a mesma pretende também, “além de buscar eliminar a precariedade e a coabitação, levar à população de baixa renda condições dignas de moradia”, tendo ainda “impacto significativo na economia do país, movimentando cerca de R\$ 21,5 bilhões por ano, em média, no segmento da habitação” (BRASIL, 2009). Entretanto, a questão é mais complexa pelo desdobramento que o programa tem na prática, pela forma como o público alvo o recebe, e pelas consequências das noções que guiam as concepções sobre habitação presentes em suas diretrizes (ROLNIK, 2005); mas, antes disso, torna-se indispensável conhecer parte do histórico de iniciativas concernentes às políticas habitacionais no cenário brasileiro.

As diferentes conjunturas e contextos políticos comumente imprimem desenhos diferenciados às ações governamentais. Dentre as mais recentes, no âmbito das políticas habitacionais antes do PMCMV, e em termos da proporção do alcance do público comparado ao deste último, se encontra a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. Esse banco era voltado para o financiamento e a produção de empreendimentos imobiliários, muito

próximo do que a Caixa Econômica Federal – que sucedeu o BNH em seu fechamento, em 1986 – faz nos dias de hoje. Foi esta a principal instituição federal referente ao desenvolvimento da urbanização, da história brasileira (ibid., p.10).

Há ainda o fato de que o PMCMV observou a peculiaridade da situação da mulher no acesso à moradia (além do que versa a lei 11.977, sendo também a medida, jamais observada em âmbito federal) lançando a medida provisória 561, publicada em 2012, no dia internacional da mulher, fundamental para nos lançarmos na compreensão do contexto das mulheres moradoras contempladas com a moradia do MCMV, no CH Nova Vida, em Petrolina – PE.

Essa MP garante à mulher o direito de permanecer com o imóvel em seu nome em casos de separação conjugal, independente do regime civil de bens existentes para dissoluções conjugais. É nessa discussão que se concentra o objeto de estudo desse trabalho: a mulher contemplada pelo PMCMV e as demandas desse público na questão do acesso à moradia, sobre os quais passarei a discorrer nos capítulos e tópicos seguintes, após a explanação e problematização, de um modo geral, da questão habitacional no Brasil.

3.2 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Podemos pensar a questão habitacional no Brasil remontando-a a partir de, sobretudo, uma contextualização histórica que, embora não será tratada de maneira tão profunda tanto quanto pertinente é a questão, é indispensável para se compreender a ainda tão desigual configuração social e urbana especificamente no quesito moradia, da realidade brasileira.

Atualmente o campo da habitação/moradia é fortemente estudado e pesquisado – sobretudo pela quantidade de problemas nos quesitos socioeconômicos e culturais existentes nos espaços urbanos, tendo se mantido a continuidade dessas discussões por meio das questões que são levantadas a partir também destes mesmos espaços. Data-se que os primeiros estudos da área começaram por volta da década de 1960-70, por influência de uma teoria sociológica sobre tal que se difundia na América Latina, segundo Valladares & Figueiredo (1983, p.25).

A necessidade de aprofundamentos específicos na temática veio motivada, sobretudo, por uma série de reflexões em torno do sentido do “habitar”, compreensão essa que se refere esse termo enquanto a uma prática social para além do que se tenha de estrutura física de

moradia. Outro motivo, também, foi do problema da precariedade do modo de vida das pessoas nas favelas, cortiços e demais contextos de moradia em situação degradante e marginalizada na zona urbana, que, vale pontuar, atinge majoritariamente um perfil específico da sociedade: a população de pessoas negras do país, em decorrência do contexto de exclusão social de negros e negras desde a abolição da escravidão no Brasil, pensando no momento da urbanização brasileira e que perdura até os dias atuais.

As intenções que movem a explanação do presente tópico vão no sentido de provocar inquietações, por exemplo, quanto à distinção dos modos de morar diante dos modelos de moradia impostos por iniciativas governamentais em parceria com o setor privado. Há também que se pensar quanto à consciência da relativa mudança, ao se estabelecer uma comparação entre os diversos períodos políticos que ideologicamente se diferenciaram dos anos de poder governamental do Partido dos Trabalhadores na presidência do país – e que antecederam esse momento. Esta questão apresenta-se com relevância na compreensão da discussão sobre a política habitacional no Brasil, devido o fato de objeto de estudo relacionar-se a um programa habitacional integrado na concepção de política habitacional propiciada pelo governo partidário referido acima. Além dessa diferenciação, outras explanações surgem por também serem necessárias e integrarem a miscelânea dos aspectos tão complexos enquanto inquietações ou constatações adjacentes da realidade política-urbana-social do Brasil.

As discussões indicadas acima, juntas, são a chave para o entendimento de como a questão habitacional no Brasil foi e ainda é concebida pelo poder público, concepção essa bastante criticada por pesquisadores de diversas áreas, como urbanistas, cientistas sociais, arquiteto(a)s, engenheiro(a)s, e outros profissionais que tem suas análises debruçadas no que se refere a uma ausência de uma maior sensibilização quanto ao atendimento do direito à moradia para as camadas mais populares do país por parte do poder público; bem como da fragilidade estrutural-física das construções da maioria dos projetos habitacionais do país pautados, e da ausência do cumprimento real e consistente da função social da propriedade⁸, como forma de continuar mantendo a face de uma sociedade ideologicamente capitalista onde o Estado se revela como o próprio setor privado que pauta e defende seus próprios interesses políticos a partir de trocas de favores, financiando e tendo seus projetos determinados e pautados com bastante força por este mesmo setor na figura de grande parte dos representantes políticos no Brasil.

⁸ Constituição brasileira de 1988, Art. 5º, § XXIII.

Em Valladares & Figueiredo (1983) é dito que os estudos sobre habitação e políticas que precederam a criação do Banco Nacional de Habitação, referem-se a ações que datam do período de 1930 a 1964. Dentro desse período, das instituições que tiveram forte influência no desenvolvimento do provimento de moradia por parte do governo, o BNH é das mais recentes e uma delas, embora a primeira que tenha surgido com maior força e influência durante o período varguista, tenha sido a Fundação da Casa Popular (FCP). Criada em 1946, a FCP foi uma resposta social a um contexto de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento do partido comunista. (Motta, 2014. p.3).

Depois desse período, entre o governo Vargas e o início da era do regime militar, estes estudos voltam-se mais para análise das linhas gerais da política habitacional do BNH, e em forma de avaliação dos programas habitacionais encabeçados por este mesmo banco. Valladares & Figueiredo (1983, p.31) afirmam ainda que “um procedimento bastante difundido nas análises da política habitacional do BNH, tem sido a periodização da sua atuação, buscando através dela revelar as macro diretrizes de cada período e as mudanças ocorridas em cada um deles”, perspectiva essa que converge com a forma escolhida para abordar o remonte da questão habitacional no Brasil no presente tópico.

O trabalho dos autores supracitados merece atenção porque apresenta o contexto político e econômico desde a criação do BNH, e as mudanças por quais este passou - quando o banco passa a dialogar com os setores mais populares da sociedade, na abertura do regime militar, e o modo de atuação da instituição. Suas ações foram muito criticadas por pesquisadores e pelos principais setores da sociedade que representavam a maior demanda por moradia na época, que eram – e ainda são – os pertencentes às camadas mais economicamente mais baixas da população. Dentre as críticas feitas pelos pesquisadores citados pelos autores, de modo geral, encontra-se à direcionada ao BNH pelo seu forte caráter financeiro voltado para o capital privado. Entretanto, Motta (2014, p.01) fala com objetividade sobre os diferentes momentos e contextos que o país passou no plano habitacional em relação com as mudanças sociais e também com relação aos momentos políticos que desencadearam uma maior demanda por moradia nos centros urbanos brasileiros, e o contexto da favela na questão urbana do Rio de Janeiro, principais lugares de onde surgiram as questões mais relevantes concernentes à habitação no Brasil.

Alguns são os principais aspectos que caracterizam o atual contexto social do Brasil, segundo a autora no que tange à questão urbana, como por exemplo: a expulsão dos negros do campo, que migram para a cidade com o fim da escravidão, e a chegada dos imigrantes

europeus chegam ao Brasil para trabalhar no campo também na nascente indústria brasileira, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, e consequentemente, no período de industrialização do país, ocorre o aumento da demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, assim como demais problemas urbanos.

Inicialmente, no plano das políticas habitacionais, o governo brasileiro ofereceu crédito às empresas privadas para que elas produzissem habitações, o que não foi interessante para os empresários (era mais fácil ter uma moradia informal). A partir da década de 1930, diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado, com o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente. No fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a ser esboçada uma política para a habitação.

A principal marca da política habitacional do período populista foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que, apesar dos resultados pequenos, foi o primeiro órgão nacional criado para dar conta de residências para a população paupérrima. A expansão urbana brasileira se deu de maneira bastante desigual. A classe média desfrutava de maiores oportunidades que as classes pobres mesmo dentro de iniciativas habitacionais de cunho governamental. A estas sobravam as favelas e os loteamentos ilegais na periferia, enquanto aquela tinha acesso a financiamentos de apartamentos e a bens duráveis. Nesse contexto Juscelino Kubitschek tenta fortalecer a FCP, que vive seu período mais dinâmico, com mais investimentos e maior número de unidades habitacionais construídas.

Em 1964, ano do golpe militar, a FCP é extinta, e é desenvolvido o primeiro grande plano nacional de habitação pelo governo militar. Esse plano buscava dinamização da economia, desenvolvimento do país (concebido como geração de empregos, fortalecimento do setor da construção civil, etc.) e, sobretudo, controlar as massas, garantindo a estabilidade e o ordenamento/controle social. (Motta. 2014, p.01)

A moradia foi ofertada durante muito tempo a partir de um mote ainda tão presente nos dias atuais, que é a concepção deste bem como um sonho de consumo, dotado de status social quando é adquirido pelas pessoas, na condição de moradia própria. Esta concepção esteve bastante em voga durante o período do regime militar. O BNH, que foi criado durante este período, surge apresentando e vendendo o “sonho da casa própria” para os brasileiros e brasileiras que desse bem precisavam/almejavam, como forma de superar a crise financeira por qual o país passava também naquele momento (e também de representação, devido à

ditadura militar), com a finalidade de aquecer o mercado interno da construção civil lançando mais uma iniciativa para produção de moradias em larga escala voltadas para a classe média.

É assim, dessa maneira, que a questão da moradia deixa de ser abordada com seu foco de direito social, e passa a admitir um caráter financeiro mercadológico como um bem de consumo a partir do reforço à indústria da construção civil com o investimento da iniciativa privada.

Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada como uma resposta à crise política, tendo em vista o significado da casa própria, que torna-se um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda, etc. (SOUZA, 1974. p.3)

Ainda sobre o histórico da instituição, posteriormente, com as mudanças políticas no país, o BNH teve que se moldar minimamente às exigências da população e às críticas que surgiram das avaliações das ações do banco, estas sendo originárias de estudos e pesquisas que o próprio banco financiava. Então, durante os momentos de sua existência, a população carente de moradia própria passou a exercer mais pressão perante o governo, realizando duras críticas ao que ele desenvolvia e apresentava como saída para o problema de moradia sobretudo das classes populares.

Dentre os períodos que caracterizam a atuação do BNH, o quarto e o último, como apontado em Valladares & Figueiredo (1983. p.33), é o que dialoga mais com as camadas populares. Ainda assim, muitas foram as falhas de atuação apontadas pelos estudos da época, e que levaram de vez ao seu fim, como é constatado adiante.

De uma ênfase inicial em uma política social, o BNH passou cada vez mais a assumir funções econômicas de estímulo ao capital privado. Montada num esquema empresarial, a política habitacional tornou-se um dos elementos mais eficazes da nova estratégia econômica implementada a partir de 1964. Do confronto de promessas com realizações, a ação do BNH deixa um saldo negativo, sobretudo em função da correção monetária e do modelo empresarial adotado. Este saldo negativo revela-se, por um lado, pelo afastamento de sua clientela prevista e, por outro, por sua pouca eficácia em fazer face ao déficit habitacional. (VALLADARES & FIGUEIREDO, 1983, p.33)

Ainda que tendo feito parte da reflexão sobre o histórico habitacional a partir dos aspectos econômicos e políticos do país, indiretamente, determinada pelos diversos governos e ações das principais instituições que atuaram diretamente na questão da habitação, é

importante frizar a questão social brasileira ao longo desses anos, neste remonte histórico sobre a questão habitacional no Brasil.

A partir de 1964, as ações públicas voltadas para as vilas e favelas são sufocadas; os movimentos sociais e as associações são reprimidos, tornados ilegais e impedidos de atuar. Para concretizar a noção de cidade e de habitação durante o governo militar, o banco nacional de habitação (BNH) se torna o principal órgão da política habitacional e urbana do país. Ele deveria “orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro habitacional (SFH), para promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” (Motta, 2014. p. 5-6).

Na década de 80 a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos do então SFH, causando a extinção do BNH em 1986. As funções do banco são transferidas para a Caixa Econômica Federal. Entre 1964 e 1986, o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Atingiram predominantemente, a classe média emergente, deixando de fora da política de financiamento da casa própria os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo.

Dois anos após a extinção do BNH houve uma queda drástica nos recursos destinados às COHAB's. A constituição de 88 consolidou o processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, que a partir de então, ficou a cargo dos municípios. Na década de 90 as políticas de habitação não tiveram grande efetividade e não cumpriram as metas propostas. Segundo Denaldi (2003, p.31), as ações governamentais nessa década tiveram forte relação com a agenda das agências internacionais.

É sabido que a agenda das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento por meio de sua “ajuda internacional”, influenciaram em algum grau a periodicidade e o desenho das políticas públicas sociais dos países apoiados. Percebe-se, nesse período recente (década de 1990), uma emergência entre as diretrizes das agências internacionais para elaboração de políticas habitacionais. (DENALDI, 2003, p.31)

Durante o governo Itamar (1992-1994) foram criados os programas Habitar Brasil e Morar Município, com o objetivo de financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de ajuda mútua. (Motta, 2014. p. 7). A autora (*ibid*) ainda afirma que esses programas tinham uma padronização excessiva e muitas

exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. Segundo ela, nesse mesmo governo, tiveram dois avanços:

- 1º: mudança conceitual, com incentivo à formulação de conselhos e à criação de fundos para a habitação (ainda que associado às exigências das agências internacionais)
- 2º: Constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia.

O período FHC (governo do presidente Fernando Henrique Cardoso) (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação, da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Denaldi, 2003; Azevedo, 1996).

No início dos anos 2000 ocorreu a aprovação da lei federal 10.257 conhecida como Estatuto das Cidades. Está dentro dos objetivos desse estatuto, fornecer subsídios dos aspectos jurídicos mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano (Fernandes, 2008) para garantir a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade (Moraes & Dayrell, 2008).

O estatuto possibilitou maneiras que garantissem a função social da propriedade e a regularização fundiária no país. Essa lei propõe “que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos do planejamento urbano [...] e a gestão de cidades”. (Fernandes, 2008. p.44)

A questão habitacional é levada e percebida pelos setores de militância social, com mais otimismo durante o governo Lula no que tange ao atendimento de demandas de setores de classes mais baixas, sobretudo por vir a expor a questão da necessidade de moradia de uma parte da população brasileira de uma maneira muito mais aberta e realista (fruto também da pressão dos movimentos sociais), o que acabou por revelar a grande presença da desigualdade social no Brasil, que penetra e traz situações de vida muito mais precárias à pessoas que ocupam as camadas de baixo poder aquisitivo, com dificuldade de acesso às oportunidades nos

diversos âmbitos da vida de uma sociedade dita democrática - regida pelos ditames do poder do capital e dos grandes tantos outros poderes que estão envolvidos com o mesmo, de modo geral.

Em diálogo com o mercado privado, as ações e determinações desse novo contexto de representação político-partidária do governo Lula-Dilma visavam ampliar o acesso a moradia, com a ressalva de que o poder público voltaria muito mais seu foco para o atendimento das famílias de baixa renda, e para a assistência para dessas famílias às oportunidades de financiamento e concessões de crédito. Boa parte desse acesso, ainda que por meio do financiamento, beneficiando principalmente a iniciativa privada, era restrito às famílias de classe mais elevada no período anterior ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores na presidência da República.

Apesar disso, alguns mecanismos institucionais foram necessários e tiveram certo avanço para que essa política fosse implementada (mérito dos movimentos sociais na luta pela moradia, e também provenientes de resoluções e pactos internacionais entre países do terceiro mundo, pautados por, e através de, conferências globais da Organização das Nações Unidas (ONU). Devido a essa gama de fatores e contextos, ocorre a criação do Ministério das Cidades em 2003, que foi determinante para a construção de política habitacional e para pensar a infraestrutura urbana no país, pois o fortalecimento de instituições de representação governamental é visto como medida de suma importância pelos movimentos sociais de moradia na articulação para a conquista dos direitos que remetem à moradia no país e fundamentais ao exercício democrático.

O levantamento de recursos para financiamento com a finalidade de financiar habitações de interesse social e criação de um fundo está aliado à luta política e pressão popular para fortalecimento do atendimento aos direitos básicos da pessoa humana, como é a moradia.

No mês de outubro de 2003, foi eleito o Conselho das Cidades, durante a Conferência Nacional das Cidades que definiu uma série de questões e orientações relativas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O conselho ocupa lugar de destaque nessa estrutura, por ser a principal instância no que diz respeito às determinações das políticas urbanas nas cidades brasileiras, sendo uma ferramenta importante para a participação democrática. Todo esse movimento de articulação e fortalecimento das instituições representativas por parte da população mostra o quanto parte das pessoas começava àqueles anos, a entender e fazer valer

parte dos seus direitos dentro de uma república democrática que deve garantir cidadania a seu povo.

Ainda com o novo governo, em tese politicamente e ideologicamente mais próximo aos movimentos de esquerda, ocorreu a criação do SNHIS e do FNHIS, por meio da Lei 11.124 de 2005, que realizou a integração de todos os programas destinados à habitação de interesse social de todas as instâncias de governo, para o planejamento da política habitacional de âmbito federal no Brasil.

Descrevendo um pouco mais desses órgãos novos que surgiam, tendo como fonte a cartilha⁹ do PMCMV, os programas do SNHIS dizem respeito a ações de urbanização integrada de assentamentos precários, provisão habitacional, assistência técnica e apoio à elaboração de planos de habitação.

A política habitacional – entendida como a promoção de condições de acesso à moradia aos cidadão e cidadãs, pela forma de acesso ao crédito ou como subsídio do Estado – recuperou-se a partir do aumento dos recursos públicos, do crédito e da continuidade da abertura para pactos e alianças com o setor privado (bancos, construtoras, indústria da construção civil) participando mais intensamente desse processo. A habitação continuou a ser vista pelo poder público como uma oportunidade de investimento do capital financeiro. A estabilidade econômica, a queda gradual das taxas de juros e o aumento da renda das famílias formam o cenário em que essa *recuperação*¹⁰ da reestruturação do sistema habitacional em larga escala se deu, mas, por si só não são fatores suficientes para explicá-la. Os programas do SNHIS dão conta de ações de urbanização integrada de assentamentos precários, provisão habitacional, assistência técnica e apoio à elaboração de planos de habitação. Como fonte de recursos, são utilizados o FGTS, o FDS, o FAR, o FNHIS e o OGU.

Diante de tantas informações sobre a questão habitacional brasileira, é importante trazer com destaque - de maneira visualmente melhor sistematizada - uma cronologia da criação das instituições e das regulamentações que compõem a nova política de habitação brasileira, que é concebida desta mesma maneira até o momento atual.

Ocorreram nos seguintes anos:

- 2001 - Aprovação do Estatuto das Cidades;
- 2003 - Criação do Ministério das Cidades;

⁹ Disponível em: Compilado geral do governo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Acessado em 11 de julho de 2016, às 13h17:

http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf.

¹⁰ Termo citado pela cartilha supracitada no texto.

- 2004 - Instituição da Política Nacional de Habitação e o Conselho das Cidades;
- 2005 - Criação do SNHIS e do FNHIS;
- 2007- Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários;
- 2008 - Desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação (PlanHab);
- 2009 - Criação do PMCMV e regularização fundiária de áreas ocupadas;
- 2010 - Programa de Aceleração do crescimento fase 2 – PMCMV 2;
- 2011 - Operação do PMCMV 2.

Agrupadas por faixas de renda familiar, o PMCMV entregou nas suas duas fases, 189.402 unidades habitacionais para a 1ª faixa, de até R\$1600 mensais; 550.684 unidades para a segunda faixa, de até R\$3100, e 59.843 unidades para a terceira faixa, entre R\$3100 e R\$5000 mensais¹¹. Os números evidenciam o forte investimento do governo predominante ainda nas faixas voltadas para o mercado imobiliário.

O pacto federativo determina o papel de cada ente da federação quanto à política habitacional. As atribuições de cada ente são¹²:

UNIÃO:
- Institui diretrizes para o desenvolvimento urbano e habitacional - Promove demarcação de terras em seu próprio território - Coordena, por meio do ministério das cidades, ações do sistema nacional de habitação de interesse social (SNHIS). - Estabelece prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da política nacional de habitação de interesse social e dos programas de habitação de interesse social.
ESTADOS:
- Articulam ações do setor habitacional em seu território. - Promovem a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional. - Promovem demarcação de terras em seu próprio território e os programas de construção e melhoria das condições habitacionais.

¹¹ Os dados da tabela foram reproduzidos da cartilha do PMCMV, disponível em: Compilado geral do governo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Acessado em 11 de julho de 2016, às 13h17. Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf.

¹² Os dados da tabela foram reproduzidos da cartilha do PMCMV, disponível em: Compilado geral do governo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Acessado em 11 de julho de 2016, às 13h17. Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf.

MUNICÍPIOS:
- Elaboram e definem o plano municipal de habitação - Executam ações relacionadas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em seus territórios. - Promovem a demarcação de terras de seu próprio domínio, programas de construção e melhoria de condições habitacionais e licenciamento urbanístico e ambiental. - Admitem a regularização fundiária de interesse social em áreas de preservação permanente.
DISTRITO FEDERAL:
- Possui as mesmas atribuições dos municípios.

A história das políticas habitacionais no Brasil sempre conferiu um papel protagonista ao governo federal e os governos municipais não tiveram o papel que mereciam. O Estatuto da Cidade atua como um mecanismo que atenta detalhadamente para os princípios constitucionais, fazendo com que os governos locais desenvolvam mais pró-atividade no tratamento das questões habitacionais de cada cidade. A dificuldade das administrações municipais/locais nesse âmbito tem se refletido no aumento desenfreado do preço da terra nas áreas metropolitanas, pois deixa as áreas urbanas aos interesses do capital privado, inviabilizando a provisão de unidades para as camadas de baixa renda no âmbito do PMCMV. (CARDOSO, 2012)

Uma análise do ponto de vista socioeconômico mostra que, do total do déficit habitacional brasileiro, 72% dizem respeito a famílias com renda de até três salários mínimos (R\$1.500,00 na ocasião), segundo o censo de 2010, e que a maior parcela desse déficit se deve à coabitação. Entretanto, quase meio século depois, a política habitacional mantém a mesma lógica de funcionamento do BNH, com a preocupação voltada para aumento do consumo da moradia e pela garantia do trabalho das empreiteiras (Motta, 2014. p.09).

A política de acesso à moradia, do BNH, na concessão de crédito, não agregava famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que fez com que essas pessoas que ficavam de fora dessa margem, se direcionassem para lotes com moradias construídas por conta própria nas periferias urbanas sem infraestrutura, serviços, equipamentos e empregos. Posterior a essa realidade, acontecem alguns avanços (embora não em tudo, mas sobretudo

nas discussões sobre moradia no país), com a criação do estatuto das cidades, no primeiro mandato do governo Lula.

O direito à moradia continuou sendo vendido, como forma de sustentar o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil, frente ao cenário de crise mundial e a pressão que surge em decorrência da presença do capital privado nas políticas, programas e ações relacionadas a moradia. É assim, nessas mesmas configurações, que surge o PMCMV, anunciado no ano de 2009, embora o mesmo congregue algumas substanciais diferenças que serão apresentadas à frente, por parte do público feminino que foi beneficiado pela política.

Algumas explicações são necessárias no que diz respeito ao funcionamento do programa (além das que já foram expostas anteriormente sobre a atual maneira como a questão habitacional é concebida pelo poder público brasileiro) para se reflita quanto às justificativas e comparativos concernentes às críticas feitas ao programa no contexto do histórico habitacional brasileiro, que ainda ocorrem no sentido de o poder público se aliar fortemente com a iniciativa privada, mesmo com algumas posturas e ações de cunho mais popular presentes nas diretrizes do PMCMV.

Adiante, alguns aspectos mais gerais em termos de alcance da concessão de oportunidades de moradia, em percentuais, e a distribuição orçamentária do programa por regiões do país, bem como a concepção sobre moradia por parte do programa, segundo a cartilha instrutiva do programa:

- Das duas fases em que o programa é dividido. Sobre elas¹³:
 1. A primeira fase propôs contratar um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos. Os recursos previstos inicialmente eram de R\$34 bilhões, repartidos em programas de subsídios (R\$28 bilhões), de infraestrutura (R\$5 bilhões) e direcionados para a cadeia produtiva (R\$1 bilhão)
- Os recursos foram divididos para as regiões do país da seguinte maneira:
 - 37% para o sudeste;
 - 34% para o nordeste;
 - 12% para o sul;
 - 10% para o norte;
 - 7% para o centro-oeste.

¹³ Compilado geral do governo sobre o PMCMV. Acessado em 11 de julho de 2016, às 13h17. Disponível em http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf

Com o objetivo de convergir o valor da parcela da casa com a realidade financeira da família, o programa MCMV estabeleceu como diretrizes: o pagamento da primeira prestação somente na entrega do imóvel; nos casos de financiamento, pagamento opcional de entrada; redução do risco do financiamento com o fundo garantidor; barateamento do seguro; e desoneração fiscal e de custos cartoriais.

2. Na segunda fase, o PMCMV ajustou os valores das faixas de renda, ampliou suas metas, aumentou o atendimento da faixa 1 e melhorou as especificações das unidades habitacionais, passando a operar com a seguinte faixa de renda para famílias da zona urbana (além de atender também famílias da zona rural, estas com faixas de rendas diferentes das famílias da zona urbana):

- Faixa 1: R\$0 – R\$1600, faixa 2: R\$ 3.100, faixa 3: R\$3.100,00 – R\$5.000,00

De acordo com o censo IBGE de 2010, o déficit habitacional do Brasil atingia nesse ano 5,8 milhões de unidades, o que representa 10.1% do total de domicílios do país. A realidade dos brasileiros e brasileiras que ainda não possuem moradia própria é de gasto permanente com aluguel por parte das famílias de baixa renda (de até 3 salários mínimos), que despendem 30% ou mais da renda familiar com essa despesa. O maior déficit habitacional encontra-se na região sudeste, sendo que apenas o estado de São Paulo responde por 55% do total da região.

Ainda em tempo, a compreensão de grupo familiar pelo programa pauta-se em uma unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou tem suas despesas por elas atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal (Fonte: *ibid.* nota 11).

A iniciativa privada retorna como protagonista na provisão de habitações também no PMCMV, onde 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta para construtoras privadas, e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais (Fix & Arantes, 2009). Esse protagonismo permitiu a concentração de recursos na construção de habitações destinadas a famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, apesar de a maior demanda por moradia ser das famílias com o perfil de renda entre 0 e 3 salários mínimos (Motta, 2014).

Além disso, as prefeituras têm perdido poder para atender as demandas mais específicas de sua localidade, pois o programa estimula um tipo de urbanização e de captura dos fundos públicos que, por si só, torna mais difícil a aplicação dos instrumentos de reforma urbana previstos no Estatuto das Cidades, como a participação no planejamento e na execução de políticas urbanas. (Fix e Arantes, 2009).

Sabe-se que devido ao jogo de interesses políticos e econômicos, prevalecem as vontades dos empresários, que por sua vez influenciam e determinam grande parte do destino dos investimentos públicos para habitação e o público para o qual esses recursos seriam direcionados, em detrimento das necessidades dos mais socialmente marginalizados. É possível afirmar então, um reforço histórico à mercantilização da moradia, pelo PMCMV. (Nascimento & Tostes, 2011). A crítica ao programa é de que ele continua representando em boa parte dos seus esforços, a mesma política habitacional no Brasil - no reforço à iniciativa privada - com relação ao histórico desta em seus vários aspectos, sobretudo políticos, econômicos e sociais, que foram brevemente trazidos para a reflexão da questão habitacional do Brasil já no início do presente tópico.

A questão urbana no Brasil é bastante complexa, e por isso requer tanta minuciosidade e cautela, quando se trata de estudar os fenômenos sociais que ocorrem nos cenários urbanos; seja para buscar as melhores formas de se entender e perceber o desenvolvimento de estratégias e recursos metodológicos mais sensíveis para a compreensão de recortes dentro dessa realidade, seja para não passar uma compreensão errônea acerca da realidade brasileira da questão da habitação social. Como produto de uma sociedade capitalista, constatamos um cenário urbano que ainda evidencia a forte pobreza e desigualdade e inúmeras formas de violências e desrespeitos às integridades dos sujeitos sociais típicas das cidades modernas, com poucas perspectivas de melhora ou transformação, haja visto a grande dificuldade de se implementar mudanças na concepção política dos que ocupam os espaços de representação política.

3.3 PROGRAMAS/POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E A QUESTÃO DA MULHER

Sobre o universo de questões relativas à realidade de vida das interlocutoras do objeto de pesquisa do presente trabalho, é importante, no caminho traçado por essa discussão, falar de questões e contextos, sobretudo políticos e governamentais, que estão intrinsecamente

ligados ao cotidiano e realidades de vida, em diálogo com a condição feminina, das atrizes de pesquisa - mulheres contempladas com a moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida, no bairro do João de Deus, em Petrolina – PE; pois, ainda que muitos dos questionamentos apresentem aspectos aparentemente simplórios do cotidiano dessas mulheres, muitas compreensões podem ser feitas e evidenciadas a partir dos mesmos, e é por esse caminho compreensivo que prosseguirá a argumentação do presente tópico do trabalho.

Dentre os questionamentos a serem feitos, após todos os outros já levantados anteriormente, relativos ao tema das mulheres, moradia e políticas/programas habitacionais e ações de cunho governamental, surge o que se refere à titularidade feminina e o direito resguardado às mulheres quanto à propriedade de imóveis, que é o caso da moradia do PMCMV – além de outros programas e políticas desenvolvidas enquanto ações de amparo ao público feminino das classes populares por meio da transferência de renda, como é o caso do programa Bolsa Família e, a cargo de exemplo, o programa do governo estadual de Pernambuco de assistência às mulheres trabalhadoras rurais nos períodos de entressafra, intitulado Chapéu de Palha. Ambos possuem direcionamento para a titularidade feminina, e nesse cenário muito pode ser dito a respeito da concepção de desenvolvimento pautada pelo Estado e qual papel este possui; além de analisar como suas ações chegam e são pensadas para os sujeitos sociais marginalizados, tomando como referência as mulheres. A titularidade feminina é uma questão emblemática, pois lança o debate sobre as políticas desenvolvimentistas e os moldes de assistência social governamental dada pelo Estado brasileiro.

O movimento feminista ao longo de todos esses anos de persistência enquanto movimento político e ideológico socialmente legitimado e reconhecido por quem se reconhece nas suas pautas, igualmente rechaçado por quem o estigmatiza - tem conseguido muitas conquistas a partir da colocação de suas demandas e cobranças destas referentes à realidade de vida das mulheres, sobretudo o que se desenvolveu em países do norte e na América Latina, que toca diretamente na realidade de estudo abordada no presente trabalho. Entretanto, algumas ações entram numa espécie de “limbo”, no sentido de não desenvolverem ou oferecerem real transformação por deixarem de considerar aspectos fundamentais para a compreensão de um determinado problema social, e também cultural, a cargo do machismo e a vulnerabilidade feminina ante as estruturas sociais de poder.

Essas sensibilizações levantadas por movimentos políticos e sociais a exemplo do feminismo, fizeram com que as agências internacionais de cooperação e de desenvolvimento, desenvolvessem abordagens a respeito da mulher nos contextos de assistência social e desenvolvimento, a partir de vários tipos de demandas e concepções sobre a mulher, basicamente, desde os anos 1960, quando a primeira onda do movimento desenvolveu-se com força.

Nanes (2015), a partir de Caroline Moser (1989) (igualmente importante para este trabalho), desenvolve em seu trabalho um excelente quadro de visualização de como as políticas de assistência às mulheres foram concebidas pelas agências de cooperação e desenvolvimento internacionais e os períodos de cada uma dessas abordagens. As cinco principais abordagens implementadas dentro das diversas políticas, programas e projetos de desenvolvimento para as mulheres nos países do terceiro mundo, apontadas neste quadro são, em destaque: “*bem-estar* (1950/1970), *equidade* (1975/1985), *antipobreza* (desde 1970), *eficiência* (desde 1980) e *empoderamento* (desde 1975)”. (p.25)

Todas estas abordagens condenaram em certa medida, o lugar da passividade na sociedade à mulher, pois acabaram por não tocar diretamente na questão fundante do problema do patriarcado. Amartya Sen (2000) discute a condição de agente e o bem estar da mulher como sujeito social, e faz alguns apontamentos de extrema importância para pensar a luta dessas atrizes no movimento feminista -, além de discutir também a necessidade de assistência em realidades e contextos desenvolvimentistas que em detrimento de algumas minorias, são impostos em benesse do progresso econômico de um mercado e ideologia capitalistas. Esta condição e agência, segundo o autor, possuem lugar fundamental na postura proativa das mulheres na sociedade que buscam e lutam pela melhoria de suas vidas.

Não muito tempo atrás, as tarefas em que esses movimentos se empenhavam primordialmente envolviam o esforço para obter um tratamento melhor para as mulheres – um tratamento mais justo. A concentração era mais sobre o *bem-estar* da mulher – um corretivo muitíssimo necessário. Mas os objetivos, partindo desse enfoque “welfarista”, aos poucos evoluíram e se ampliaram para incorporar – e enfatizar – o papel ativo da *condição de agente das mulheres* (SEN, 2000. p.17).

A natureza dessa mudança de concentração e enfoque às vezes passa despercebida devido à sobreposição das duas abordagens. A condição de agente ativa das mulheres não pode, de nenhum modo sério, desconsiderar a urgência de retificar muitas desigualdades que arruinam o bem-estar das mulheres e as sujeitam a um tratamento desigual; assim, o papel da condição de agente tem de concentrar-se, em grande medida, também no bem-estar feminino. [...] Portanto, o aspecto do bem-estar e o aspecto da condição de

agente dos movimentos feministas inevitavelmente apresentam uma intersecção substancial. E, no entanto, não podem deixar de ser diferentes em um nível básico, pois o papel de uma pessoa como “agente” é fundamentalmente distinto do papel dessa mesma pessoa como “paciente” (embora não independente desse último papel). O fato de que o agente pode ter de ver a si mesmo também como paciente não altera as modalidades e as responsabilidades adicionais inevitavelmente associadas à condição de agente de uma pessoa (SEN, 2000, p.18).

Sen (2000) ressalta que ver os indivíduos como entidades que sentem e tem bem-estar é um reconhecimento importante, mas ficar apenas nessa concepção implica numa compreensão muito restrita da mulher, que é pessoa/sujeito. Portanto, é preciso ir além, compreendendo o papel da condição de agente como essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis, no sentido de proporem e provocarem mudanças e transformações de/para suas próprias vidas: “nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro”. Delega ainda responsabilidades a todos, pois para ele, nós mulheres e homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas, o que sugere que devemos ser muito mais do que vítimas ou algozes de um contexto social opressor. Isso faz diferença, e precisamos atentar para essa diferença. Esse reconhecimento elementar, embora suficientemente simples em princípio, pode ter implicações rigorosas, seja para análise social, seja para o raciocínio e a ação práticos (p.223).

Estas ações e abordagens devem corrigir essa compreensão da mulher que não leva em consideração a condição de agente das mesmas nos estudos sobre desenvolvimento. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto cultural do “desenvolvimento como liberdade”, pontua (*ibid*, p. 237).

No processo de construção de um discurso e ações desenvolvimentistas, a igualdade de gênero é fundamental, segundo o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012, porque ela pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados do desenvolvimento em três maneiras. São:

A primeira delas é removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos, que podem gerar enormes ganhos de produtividade”. Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres, o que introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus

filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade – onde mulheres e homens tem chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas – provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento (Banco Mundial, 2012, p.2).

Em decorrência da sociedade patriarcal ocidental em questão, e dos valores morais que a mesma apregoa, a forma como a mulher é majoritariamente concebida na vida social, cultural, política e econômica, ainda determina como o seu meio e espaço de atuação a esfera reprodutiva, ligada às responsabilidades restritas à casa, ao cuidado dos filhos, do marido, em resumo, responsável pelas funções fundamentais para a manutenção das necessidades vitais do núcleo familiar no cotidiano, dentro do ambiente doméstico.

Esse contexto, como sabemos, e como é bem discutido e descrito por Hirata e Kergoat (2007), faz com que a mulher ainda seja excluída da vida pública, das esferas de atuação da vida pública; privando-a frequentemente, em consequência disso, de um acesso pleno e digno à educação, renda, segurança e saúde, o que acarreta por expô-la a uma série de vulnerabilidades sociais devido a dependência que as mesmas ficam de seus cônjuges, pais e/ou outras figuras masculinas representativas em suas famílias - além de quase sempre esse lugar menosprezar e humilhar sua figura, o que contribui para deterioração de suas imagens e de suas autoestimas, fundamentais para que qualquer pessoa, independente do gênero, desenvolva bem-estar, e uma condição plena de viver.

O patriarcado é o fenômeno que a concebe dessa maneira, e por estar impregnado fortemente ainda na sociedade ocidental, mesmo nas ditas mais modernas e desenvolvidas, há que se pontuar uma série de questões e que tipo de compreensão de desenvolvimento é disseminada entre os sujeitos sociais, e pautada pelo poder público. Schröder (2011, p.4) apresenta o quão amplo pode ser a compreensão acerca do tema desenvolvimento - que se liga diretamente com a questão das desigualdades de gênero - a partir da mutação frequente por qual passou o ideal:

Na maior parte do século XX, “desenvolvimento” tornou-se indissociável de outro conceito desfocado e ideologicamente carregado: “modernização”. E no pós-guerra, “desenvolvimento” virou lema de políticas de transformação econômica e social alimentadas tanto pelos adversários da Guerra Fria quanto por governos não alinhados a eles. “Desenvolvimento” ganhou feições específicas por meio de organismos e agências incumbidas de colocar em prática, através de programas e projetos, os princípios norteadores de políticas de desenvolvimento. Desse modo,

“desenvolvimento” se transformou historicamente de uma teoria explicativa num *campo* no sentido de Bourdieu e num *campo político* no sentido da antropologia política. (SCHRODER, 2011, p.4)

Diante de tamanha amplitude, é importante apontar a delimitação da compreensão escolhida como a mais sensível para pensar as ideias em torno do termo desenvolvimento, tomando como campo reflexivo, a problemática que envolve os sujeitos do objeto de estudo deste trabalho. Tal delimitação ocorre a partir da compreensão de desenvolvimento como meio de expansão das liberdades substantivas, pois desta maneira, segundo Sen (2000) - autor com quem houve maior identificação para pensar esse paradigma a partir do objeto de pesquisa em questão – a atenção deve se voltar para os fins que tornam o desenvolvimento importante, em vez de restringir a liberdade a alguns dos meios que, *inter alia*¹⁴, desempenham um papel relevante no processo. A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões, como aponta Amartya Sen (2000, p.18):

- 1) A *razão avaliativa*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) A *razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2000, p.18)

O desenvolvimento deve existir de modo que amplie as liberdades das pessoas. Sua ação e efetividade devem ser medidas a partir do que proporcionam para a vida dos sujeitos historicamente marginalizados, sobretudo, com a ampliação de liberdades para estas pessoas, principalmente quando estas se encontram em sociedades que possuem uma estrutural social, política, econômica e moral pautada no capitalismo, excludente por sua essência, que para se impor, se vale de princípios sexistas, racistas, dentre outros.

Ainda segundo o economista indiano, para haver um verdadeiro desenvolvimento, requer que sejam removidas as principais fontes de privação de liberdade dos sujeitos: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p.17-18). A negação de direitos básicos à sobrevivência humana é compreendida por Sen como privações de liberdades, já sendo as pessoas excluídas de meios básicos para gozarem de momentos de prazer e bem estar, acabam por não alcançar realizações pessoais, ou se sentirem realizados.

Não se tem liberdade quando não há acesso à economia, retirando o direito das pessoas de comer, obter uma nutrição satisfatória, acesso à saúde, e tantos outros pontos fundamentais para a manutenção do homem não só para o convívio social, como para garantir sua própria sobrevivência. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social (p.17-18).

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2000, p.19).

Raquel Rolnik (2012), relatora do direito à moradia da ONU, na Cartilha sobre “*Como Fazer Valer o Direito à Moradia para Mulheres*”, apresenta algumas informações com relação às especificidades da realidade das mulheres no mundo, num contexto global, em relação ao direito à moradia, partindo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quando afirma que o direito à moradia adequada integra o rol dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente como universais, ou seja, que são aceitos e aplicáveis em todas as partes do mundo e valem para todas as pessoas, devendo estar a mulher, nesse sentido, inserida na contemplação. O Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais também dispõe em seu artigo 11, que toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para si e sua família, inclusive à moradia adequada, assim como uma permanente qualidade de suas condições de vida.

Ainda que se haja um reconhecimento da ligação das mulheres com o espaço doméstico (social e culturalmente construída) e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política, e das demais dimensões da vida pública como exclusiva dos homens, não se pode deixar de pontuar que iniciativas e ações voltadas para os direitos das mulheres reafirmem essa condição que concebe a mulher dessa maneira. Em resumo, a relatora aponta que o importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção de autonomia em todas as áreas de sua vida, e para a efetivação de outros direitos, o que sugere um ponto de equilíbrio entre o bem estar destas e sua condição de agente na vida pública, semelhante ao que Sen (2000) elucida em sua proposta nas reflexões anteriores utilizadas neste trabalho.

Dentro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sete são os elementos que integram a compreensão de moradia adequada, na garantia do direito à moradia: 1 – Segurança de posse, 2 – Habitabilidade, 3 – Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, 4 – Localização adequada, 5 – Adequação cultural, 6 – Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, 7 – Custo acessível.

Os elementos citados são a principal pauta da luta das mulheres por melhores condições de vida. Vale ir mais a fundo em alguns desses pontos para pensar a realidade de vida das mulheres ligadas a questão da moradia, num contexto mundial.

O dilema sobre a segurança de posse reside no fato de que, no mundo todo, a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos do homem, por conta disso, em casos de divórcio, frequentemente as mulheres são forçadas a deixar a casa, já que esta não lhes pertence, além de fatores como a negação de poderem herdarem terras e propriedades. (Rolnik, 2012)

Da série de vulnerabilidades que a mulher padece no que diz respeito à posse de terras/imóveis/propriedades, existe ainda a situação com relação aos processos de despejos forçados pelo estado, que também impactam suas vidas de maneira violenta, desencadeando transtornos emocionais e desestrutura no ambiente familiar.

Recorrentemente esses despejos são feitos para grandes obras ou investimentos visando lucros para o setor privado - que tem seus interesses financeiros aprovados nas esferas de representação política, graças a um discurso que prega um desenvolvimento pautado apenas em índices econômicos e geração de (sub) empregos, porém, segue ignorando e invisibilizando incontáveis prejuízos trazidos à vida das pessoas. Durante esses despejos, além da destruição da casa e dos bens, é comum ocorrerem abusos verbais e espancamentos, estupros e até assassinatos. (Rolnik, 2012)

Há ainda na cartilha (Rolnik, 2012) (e sobre as vulnerabilidades das mulheres ligadas ao contexto da moradia) o apontamento feito sobre a questão do aspecto da adequação cultural da moradia em relação com os contextos de vida das mulheres, diante do fato de que frequentemente as políticas de moradia têm sido reduzidas à uma simples produção em massa de casas idênticas, em um padrão mercantilizável.

Os projetos habitacionais e as concepções presentes sobre as moradias são, ambos, desenvolvidos ignorando consideravelmente a preocupação com as necessidades sociais e

culturais do público atendido e os aspectos específicos importantes da identidade cultural dos diversos grupos de mulheres, com imposições de projetos com, desde tamanhos muito baixos da área da propriedade, até o tipo de modelo de família padrão pensado apenas no viés “casal + filhos”. Esta compreensão é limitada e limitadora quanto à realidade/perfil das famílias das classes mais populares no Brasil, já que é comum na realidade do público para o qual essas ações são voltadas, haver outros integrantes do núcleo familiar/unidade doméstica com laços e graus de parentesco diversos, inclusive sendo este consanguíneo ou não (fator que dialoga muito mais com a ideia de família enquanto *grupo familiar*, por esta proposta buscar respeitar as especificidades de muitas realidades que vão além dessa ideia de família mononuclear e heteronormativa bastante restritiva).

Outro fator que determina o acesso das mulheres às moradias é o custo deste bem, que quase sempre não é o mesmo, se comparado com o acesso que possuem os homens. Isso porque em geral, as mulheres estão mais marginalizadas no que se refere às chances de acesso a empregos formais e, em consequência disso, também a um atendimento e acesso aos direitos trabalhistas. Além disso, quando encontram empregos formais, recebem salários mais baixos em relação aos homens ainda que estejam ambos desenvolvendo a mesma ocupação e possuam mesmo nível de escolaridade. No caso de mulheres solteiras e/ou chefes de família, sabe-se que as limitações do orçamento aumentam devido à dificuldade que essas têm em manter o sustento da família. Pela vida e integridade não só das mulheres, como também dos seus filhos, é que o custo da moradia deve ser acessível e pensado enquanto um direito da mulher.

A mesma declaração citada anteriormente, concebe que é importante incorporar a priorização das mulheres no planejamento e implantação das políticas habitacionais, especialmente mulheres economicamente marginalizadas, chefes de família, idosas, portadoras de deficiência etc.; e que devem ainda, ser eliminadas todas as disposições legais e práticas sociais que discriminem as mulheres e as impeçam de ter acesso total à moradia e à terra.

Em 2000, as chefes de domicílios eram 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares existentes no País. Em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios brasileiros, o que representam um aumento de 13,7 pontos percentuais, segundo as “Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico”, 2010, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas áreas

urbanas e rurais, esse indicador é diferente, sendo de 39,3%, e 24,8% para as respectivas áreas.

Há também a questão do recorte de cor/raça nesse contexto, que apresenta um total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda de 38,7%. Ainda nas famílias formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho(s), as mulheres foram maioria na condição de responsável (87,4%). O critério utilizado pelo IBGE, para definir a pessoa responsável pela família é de que aquela pessoa seja reconhecida como tal pelos demais membros do domicílio (BRASIL, 2010).

Os números apresentados pelo IBGE (2002) sobre chefia feminina de domicílio apontam as mulheres solteiras como maioria nas chefias de família com filhos e sem cônjuge, realidade esta que importa bastante na compreensão do fenômeno de um tema bastante discutido, sobretudo dentro das ciências sociais, que é a *feminização da pobreza* e que envolve o objeto de estudo tratado aqui.

Segundo Bandeira e Melo (2005. p. 28), a feminização da pobreza é um fenômeno tipicamente urbano, pois 91% dos domicílios chefiados por mulheres estão localizados nas cidades, sobretudo nos estados e capitais das regiões nordeste e sudeste. Então, obviamente, a questão da moradia conecta-se sim com a discussão sobre a feminização da pobreza, já que falamos do acesso à moradia, por parte das mulheres, dentro de um programa habitacional, que é o PMCMV. Mulheres de classes populares que estão à margem economicamente, como as que as autoras supracitadas se referem em seu trabalho.

Na região nordeste se concentra a maior taxa de domicílios com responsáveis mulheres. As autoras afirmam que esta solidão é em parte, explicada pela intensidade da migração nordestina masculina, aliada as mudanças culturais que intensificaram o fenômeno, e ao apresentar dados estatísticos de cor/raça nos estados brasileiros, afirmam ainda que “a pobreza tem cor, sobretudo nesse perfil de chefia domiciliar feminina”. (Bandeira e Melo, 2005)

Fica evidente diante dessa realidade, uma série de problemáticas que nos expõe a complexidade ao compreender a vulnerabilidade social da mulher, que é, como já foi pontuado, caracterizada por uma ausência de independência financeira da mesma, e de autonomia sobretudo na tomada de decisões; também de individualidade, segurança de posse e moradia, direitos reprodutivos, e, por fim, segurança que lhes guarde de diversos contextos

de violência (que vão além da necessidade de integridade não só do ponto de vista físico, como também moral e psicológica de seus sujeitos), pela forma como seus corpos (no sentido da exposição à violência sexual, física, ligada a condição feminina, e a condição limitada de decidir sobre seus direitos reprodutivos) e aspectos subjetivos - são postos a determinações e resoluções outras que não as suas próprias.

Refletindo a partir desse contexto, a quem compete ou deveria competir a responsabilidade de uma reparação e/ou assistência diante da condição social dessas pessoas que são e estão socialmente marginalizadas, como as mulheres? Quais as limitações deste tipo de compreensão e ação?

Há que se reafirmar que a grande maioria das conquistas que foram alcançadas pelas mulheres, são frutos de luta social e do movimento feminista, embora sejam defendidas, em discurso, pelos mais diversos sujeitos sociais que não pertencem a uma condição social feminina do lugar de fala na sociedade, e que na prática se pautam por uma moral extremamente machista e patriarcal.

Podemos compreender as mulheres sujeitos do presente objeto de pesquisa como vítimas de uma estrutura social, política e econômica que as exclui de terem uma segura e positiva concepção de si mesmas como sujeitos de direitos, pois ainda que nos termos jurídicos as pessoas sejam socialmente concebidas como iguais – homens e mulheres –, a moral que condiciona a mulher a uma concepção excludente dos sujeitos, ainda é mais forte no que se refere à sociedade brasileira.

Da mesma maneira que desenvolvimento pode ser pensado como a capacidade de realização de intenções de liberdade das pessoas para acesso a meios, bens, e serviços que tocam diretamente na qualidade de vida dos sujeitos (e mesmo de aspectos mais subjetivos), a pobreza pode ser pensada a partir de concepções próximas à ideia de desenvolvimento como liberdade defendida anteriormente, já que consistiria ela mesma, como uma negação dessas liberdades.

De modo simples, para fins de análises quantitativas, a pobreza é o resultado do nível e da distribuição de recursos na sociedade, como coloca Costa *et al* (2005, p. 19), mas a discussão sobre esse fenômeno social é de fato mais complexa. Bandeira & Melo (2005), no documento sobre *A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil*, elucidam essa questão com a especificação dos conceitos de pobreza e os perfis domiciliares das famílias brasileiras,

cruzando também estes aspectos com o recorte racial. A começar, a pobreza não pode ser pensada se baseando apenas no quesito renda. Em decorrência dessa compreensão, nos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou um índice que mensurava as condições de vida nos diferentes países, chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera vários outros aspectos para pensar qualidade de vida, divulgado pela primeira vez naquela década.

Bandeira & Melo (2005) afirmam ainda que nos últimos anos houve uma evolução das concepções de pobreza para além da ideia de carência de renda, na direção de conceitos mais abrangentes tais como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade.

A desigualdade seria a situação de desvantagem em que se encontra sujeitos marginalizados, que se associa ainda a outros aspectos; a exclusão social seria o lugar social relegado e imposto pelas estruturas de poder aos sujeitos, e a vulnerabilidade seria a ausência de segurança desses sujeitos frente a mínimas situações de estabilidade e qualidade de vida, mesmo quando vivem num contexto social desigual e superam algumas das inúmeras barreiras da exclusão social que lhes impigem. Para as autoras, a desigualdade proveniente da estrutura econômica continua sendo a primeira razão da pobreza, sendo a grande maioria da população pobre constituída por trabalhadores mal remunerados, que ocupam postos de trabalho pouco qualificados e carecem de um patamar constante e decente de proteção social.

Substituir o enfoque de pobreza pelo de exclusão é levar em consideração a vivência de insegurança, o excluído não controla seu futuro. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade. A vulnerabilidade por sua vez permite mostrar como determinados processos sociais conduzem a um evento potencialmente adverso, uma incapacidade de resposta e uma inadequada adaptação das pessoas para a nova situação. A noção de vulnerabilidade é particularmente útil porque exprime várias situações: identificar grupos que estão em situação de risco social, grupos que devido a padrões comuns de conduta tem probabilidade de sofrer algum evento danoso, identifica grupos que compartilham algum atributo comum e por isso são mais propensos a problemas similares. (Bandeira & Melo, 2005, p.11-12).

A compreensão de Costa *et al* (2005. p. 19) sobre a questão da chefia feminina e a feminização da pobreza nos estudos sobre esses fenômenos, desenvolve-se concebendo a primeira enquanto “famílias formadas por uma mulher e seus filhos ou, eventualmente, domicílios em que há uma mulher vivendo só”. No Brasil, a questão da chefia familiar ainda não é percebida como declaradamente ligada a um gênero e nem que depende do fator da conjugalidade para que se encontre chefias femininas. Por isso também é possível encontrar

chefias consideradas femininas mesmo em casais formados por homem e mulher, quando a mulher é em alguns desses casos, considerada a responsável pelo domínio.

Quanto à feminização da pobreza, para Castro (1999):

Em se tratando da classe trabalhadora, ainda que as taxas sejam desiguais, “tanto para rendimentos quanto para oportunidades, não significaria que estariam os trabalhadores homens no campo e na cidade, em condições ideais ou mesmo razoáveis, mas reconhece que por outro lado, sempre respinga na mulher, nas crianças e nos jovens o aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora, não só em termos de orçamento familiar, mas também em termos de vitimização por violências no público e no privado, no âmbito doméstico. (Castro, 1999, p. 90)

Scott (2011, p. 3) pondera um aspecto que merece ser ressaltado também na discussão sobre chefia feminina e desigualdade, que se refere as diversificações das composições familiares no cotidiano/realidade de cada família. Segundo ele, há grupos familiares e grupos domésticos que evidenciam uma forte complementaridade diferenciada por idade e por gênero – onde certas esferas de atividade são reconhecidamente mais femininas e outras mais masculinas, outras para os mais velhos e outras para os mais novos, sem que haja necessidade de associar a atuação nestas esferas à noção própria de “chefia”. O reforço à autoridade de um sobre os outros ocorre quando invoca o título de “chefe”.

Nanes (2015, p.40) aborda em seu trabalho sobre o Programa Bolsa Família, em síntese, que a noção de feminização da pobreza é a ideia de que as mulheres seriam as mais pobres entre os pobres, mas afirma ainda que essa discussão não se encerra nessa compreensão. Segundo ela, há um forte caráter político no discurso sobre feminização da pobreza, já que esta discussão se inseriu e ainda se insere tanto dentro dos círculos do movimento feminista, quanto no campo das agências e instituições de desenvolvimento, e em ações governamentais, como as políticas públicas. Desde então, este fenômeno se firmou como um slogan persuasivo para chamar atenção dos planejadores e formuladores de políticas, tendo também inserção dentro do debate sobre gênero e desenvolvimento, o que tem ajudado a descartar as condições de desigualdade das mulheres no contexto global, em relação às questões de pobreza e desenvolvimento social.

A autora faz ainda um destaque dentro da discussão sobre desenvolvimento e feminização da pobreza, de que as políticas de mulheres e políticas de gênero não teriam a mesma eficácia, já que a primeira se basta em reproduzir a estrutura social da dominação masculina, sem tratar e desvendar os aprisionamentos das visões e concepções sobre as esferas produtivas e reprodutivas e os papéis sociais distintos, essencializados, atrelados a homens e mulheres. Outra discussão desenvolvida pela a autora, pertinente à temática deste

trabalho, e que será mais bem discutida na sequência, é sobre a questão da apropriação do debate sobre empoderamento por parte das agências e instituições de desenvolvimento e governos regionais locais, de políticas neoliberais e as descaracterizações que este conceito tem sofrido, sendo distanciado de sua origem mais radical dentro do movimento feminista.

Sardenberg (2006) discute o conceito de empoderamento a partir da perspectiva feminista, que segundo ela surgiu da “práxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização. O conceito ganhou mais de um caminho, pois ao passo que foi para a academia, e serviu para reflexões sobre as mulheres nas perspectivas feministas sobre poder, apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, o que ocorreu por descaracterizar suas propostas mais radicais. O uso do termo tem se tornado bastante disperso, adquirindo novos significados, e tem se tornado comum, tanto no discurso acadêmico quanto em órgãos governamentais e não governamentais – ou mesmo no próprio movimento de mulheres – falar-se do empoderamento de mulheres.

É claro que, no caso da divergência entre a perspectiva dessas agências e a dos movimentos feministas, não se trata apenas de questões de cunho teórico-metodológico e sim de ordem política, o que resulta em perspectivas bastante distintas, senão conflitantes, na abordagem do problema. Por exemplo, existem importantes divergências quanto ao objetivo maior do empoderamento das mulheres. Para muitas dessas agências e órgãos, o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia; para erradicar a pobreza, etc. Não é um fim em si próprio. (SARDENBERG, 2006, p.2)

Macêdo (2008. p.400.) ressalta que é indispensável pensar uma perspectiva sobre a feminização da pobreza que seja consciente de que a reflexão sobre a experiência de chefia domiciliar por mulheres, passa por atentar à dinâmica que envolve a condição da mulher, que enquanto indivíduo, mobiliza-se para a modificação de sua realidade social ressignificando-a a partir dela própria enquanto estrutura social maior. Ou seja, estas mulheres não possuem posturas passivas dentro desse contexto de exclusão social, e essa compreensão nos aproxima muito dos vários sentidos problematizados e pensados pelo movimento feminista sobre o conceito e a essência revolucionária contida na compreensão do termo empoderamento.

A conscientização da luta política, dos processos, e da estrutura de poder que nos cerca enquanto mulheres, é o que dá a mulher a consciência de sua agência e da potência de seus micro poderes para usar em favor de suas vidas. A consolidação dessa compreensão vem da práxis cotidiana das mulheres, e os estudos feministas ao levarem em consideração essas vivências próprias da condição feminina, agregaram mais contribuições ainda acerca de uma definição mais objetiva e precisa do termo “empoderamento”, embora este ainda seja muito

vagamente utilizado por certos setores e grupos da sociedade, como agências e instituições governamentais, dentre outros, que deturpam parte do sentido e da importância real que existe quando o processo de empoderamento está presente na vida de mulheres. Magdalena León tem nesse sentido, uma definição e ponderação muito interessantes para chamar a atenção daqueles/as que se interessam pelo tema sem que se negligencie quanto aos questionamentos que se deve fazer quando do uso do termo.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso do conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. É “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro. [...] O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança (LEON, 2001, p.97).

Dos erros relativos ao uso do termo empoderamento, segundo Sardenberg (2006. p.22), um deles é quando o conceito é propagado como o caráter de “dádiva”, de algo que pode ser outorgado, através de programas e projetos promovidos pelas agências de desenvolvimento multilaterais e políticas de governos. Ocorre de reduzirem o sentido do termo ao atrelar ao mesmo o discurso “de maior facilidade de acesso aos recursos externos, bens ou serviços, secundarizando ou deixando de lado os processos de organização do grupo e de construção de autonomia e confiança das pessoas” (Nanes, 2015, p. 37), reduzindo o enorme potencial que tem o termo enquanto ferramenta para ampliação não só da concepção política das pessoas, como também para pensar uma prática de atuação coletiva que questione as hierarquias de poder.

Assim, a utilização do conceito de empoderamento dentro de agências de desenvolvimento no nível internacional, é carregada de uma série de problemáticas que merecem ser explanadas e ponderadas, e nesse sentido que é dado, acaba por respaldar formulações errôneas e ineficientes de programas regionais e locais, o que só insere mais obstáculos para efetivação dos objetivos de inserção do debate de gênero dentro das políticas

de desenvolvimento, segundo Nanes (2015, p.38). A autora considera ainda que o “tripé agência, recurso e realizações é um importante prisma analítico para discussão de dinâmicas de reprodução e transformação das relações de gênero no contexto de titularidade feminina” (ibid, p.38).

Para Ana Alice Costa (2007), empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades, tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da habilidade e competência para produzir, criar e gerir. O termo começa a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

No objeto de estudo deste trabalho, a titularidade feminina levanta uma discussão a partir da qual podemos elaborar mais outras questões e reflexões, algumas delas já sinalizadas anteriormente. Qual a importância, e de onde surgem, as ações e lutas que pautam a titularidade feminina como uma demanda da realidade de vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social?

Para desenvolver essa questão da titularidade feminina proposta dentro das diretrizes e normas da política habitacional brasileira conduzida a partir do programa Minha Casa Minha Vida, nos governos da era do Partido dos Trabalhadores, é imprudente que se pense sobre tal sem levar em consideração a questão da conquista dos direitos à terra e da titularidade feminina em terras e áreas rurais, sobretudo num país ainda de forte realidade econômica agrária, seja quanto à agricultura convencional, dos processos de culturas para exportação, seja da realidade de trabalhadoras e trabalhadores rurais da agricultura familiar.

É sobre esse ponto de reconhecer a importância dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que a questão da titularidade feminina parte. Deere (2004) traz grandes contribuições sobre a realidade brasileira, da mulher, e o acesso desta à terra. Em seu trabalho, a autora afirma que em meados dos anos 1980 as mulheres eram invisibilizadas quanto à sua atuação dentro do trabalho rural, na agricultura. Por não serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, na filiação de sindicatos de trabalhadores rurais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), elas eram privadas desse reconhecimento e desse lugar, indispensável para reivindicação de direitos da categoria trabalhista.

Os próprios movimentos também de luta pela terra, não reconheciam não só a função das mulheres como trabalhadoras rurais, como ainda as concebiam apenas como dependentes de seus cônjuges, o que era defendido nos argumentos dos mesmos para que as mulheres não fossem integradas aos sindicatos, pois na condição de dependentes, isto já era suficiente para que elas tivessem suas demandas atendidas. Era dessa maneira que a mulher ficava à parte no acesso a bens e oportunidades. A autora argumenta ainda que as trabalhadoras rurais não aceitavam essa condição, sobretudo porque invisibilizava a condição de mulheres que eram não só trabalhadoras rurais, como também chefes de família despossuídas da figura do marido dentro de casa e sendo a principal responsável pelo sustento e provenção das necessidades da família (Deere, 2004). Em resumo;

Na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres no sindicato e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Essas reivindicações refletiram no crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que as mesmas enfrentaram, tanto como trabalhadoras assalariadas, como dentro dos sindicatos rurais (Deere, 2004, p.180).

Deere (2004) credita o mérito maior por levantar a questão do acesso das mulheres à terra na reforma agrária às mulheres presentes nas lideranças dos sindicatos rurais, tanto da CONTAG como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a conquista do direito formal à terra, à coalizão das mulheres dentro do Estado e dos partidos políticos, por meio da unificação política de movimentos de mulheres.

A reivindicação das mulheres pelo direito à terra foi mais persistentemente articulada pelas mulheres da CONTAG, onde essa foi uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília em 1988. Além disso, o fato de que as mulheres fossem desprovidas de suas terras quando enviuvavam – seja como arrendatárias, trabalhadoras assalariadas ou nos assentamentos de reforma agrária – foi denunciado abertamente (Ibid., p.183).

O reconhecimento da importância dos direitos da mulher à terra acontece geralmente por duas razões, o que nós temos chamado de argumentos ‘produtivista’ e ‘de empoderamento’. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e

da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (Ibid., p.176).

As mulheres se articularam na luta pelo direito à terra e conseguiram inserir a demanda na reforma constitucional de 1988, dentro do movimento da luta pela reforma agrária, mas esbarraram bastante nas limitações postas pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais, que na época não concebia gênero e classe como questões compatíveis.

A CONTAG, a CUT e os MMTRs (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) deram mais atenção à questão urgente do reconhecimento da profissão das mulheres rurais, no contexto de sua obtenção de benefícios de previdência social, do que aos direitos das mulheres à terra. Isso é compreensível, dado o fato de que essa foi a questão que aproximou todas as mulheres rurais, independentemente de sua classe, unindo os membros heterogêneos dos sindicatos e o movimento autônomo de mulheres. Mas também houve um vácuo em termos da defesa efetiva dos direitos das mulheres à terra, uma vez que, por todo esse período, o principal movimento social que determinou o ritmo e a essência da reforma agrária foi o MST. De todos os movimentos rurais, como eu tenho demonstrado, o que teve o discurso mais silencioso sobre gênero foi o MST, o qual, especialmente, considerava classe e gênero questões incompatíveis. Juntando esses fatores, explica-se a razão pela qual as mulheres formaram uma proporção tão baixa de beneficiárias da reforma agrária em meados da década de 1990 (ibid., p. 195).

Após a apresentação desse contexto, migramos da questão da moradia agrária para o campo do território urbano. É inegável que as demandas da cidade com relação a titularidade feminina, vieram da luta do campo. Além desse lugar político na reivindicação pela titularidade feminina, há também a pressão dos pactos internacionais entre países quanto à garantia dos direitos humanos, que trata com especificidade a questão da mulher ligada à moradia, e a necessidade da titularidade feminina para garantir a segurança de posse no acesso às mulheres.

No ano de 2012, o governo federal, no investimento habitacional Minha Casa Minha Vida, institui a titularidade dos imóveis para as mutuárias que recebem até três salários mínimos. Tal acontecimento é fruto do debate ocorrido no Conselho Nacional das Cidades articulado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. Políticas que evidenciam as mulheres, como responsáveis por benefícios concedidos pelo governo, reforçam pesquisas nas quais os resultados afirmam ser a mulher a responsável pelo bem-estar da família, uma vez que são mais sensíveis às necessidades do lar em relação ao homem. Seriam então esses benefícios, fundamentais para a satisfação de necessidades básicas familiares e suas titulares as melhores

representantes do espaço doméstico. Na realidade, questiona-se se a busca pela autonomia e pela cidadania feminina seria realmente o principal objetivo da política (Rocha *et al*, 2010).

Segundo Zarias *et al* (2012, p.189) quando aplicada a um processo de regularização fundiária, a perspectiva de gênero não pode se esgotar com a simples titulação de posse, compreendida como um fim, concedendo prioritariamente à mulher o registro do terreno em seu nome. Ela é mais do que isso. A perspectiva de gênero exige a adoção de conceitos, métodos e práticas que passam por todas as fases do processo de regularização, englobando suas dimensões jurídica, física e social, a fim de promover a integração da população beneficiada ao tecido urbano, o que para os autores, só é possível se mulheres e homens gozarem dos mesmos direitos nas áreas do trabalho, educação, saúde e segurança.

No caso da titularidade feminina o discurso recorrente é muito mais no sentido de garantir a segurança das famílias e dos (as) filhos (as) frente ao risco de venda dos imóveis por parte dos companheiros, maridos e/ou namorados, do que propriamente tirar a mulher dessa condição de oprimida na sociedade. O que se questiona em tais políticas é justamente se as mesmas não estariam ancoradas em uma concepção voltada para a família e o seu bem-estar, como uma forma de manter os padrões vigentes heteronormativos e patriarcais de composições familiares, sem levar em conta o verdadeiro significado da perspectiva de gênero para o feminismo, como sendo a busca pela redução das desigualdades sociais entre homens e mulheres que envolve tanto a modificação nos espaços públicos quanto a presença diferenciada dos (as) mesmos (as) em tal esfera, bem como uma socialização diferente da esfera doméstica, por meio da distribuição igualitária das tarefas produtivas e reprodutivas.

O que se observa é que as mulheres estão presentes em todos (ou quase todos) os espaços de manutenção e construção do espaço urbano. No entanto, a cidade, na grande maioria dos casos, não é pensada e desenvolvida a partir de políticas que realmente contemplem as questões relativas à dinâmica entre os sexos (Lima, 2012, p.26-27).

Não é a proposta do presente trabalho, em convergência com o que pensa a autora supracitada, negar a pertinência da titularidade feminina, não só em programas de transferência de renda como também em programas de moradia, entretanto, é fundamental perceber as lacunas e limitações que essas ações apresentam na compreensão que possuem e consequentemente pautam, sobre a realidade da condição feminina, da mulher brasileira pertencente às classes populares.

Lançar políticas afirmativas é de grande importância, haja vista que a perspectiva do bem-estar mais do que importante, é fundamental para manutenção da vida, no entanto tais medidas necessitam estar em conexão com demais políticas públicas que venham a gerar um processo de real mudança na vida das mulheres. Quando a Política de Titularidade Residencial Feminina é analisada a partir desta reflexão, não se discute, como afirma Gouveia (2005), a importância das políticas afirmativas para a transformação das relações desiguais de gênero, mas a sua insuficiência podendo, muitas vezes, levar à conservação de situações que se buscam transformar (Lima, 2012. p. 29).

4 CONTEXTO E INTERLOCUTORAS: A REALIDADE LOCAL DAS CONTEMPLADAS

As múltiplas experiências vivenciadas pelas interlocutoras de pesquisa estão conectadas a situações de uma realidade local composta de aspectos importantes que dizem respeito desde a necessidade de se conhecer a história do bairro em que estas mulheres se encontram, até sobre como/e se a cidade dispõe de serviços e oportunidades de trabalho e fonte de renda para as mulheres moradoras do CH Nova Vida. A proposta deste capítulo em diante, é descrever a realidade observada em campo, e expor algumas reflexões em relação a realidade local das mulheres petrolinenses, sertanejas, no contexto da moradia em conjuntos habitacionais, e suas articulações - no que concerne à reorganização de redes de apoio e sociabilidade dessas mulheres até o protagonismo que tiveram frente às ações comunitárias na história de consolidação do bairro do João de Deus, onde se localiza o CH Nova Vida – bem como de suas lutas em movimentos de ocupação urbana na cidade e da experiência de viver em lugares de moradia insalubre e precária antes de serem contempladas pelas ações do PMCMV.

Basicamente, os próximos capítulos haverão de tratar sobre a questão da reintegração e readaptação das mulheres a uma nova realidade que antes à contemplação elas não faziam parte. Lembrando, principalmente para iniciar este capítulo, que a concepção de moradia gira em torno de uma ideia (representativamente falando) muito mais do que a de “um teto e quatro paredes”, e que segundo Rolnik (2011), e que necessita que se tenha uma ampla rede de serviços e oportunidades para que o bem da casa seja compreendido para além do estatuto de coisa (objeto), e passe a ser considerado moradia, o que implica que esse espaço disponha de uma série de tantos outros aspectos e aparelhos sociais, relações e simbologias fundamentais às necessidades vitais e culturais das pessoas, para além da concepção de casa como proteção da integridade física das pessoas, tão somente.

Por último, discutir sobre o perfil das moradoras desse CH e trazendo à tona como foi todo o processo de aproximação com o campo de pesquisa, a iniciar da primeira empreitada realizada em 2013, quando estudante da graduação em Ciências Sociais em busca de situações inquietantes para objeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, também faz-se imprescindível em meio a esses processos. É disso que tratar-se-á a seguir.

4.1 PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO E AS MULHERES DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA VIDA

Em meados de 2012 conheci o CH Nova Vida, em Petrolina – PE na ocasião de visita à uma antiga vizinha próxima da minha família que costumava às vezes contar conosco para pedir alguns favores e ajuda, que por sua vez, eram estes quase sempre ligados à sua condição financeira precária. Vitória (a quem irei me referir novamente, através deste pseudônimo) era o tipo de pessoa que sempre ajudava minha mãe em algumas tarefas e situações. Morava “de favor” (como popularmente é pensada uma concessão de auxílio entre pessoas em que situacionalmente uma delas é pensada em condição social e econômica mais desfavorecida que outra) junto com seu companheiro e mais cinco filhos com idades entre zero e dez anos, numa pequena casa que pertencia a sua mãe, pessoa com quem tinha muitos conflitos na relação de convivência.

Vitória costumava vir sempre até a minha casa para conversar com minha mãe sobre suas insatisfações de vida. Algum tempo depois, logo após ter descoberto graves problemas de saúde, conseguiu ser sorteada com a casa do PMCMV no conjunto Nova Vida em Petrolina, o então componente do recorte da pesquisa em 2013. Toda a minha aproximação com este lugar se deu a partir da ocasião em que essa vizinha, pessoa e que tornou-se posteriormente uma interlocutora de pesquisa, veio até minha residência noticiar sobre a contemplação, expressando alegria e alívio em ter conseguido moradia própria, que lhe custaria algumas tantas parcelas de R\$50,00 mensais, mas que lhe garantiria segurança de posse e uma conquista.

No dia em que recebeu a chave da casa e que resolveu se mudar, Vitória pediu ajuda dos meus familiares para que levassem alguns de seus pertences no carro que dispunha em minha residência. Não estive presente no dia em que realizou sua mudança, então não foi nessa ocasião que conheci o local. Contudo, após ter passado esse momento, ocorria sempre de seus filhos sentirem falta do bairro antigo em que moravam, e principalmente da avó, com quem também conviviam cotidianamente. Sempre que pediam, a mãe nos telefonava pedindo para que, se pudessemos, fossemos buscar as crianças para levar até a casa da avó, e sempre que era possível, nós atendíamos seus pedidos, por saber da importância que era manter os laços familiares a partir dos contatos cotidianos.

Numa das ocasiões de vinda das crianças, eu fui a pessoa que conduziu o carro até o CH, à pedido e companhia de minha mãe, já que a mesma não sabia dirigir, e que era muito mais próxima dessa vizinha que eu, tida por ela como uma amiga. Foi nesse dia que estive no Nova Vida pela primeira vez. Saímos de casa em direção ao conjunto, chegamos até lá em cerca de dez minutos. Ao me aproximar, já tive a atenção despertada pela quantidade de casas e a extensão do local, e mais tive certo espanto pela mudança paisagística do que era aquele lugar antes da chegada daquelas casas.

Aquela área não passava de um grande matagal que fazia parte de um cenário de perigo em Petrolina, por se encontrar aos fundos de um bairro periférico e fortemente estigmatizado pela violência e criminalidade na cidade. Na área do conjunto habitacional, não havia em 2013 nenhum serviço de transporte, educação, segurança ou qualquer tipo de atividade que não fosse centralizada no bairro João de Deus, que, ainda assim, ficava distante para algumas famílias que residiam nas ruas mais afastadas dos pontos de ônibus mais próximos do Nova Vida que se encontravam no bairro do João de Deus.

O conjunto apresentava-se como uma enorme maquete arquitetônica, impressão dada pela proporção do tamanho do empreendimento, e a forte uniformidade e padronização das casas e de suas ruas; pareceu-me, numa maneira esdrúxula de se dizer, que haviam “arrancado” aquele quadrado de casas de algum lugar e tinham colocado naquele “meio de mato” – como um trator ou caminhão com guindaste coloca alguma peça no chão – pela típica falta de espontaneidade no surgimento e organização de um bairro que é planejado.¹⁵

Dentre as casas idênticas, algumas já eram modificadas com propagandas eleitorais nas portas por meio de adesivos, outras com pequenas “bodegas” em suas janelas, cartazes de cerveja e refrigerantes à venda, assim como também já existiam uma variedade de serviços nas casas e em seus quintais, como costureiras, metalúrgicos, revendedoras de cosméticos, bares e outros. Crianças nas ruas interagiam e brincavam como se já se conhecessem há muito tempo. Vizinhas fazendo amizade, molhando seus terreiros para baixar a poeira das casas ainda sem muro, interagindo umas com as outras a partir da realidade da condição feminina em comum de cuidadora da casa, de boa parte das mulheres do conjunto. Aquela conjuntura muito me chamou atenção, pelo grande emaranhado de situações distintas de cada família,

¹⁵ O Nova Vida é também um bairro, apesar de ser considerado pelos moradores, parte do João de Deus e existir essa confusão de indefinição de pertencimento pelos moradores do CH.

que apesar de distintas, compartilhavam da mesma condição de pessoas financeiramente classificadas como baixa renda, pois viviam num perfil de renda classificado entre zero e três salários mínimos pelos critérios de elegibilidade do programa.

Minha realidade de vida permitiu com que, por acaso (e talvez não tanto assim), eu conhecesse o conjunto habitacional através das redes de interações desenvolvidas entre minha mãe, eu e nossa antiga vizinha, certamente pelo “simples” fato de sermos mulheres e desenvolvermos cumplicidades em nossas situações de vida naquele momento. Esse fator, em muito foi determinante em vários aspectos da pesquisa, desde questões que se colocaram como facilitadoras para mim, enquanto estudante da graduação em Ciências Sociais (e também na experiência do mestrado), que se lançava a fazer pesquisa e precisava se inserir num campo novo e desconhecido - para tecer com mais legitimidade e segurança sobre as reflexões do objeto de pesquisa - até as dificuldades que estiveram ligadas à minha figura de pesquisadora em relação à proximidade com os sujeitos de pesquisa.

Embora ainda não estivesse com meu objeto de estudo definido, de fato, durante as primeiras visitas ao CH em 2013, ainda como mera conhecida de Vitória, pude viver a partir destas idas uma espécie de pré-campo, já que aquele local e todo o seu contexto me saltaram aos olhos já no primeiro contato, como estudante de Ciências Sociais à procura de um objeto de estudo.

A forma como poderia me inserir dentro daquela comunidade foi determinante na escolha desse tema de pesquisa sobre o qual discorro no presente trabalho. Eu era, sobretudo, uma pessoa que já atentava para vivências entre mulheres e as questões de gênero como um todo, pelas experiências na Secretaria Municipal da Mulher de Petrolina, onde desenvolvi quase um ano de trabalho em estágio curricular obrigatório, sobretudo de contato com mulheres vítimas de violência doméstica, artesãs, trabalhadoras domésticas, e demais pequenas empreendedoras, como maior perfil do público que procurava o órgão. Também pelas pesquisas de iniciação científica com trabalhadoras domésticas, durante dois anos, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco; pela proximidade com a minha antiga vizinha, e no final de tudo, a identificação com o tema pelo fato de ser mulher, tendo vivenciado também nessa trajetória momentos em movimentos sociais ligados à causa feminista.

A minha condição feminina enquanto pesquisadora, foi o maior aliado de todos na aproximação com os sujeitos de pesquisa, já que trabalhei com metodologias que valorizam as

histórias de vida das interlocutoras e interlocutores de pesquisa, não só durante a graduação, mas principalmente no mestrado acadêmico. Em se tratando de estudar mulheres e seus contextos de vida, muitas coisas dependem da afinidade e confiança por parte das mesmas, para que o(a) pesquisador(a) possa ter acesso a essas histórias de vida e outras informações.

O pré-campo mostrou o que seria requerido de mim na hora de imergir na pesquisa de campo, sobretudo, do que seria esperado por parte da comunidade, e de quais seriam minhas possíveis limitações ali naquele espaço. Alguns favores me foram esperados em algumas situações de campo, como a cargo de exemplo, a da moradora com quem iniciei as primeiras entrevistas da pesquisa, a fundadora do Clube de Mães, a quem chamo de Céu como pseudônimo nesse trabalho.

Nos preparativos para a festa do dia das mães, e em uma de minhas visitas à sua residência nesse período, pude ajudar a planejar a festa com ela, quando me dei conta de que ela esperava alguma postura minha ali dentro ao ver que o clube era frágil de estrutura para se manter, e manter suas ações, e que só dependia da ajuda de cada um interessado no que era desenvolvido pelo mesmo, inclusive eu, a pesquisadora que estava ali estudando aquelas mulheres que faziam parte daquele clube; logo, compreendi então, suas expectativas com relação a minha presença naquele local (Valladares, 2005).

Percebido isso, de pronto, colaborei para os preparativos da festa trazendo ideias de lembrancinhas artesanais para presentear as mães, e um CD-ROM com arquivos em mp3 com músicas que um grupo de meninas jovens iriam dançar em apresentação como homenagem às mães naquela ocasião. Colaborar com essas pequenas atitudes não foi nenhum sacrifício para mim, sobretudo estando consciente do que Angrosino (2009, p.46) sugere em seu trabalho sobre etnografia e observação participante, quando recomenda que antes de se lançar em campo a fazer uma pesquisa por meio do método etnográfico, o pesquisador deve antes de tudo, começar com uma espécie de “inventário pessoal”, a partir do qual ele possa refletir sobre suas próprias limitações e sobre o que pode e merece ser modificado em sua própria postura, para uma melhor inserção no campo. Este autor defende ainda que o ideal é que haja uma espécie de harmonia entre a escolha do tema e as limitações do pesquisador ao se lançar naquele contexto. Essas orientações foram imprescindíveis para compreender minhas limitações após todo o meu processo de adoecimento na experiência da pós-graduação, pois nos momentos mais críticos do campo, não podia me desligar do mesmo para me tratar, porque Vitória ainda pedia/esperava favores à mim, através de minha mãe, para intervir e

colaborar com sua realidade de vida naquele momento, coisas estas que eu quase sempre não conseguia negar diante das condições precárias de vida da mesma, e que assim, dessa maneira se fazia presente constantemente na minha vida.

Depois dessa reflexão anterior de Angrosino, o autor orienta ainda que o pesquisador, então, desenvolva um foco de pesquisa, que partirá de “n” motivações do mesmo. No caso desta pesquisa, as motivações que me provocaram na questão deste trabalho, foram pela minha proximidade com as discussões de gênero, e pelo desejo pessoal de saber como aquelas mulheres percebiam aquelas moradias em suas vidas, sobretudo para pensar questões que envolvem as desigualdades de gênero, já que levanto algumas bandeiras políticas e ideológicas a respeito disso, sobretudo para além dos espaços acadêmicos.

A partir das muitas situações que fui observando nas minhas primeiras idas ao CH Nova Vida, perguntas foram surgindo, com o interesse voltado além da vida de Vitória em relação àquele local e os arranjos de sociabilidade desenvolvidos ali. As primeiras perguntas que me fiz foram: “como é possível as pessoas se adaptarem a esse contexto tão impactante, de modo a desenvolverem interação entre si, tão rápido? ”, “como toda uma dinâmica social acontece tão instantaneamente e repentinamente num local onde antes não havia nada? ”, “o que rege essa sociabilidade? ”, “que tipo de orientação/senso coletivo organizador causa essa coesão social? ”, “como essas pessoas devem se sentir agora nessa situação nova? ”. Permaneci com essas questões em mente e segui me perguntando no caminho de volta para casa durante todas as vezes que fui ao Nova Vida para visitar Vitória, ainda como apenas uma antiga vizinha da mesma.

Da primeira vez que fui ao Nova Vida, as idas seguintes foram motivadas pela minha curiosidade e inquietação com aquele lugar. Comecei, daí então, a pesquisar sobre o programa, o que de início me possibilitou ficar a par sobre os trâmites burocráticos e requisitos para se conseguir uma daquelas moradias, isso tudo por meio de algumas cartilhas e notícias que diziam respeito à implantação do programa em questão, do Governo Federal.

Descobri, então, que um dos requisitos e prioridades do PMCMV era atender ao público feminino com atenção especial, e isso se apresentou como mais um fator que merecia atenção, sobretudo pela coincidência de ter surgido concomitantemente a um momento meu de proximidade com as discussões de gênero, e a própria atuação que eu desenvolvia na equipe da Secretaria Municipal da Mulher de Petrolina.

Nesse período, fiz algumas leituras a respeito do programa Minha Casa Minha Vida e da política pública habitacional a qual o programa integra e delimita suas determinações. Porém, a literatura na época a respeito disso era quase nenhuma, haja visto o pouco tempo de criação do mesmo, implantado em 2009, o que me deixou às cegas no processo de aproximação e de decisão de um possível objeto de estudo para o meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais. Apesar disso, não desencorajei.

Comecei meus questionamentos quanto à mulher contemplada pelo programa, visualizando e refletindo a partir da situação de Vitória, a minha antiga vizinha, que era viúva com pouco mais de trinta anos de idade, que trabalhava de diarista em casas de família e recebia por faxina feita, então ela estava sempre tendo que sustentar a maior parte da despesa com a casa e com os filhos. O pai dos seus filhos tinha envolvimento com o tráfico de drogas quando moravam no Rio de Janeiro e os conflitos com traficantes, dentro desse contexto, acabaram por assassiná-lo, ao que conta a sua ex-esposa, interlocutora de pesquisa. Depois que seu marido faleceu, ela se viu obrigada a voltar para Petrolina, seu local de origem, junto com os 4 filhos na época, em busca do apoio da família.

Depois de um tempo da sua volta, conheceu outro rapaz, com quem começou um relacionamento e teve mais uma filha. Sua última gravidez foi considerada de risco, tinha diabetes gestacional, e engravidou num período em que estava com sérios problemas uterinos, tendo que parar de trabalhar durante o tempo da gestação. Então, foi a partir daí que seu companheiro passou a ser o provedor da família, o que se tornou uma situação nova em sua vida, pois em todo o seu histórico de vida, foi trabalhadora e a principal responsável pela manutenção da casa e dos filhos.

Tendo o conhecimento dessa situação, passei a julgar, enquanto pessoa próxima e mesmo enquanto pesquisadora, como justo o fato de ela ter conseguido aquela casa, já que eu conhecia de perto toda a sua história de vida e as situações por quais passava cotidianamente. Pensei então que era possível que eu encontrasse muitas “vizinhas” na condição de mulher como a de Vitória, que compartilhassem da mesma situação naquele conjunto habitacional.

Houve um dia em que fui para a reunião de inauguração do Clube de Mães, e nesse dia, num momento da fala do secretário de habitação de Petrolina, algo me chamou muita atenção. Ele fez sua fala em torno da ideia de que as mulheres eram merecedoras de reconhecimento, naquela realidade de uma nova moradia, porque estiveram muito mais à frente da luta pela moradia durante todo o tempo, em comparação aos homens. Naquele

instante quando ele se referiu à luta, imaginava que se referia à luta cotidiana comum que a maioria das mulheres passam durante toda a sua vida pela sua condição de feminina em uma sociedade patriarcal, e com esse pensamento segui de volta para casa, o que mais tarde veio se revelar nos relatos de campo, por meio das entrevistas que tratavam do contexto da participação de algumas mulheres em movimentos de ocupação urbana.

No dia 23 de março de 2013 realizei minha segunda visita, e ao chegar na casa da moradora Céu, descobri uma série de coisas sobre as quais eu não tinha noção de que já aconteciam antes de todo esse processo de mudança para as casas do Nova Vida, como, por exemplo, a coesão entre aquelas moradoras, dada a experiência de ocupação urbana que muitas delas haviam compartilhado juntas enquanto vivência, e isso realmente foi uma novidade para mim, já que minha antiga vizinha não vinha dessa mesma realidade. Assim, também fui percebendo a diversificação entre os perfis de mulheres moradoras daquele conjunto habitacional.

Essas pequenas surpresas me mostraram, de fato, que a “bússola” que me guia enquanto pesquisadora estava mesmo dando as coordenadas para a continuidade das investidas naquele tema de pesquisa. Eu tinha as peças principais que me levavam a crer que o tema de pesquisa era, de fato, viável: afinidade com a temática, boa inserção no campo, e um tema dotado de complexidade, já que no pré-campo e nas primeiras conversas com as moradoras, questões surgiam cada vez mais apontando a profundidade do objeto de estudo.

Além disso, havia alguma literatura, embora nenhuma sobre a questão da mulher no contexto de moradia do PMCMV, entretanto haviam muitas que tratavam da discussão sobre mulheres, moradia, e sobre os conjuntos habitacionais no país, e isso já me auxiliaria bastante para pensar algumas questões da constituição do meu recorte de pesquisa. Assim, iniciei as primeiras investidas, posteriormente a esse período, na pesquisa do mestrado, que me renderam bons períodos de crise e desespero frente à situações de vida tão complicadas como a de Vitória, que, não bastasse ser uma mulher com tantos problemas relacionados à condição financeira, era também naquele momento da realização da pesquisa do mestrado, em 2015, uma pessoa que descobria um câncer em estágio terminal (que infelizmente acabou por levá-la ao óbito, ao final de 2015) e com cinco filhos menores de idade, dos quais quatro eram órfãos de pai; e ainda possuía um marido displicente, relapso, infiel e vaidoso, segundo muitas de suas queixas feitas à mim.

Ao chegar em casa, do campo, minha mãe sempre pedia notícias de Vitória à mim, e vice-versa. Essa situação me deixava extremamente incomodada, mas não posso deixar de considerar que apesar de todo o peso – e para as questões escusas ao que se propõe neste trabalho – Vitória também teve momentos de solidariedade com relação ao meu adoecimento, pois ao saber de minha condição depressiva, separou um de seus dias para passar o dia na minha casa, e ir até uma ilha comigo para tomar banho de rio, eu, ela e sua filha mais nova, momento esse que marcou definitivamente todo o meu compromisso em levar a cabo e até o fim, a discussão da situação de vida daquelas mulheres na minha pesquisa do mestrado, movida pelo sentimento de fidelidade, e certa sororidade (remetendo a uma interpretação de um conceito dos movimentos feministas) com relação a uma condição feminina em comum de mulheres que sofrem pelo machismo, e respeito a pessoas que mesmo em condições tão difíceis de vida, mostram-se ainda muito solidárias à realidade de vida de outras. Essa solidariedade é muito presente em bairros periféricos, onde as pessoas ressignificam compreensões que quase sempre vem de uma imposição social, e laços familiares, para se unir e ajudarem-se (essa discussão desdobra-se com melhor aprofundamento no capítulo 5 deste trabalho).

As mulheres do conjunto habitacional Nova Vida são bastante diversas. Seja em suas origens, nas suas crenças, composições familiares, valores morais, e demais outros aspectos constituintes de suas subjetividades e universos. Entretanto, alguns perfis mais comuns foram encontrados. Foram um total de 12 mulheres entrevistadas e 1 cônjuge apenas (observações a serem feitas a seguir, a respeito do número baixo de cônjuges participando da pesquisa e das entrevistas). As principais características como norte investigativo na busca por compreensão e caracterização daquele objeto, para se pensar um contexto mais geral das moradoras do Nova Vida, foram: a questão da conjugalidade, maternidade exercida ou não, suas origens (enquanto lugar, e naturalidade), fonte de sustento e renda dessas mulheres, ocupações (remuneradas ou não), perfis étnico-racial, religião e concepções em torno da casa e de uma vida atrelada ao ambiente doméstico.

Na pesquisa, a maioria das mulheres eram casadas, e algumas eram solteiras, entretanto, muitas dessas mulheres solteiras tinham namorados ou companheiros a quem não delegavam nem incutiam o lugar de maridos. Quando questionadas a respeito do porquê de não assumirem/reafirmarem o compromisso de modo padrão, costumavam responder que isso se dava pelo fato de já terem passado por experiências anteriores nas quais não foram bem

tratadas por seus cônjuges, por isso viram mais desvantagens do que vantagens para elas, dentro uma relação conjugal formal/convencional.

Em algumas falas em grupo, nas calçadas, as moradoras que falavam sobre serem solteiras, diziam serem modernas em seus relacionamentos, pois “homem só servia para dar dor de cabeça” e nunca haviam tido algum companheiro que tivesse sido realmente bom em suas vidas, do modo como gostariam. Pensavam desta maneira porque havia ainda muito estigma em torno das mulheres que não aceitavam um relacionamento padrão, que obedecesse às normas sociais que vêem a mulher como restrita aos cuidados da casa e do marido, que segundo elas, não era o ideal, pois tinham também seus direitos.

Dentre essas mulheres, haviam moradoras que tinham se casado mais de uma vez e tido filhos de maridos diferentes, o que eu, enquanto pesquisadora, imaginava que pudesse ser presente com muita força naquele espaço como um tabu, entretanto, para muitas delas mulheres isso já não era tão importante assim, pois não se importavam em prestar esclarecimento de suas vidas para quem não achassem que devessem qualquer tipo de satisfação acerca de suas vidas/condutas.

Das moradoras casadas, a maioria delas tinha muitas queixas com relação aos seus cônjuges, pois ainda eram pouco participativos e respeitadores de suas individualidades. Casadas em alguma medida ou de outra, por uma imposição social, é comum na fala de algumas delas encontrar a gravidez como principal motivo para terem se casado. Muitas se queixavam de que os maridos eram bastante ciumentos e que por isso até proibiam-nas de trabalhar. Outras ignoravam a compreensão e maneira de pensar do marido, e “passavam por cima” das decisões que eles poder impor à vida delas.

As moradoras contam também haver maridos mais compreensivos (embora em menor quantidade), participativos tanto com os afazeres domésticos quanto no cuidado com os filhos, e que reconheciam a importância do trabalho da mulher na unidade familiar. O número baixo de cônjuges entrevistados se deu pela dificuldade não só de encontra-los em campo, quanto por fatores como não disponibilidade e dificuldade pessoal de me abrir com eles. Eu era vista como uma menina de pouca idade, que fazia um trabalho da faculdade naquele local. Muitos olhavam com certo descrédito ou desconfiança, ou diziam não ter tempo, ou simplesmente não quererem participar das entrevistas. Entretanto, como minhas visitas eram mais no meio da semana, a maioria dos cônjuges dessas mulheres encontravam-se trabalhando. Quando nos finais de semana, estavam fora de casa, em bares com amigos, ou

resolvendo coisas de suas vidas pessoais a fora. De toda forma, a maior parte que me interessava na pesquisa sobre eles, dependia muito mais da concepção da mulher acerca disso do que dos próprios discursos masculinos.

Uma ou outra moradora era solteira, ou “moça velha”, que não tinha se casado ou se comprometido com ninguém, e com relação a essas mulheres era bastante perceptível o grau de solidão e certo isolamento pelas demais, tidas como casadas na comunidade. Perto das outras mulheres, estas eram questionadas porque não se casaram ou não quiseram ter filhos, e algumas destas mesmas mulheres gostavam de dizer “que sorte a sua!”, ou então “certa você! Se eu pudesse não teria me casado! Foi a pior coisa que fiz, casar e me encher de menino!”. As mulheres moradoras que encontrei nessa condição de solteiras, pareciam que haviam mantinham essa situação como uma maneira de respeitar suas maneiras de viverem e gostarem de ser, e de garantir suas integridades físicas, morais e emocionais, ainda que muito pressionadas e assediadas, inclusive, pelos homens, e demais pessoas da família e do convívio social.

A maioria das interlocutoras encontradas reconheciam-se racialmente entre negras e pardas. A faixa etária predominante entre essas mulheres era entre 34 e 49 anos. Era bastante comum não serem naturais de Petrolina, e terem se mudado para a cidade vindas de outras cidades do interior, zona rural, lugares até mesmo menores que Petrolina (povoados, vilarejos), em áreas de sequeiro, para trabalhar na agricultura junto com seus pais e a família. Sobre suas religiões predominou os perfis de católicas (praticantes ou não) e evangélicas/protestantes.

Foi interessante perceber a variação de concepções e valores entre essas gerações, sobretudo nos momentos em que eu chegava na rua Cássia Amarela e encontrava muitas dessas mulheres reunidas à tarde, debaixo e à sombra dos pés de Neem, em frente a todas as casas das ruas. Nessas rodas, encontravam-se mulheres de todas as idades, e meninas, suas crianças. Foram os momentos mais ricos da pesquisa, pois havia uma riqueza enorme de informações. Cada pergunta nova que surgia, era possível uma impressão nova, diferente, sobre cada uma daquelas mulheres.

Muito dissenso, diversos estilos, mas todas unidas em nome da solidariedade e cooperação frente às suas realidades de vida, compartilhando-as – e não há aqui nessa declaração, nenhum tipo de romantismo com relação ao sentimento de sororidade percebido a partir de minhas conceituações de uma teoria feminista frente aquelas realidades de vida, pois

onde mais me humanizei e me fiz classe popular, enquanto mulher, foi nesses espaços, quando tive que me abrir para entender o que era ser mulher dentro daquela realidade de vida.

A maioria das interlocutoras são mães de mais de um filho(a), e possuem alguma ocupação como fonte de renda. As que não possuem, se reconhecem firmemente como donas de casa, com orgulho pelo discernimento que possuem da dificuldade que é assumir um posto como esse. As mulheres que eram casadas e donas de casa alegavam não ter muito poder de decisão frente ao poder financeiro do marido, por isso muitas delas abdicaram do posto de donas de casa somente, e foram buscar ocupações remuneradas como maneira de pleitear mais respeito dentro da família, sobretudo frente ao marido, pois é comum estes se valerem do argumento financeiro para poder impor sempre suas vontades e mandonismos.

Dentre as ocupações mais comuns, encontram-se a de trabalhadoras rurais, empregadas nas fazendas de uva e manga para exportação na região, e trabalhadoras domésticas. Também cabeleireiras, manicures, cozinheiras, faxineiras, auxiliares de serviços gerais e profissionais autônomas (revendedoras de cosméticos, roupas, calçados, bijuterias, etc.). Algumas moradoras tinham mini comércio em suas casas, quase sempre de posse do marido/companheiro. A moradora que tinha um ou outro comércio em sua residência, costumavam não ter um homem como figura central dentro de casa.

Frente à todas essas características descritas até o momento sobre as moradoras do conjunto habitacional, para efeito de contextualização, dá-se procedência agora a seus contextos de vida relacionados à moradia e a questão local da área em que residem e da cidade.

4.2 PROTAGONISMO FEMININO NA BUSCA POR MORADIA, E O BAIRRO DO JOÃO DE DEUS

Ao estudar as mulheres moradoras do conjunto habitacional Nova Vida e o efeito da contemplação pelo PMCMV nas suas realidades, foi necessário buscar conhecer a história do bairro originário que sedia a área do conjunto habitacional. Alguns indícios provenientes das histórias de vida de algumas das mulheres entrevistadas já mostravam que o João de Deus teria algo a revelar sobre sua história no que tange à questão da mulher e da moradia, mas que

só foi conhecido por mim porque tive de ir em busca dessa contextualização durante o trabalho de campo.

Apesar de terem chegado de maneira repentina naquele CH, algumas mulheres se conheciam já da época de quando eram de movimentos de ocupação urbana na cidade (sendo as duas principais ocupações a da Vila Dilma e a da Vila dos Carneiros), o que de alguma maneira proporcionou que elas se articulassem e continuassem se ajudando, da ida para um lugar onde não havia ninguém conhecido e consideravelmente distante de suas realidades de vida anteriores.

Com vinte e sete anos de sua fundação, o Bairro do João de Deus, em Petrolina, é um dos mais populosos da cidade, contando com cerca de vinte e cinco mil habitantes, segundo relatos de moradores atuantes e líderes comunitários do bairro entrevistados na pesquisa. É um bairro muito conhecido na cidade, sobretudo por ser a maior referência enquanto periferia, humanizada e alvo de muitos trabalhos e projetos sociais, apesar de todo o estigma de violência e marginalização que carrega em decorrência do baixo poder aquisitivo de seus moradores, que são fortemente atingidos pelos mais diversos espectros de exclusão social.

Além desse aspecto, há uma característica muito importante, que é o perfil dos moradores, resumido basicamente entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, pedreiros, trabalhadoras domésticas e donas de casa, além de trabalhadores do comércio da cidade. Dentre os meus contatos no Nova Vida, não foi possível encontrar ninguém que pudesse contar precisamente a história do João de Deus, pois a maioria não morava anteriormente no local e eram provenientes de outras áreas da cidade, ainda que tivessem parentes e pessoas próximas conhecidas residentes no local. Assim, tive que buscar pessoas que conhecessem com profundidade a história do lugar. Foi quando então conheci uma mulher, moradora do bairro há 13 anos, educadora social ligada aos movimentos sociais da luta pela terra, e à algumas pastorais da igreja católica, conhecida no bairro pelo seu histórico de atuação na comunidade em trabalho com os jovens. Marcamos um encontro, e neste dia Juci – seu apelido, como preferia ser chamada – e eu conversamos bastante sobre a história e os problemas sociais do bairro.

A educadora popular conta que ao chegar no bairro, foi morar na paróquia, assim pôde estudar e desenvolver suas ações movida pelo impulso de melhoria da vida dos jovens da comunidade. O João de Deus é um bairro muito estigmatizado por causa de sua pobreza, sendo os moradores até hoje, ainda que em menor medida, tratados com hostilidade e

desconfiança, sobretudo na procura por empregos no comércio do centro da cidade. A educadora conta que antigamente ocorriam assassinatos na cidade, em outros bairros, e a mídia local frequentemente noticiava o fato como tendo acontecido no João de Deus. O bairro também era/é popularmente e pejorativamente conhecido como “João da Bala” em alusão à tiros de armas de fogo. Entretanto, apesar de todos os estigmas, o que pude observar e vivenciar é que o bairro é um lugar composto por trabalhadores das classes populares, relativamente afastado da área central da cidade, e muito próximo às fazendas da região, com uma dinâmica própria e abastecido de diversos serviços como equipamentos sociais de acesso à saúde, educação, alguns serviços administrativos do governo local e com um comércio farto e reconhecido pela população local.

Após meu primeiro encontro com a educadora social, Juci, o segundo encontro que tive com a mesma foi na ocasião da procissão do dia de São João Batista, momento este que ela me recomendou ir para que eu pudesse ver e finalmente conhecer algumas das mulheres moradoras do bairro desde a sua origem, também para perceber como a figura da mulher está inserida no bairro através das atividades da igreja católica, que é ainda, a religião que mais congrega adeptos no bairro (praticantes ou não). As mulheres estão fortemente inseridas nas atividades e mobilizações da igreja, e a igreja desenvolve por meio das pastorais uma série de ações sociais voltadas para o público local, como por exemplo, assistência social quanto ao fornecimento de leite, vestimentas e palestras com finalidade de orientação no cuidado com crianças recém-nascidas para mães em situação de pobreza extrema.

O momento da procissão serviu ainda para perceber a dinâmica de vida daquelas pessoas, pois enquanto caminhávamos, observávamos muitos aspectos do bairro e do momento da procissão na relação com os moradores locais. Pude observar que muitas mulheres estavam presentes na paróquia, para a ocasião da procissão. Entre meninas, jovens, adultas e idosas, a coesão em torno de uma cultura feminina era muito evidente, percebida pela maneira de se portarem, vestirem, arrumarem os cabelos, em suma, de definirem seus estilos ainda que pudessem variar, mas que esteticamente pareciam muito iguais. Algo que delimitava o reconhecimento de umas nas outras.

Logo que cheguei à igreja fui recebida por um rapaz também da paróquia, de nome Cícero, pessoa próxima de Juci. Das mulheres que a educadora social me apresentou das primeiras moradoras do bairro, a primeira delas que conheci foi Dona Lurdinha, moradora do bairro desde que ele surgiu anos. Dona Lurdinha, uma senhora negra, sorridente, de mais de

cinquenta anos e mãe de cinco filhos, contou rapidamente naquela ocasião detalhes de sua chegada, com muita emoção, falando de todo o sofrimento vivido naquela época e ressaltando a união do pessoal na chegada àquela área depois do processo de conquista do território do bairro. Disse ainda que seria um prazer me receber, e que sobre o bairro ela tinha muita história para contar.

A área do João de Deus foi habitada em sua inauguração, por famílias provenientes de ocupações no bairro José e Maria e Pedro Raimundo. Nesta época, a prefeitura entrevistou para remoção de pessoas nas duas áreas, e, em contato com os dois grupos, acabou por destinar uma outra área para que esses grupos habitassem e morassem neste outro lugar. Dona Lurdinha conta também que apesar da dor, e da dificuldade, eles se sentiam felizes porque ali seria o pedaço de terra de cada um deles.

O João de Deus é de fato, uma comunidade de trabalhadores, sobretudo do âmbito rural. O bairro possui muitos serviços e forte comércio (lojas de roupas e confecções, oficinas de carro e moto, restaurantes, bares, pizzarias, papelarias). Possui ainda creches, escolas, unidades de saúde da família, horta comunitária, igrejas de várias religiões, e etc.

Durante a procissão, conversávamos muito, eu e Juci, e muitas coisas à respeito do bairro me foram reveladas, outras construímos juntas nas nossas compreensões a respeito do lugar. Juci me conta que o canto característico entoado pelas rezadeiras marcado por tom trêmulo, é típico e presente nos velórios de zona rural, e de cidades menores do sertão, algo que indica a forte relação daqueles moradores de um bairro da zona urbana, com tradições religiosas e culturais da zona rural. Descobri ainda que o bairro possui manifestações culturais populares como reisado, rodas de São Gonçalo, e os Caretas durante a semana santa.

Quando as terras de onde hoje é o João de Deus foram cedidas para que as pessoas habitassem, as mulheres contaram rapidamente que iam sempre até a Compesa (empresa de saneamento e esgoto de Pernambuco, com seção em Petrolina), local bastante distante do bairro, em busca de água com suas latas na cabeça. Contam também que quando da fundação do bairro, chegaram em torno de duzentas famílias, que foram deixadas no entorno onde hoje é o CH Nova Vida, e que ainda é o ponto onde se inicia a sequência ordinária da numeração das ruas do bairro.

Movidas pela necessidade de moradia própria, Dona Lurdinha e Dona Aparecida, também uma das primeiras a chegar no bairro, resolveram participar de ocupações urbanas e

assim conseguiram suas casas onde hoje é o João de Deus, ambas contam que seus maridos não tinham interesse em participar da ocupação, pois não viam algum tipo de benefício ou possibilidade de sucesso com a iniciativa. Desse modo, eles contentavam-se sempre em viver de aluguel ou na casa dos pais. Nas ocupações, as mulheres participavam inclusive na construção física dos barracos. Na chegada ao bairro, as casas foram construídas de barro, já que era o tipo de solo do lugar. A casa popular da época não era acessível para estas pessoas, por isso elas viam como única opção, participar das ocupações urbanas, conta Dona Lurdinha.

A necessidade e a juventude eram o que dava força para lutar, segundo as falas das moradoras entrevistadas. As casas foram construídas em mutirão, as pessoas ajudavam umas às outras. Havia ainda um padre muito lutador na comunidade. A chegada no lugar foi acompanhada pela Igreja Católica. Um padre da comunidade, na época, chamado Antônio Moreno, ensinou os moradores a lutarem politicamente, conta Dona Lurdinha. Segundo ela, ele era quem conscientizava os moradores de seus direitos, ensinando-os sobre cidadania.

Segundo as moradoras, o bairro ganhou esse nome porque a chegada dos moradores ocorreu na mesma época da visita do papa João Paulo II ao Brasil. Este papa tinha uma canção em seu nome, que foi entoada numa difusora, em uma Kombi¹⁶, quando os futuros moradores e moradoras do João de Deus iam em caminhões e caçambas, às levas, para as terras cedidas pela prefeitura. Assim, o lugar que antes era conhecido como Cacheado, passou a se chamar João de Deus.

A presença do elemento religioso na vida das pessoas do bairro é muito forte. As moradoras entrevistadas consideram a igreja católica como uma espécie de cartão postal do bairro, pela quantidade de ações que a mesma desenvolve lá, nos centros paroquiais, e pela magnitude e imponência estrutural-física da mesma. O bairro também possui famílias de todos os estados do Nordeste, e até do Sudeste, que trazem seus costumes e modos de vida para a região. Essas famílias migram em busca de empregos na agricultura, e são provenientes, em sua grande maioria, da zona rural. Juci afirma que a estrutura mínima que o bairro possui de serviços, lazer, educação e segurança, colabora para que as crianças desenvolvam identidade e pertencimento com aquele local, aspecto que para ela é bastante ausente nos jovens da comunidade. As moradoras dizem que o bairro não deixa nada a desejar, como diz Dona Lurdinha, até para quem gosta de “coisa chique”, segundo suas palavras, tem loja de grife e boutique.

¹⁶

Modelo de carro da empresa automotiva alemã Volkswagen

O João de Deus é um bairro da zona urbana com forte identidade rural, nas últimas ruas do bairro algumas casas possuem seus muros virados para as plantações de uma fábrica de água de côco da região. Ainda possui também uma horta comunitária com forte presença feminina no cultivo das leguminosas, situada aos fundos de um colégio do bairro. No comércio local, existe forte presença de mulheres comerciantes e proprietárias dos estabelecimentos. É perceptível no João de Deus uma identidade também rural, apesar de ser um bairro localizado na zona urbana.

Numa das minhas idas ao campo de pesquisa, durante o período de feriado da semana santa, encontrei um grupo de *caretas* que são uma manifestação cultural típica dessa data, onde jovens e crianças se vestem com máscaras e roupas femininas ou de sacos de estopa, e com chicotes na mão e chocalhos, pedem alimentos e ajuda na rua, já que este feriado é caracterizado por ser um período de compaixão ao próximo. Essa manifestação é típica das zonas rurais da região, no entanto, está presente em alguns dos bairros mais periféricos da cidade.

É interessante, ainda, trazer mais um aspecto da fala de Dona Lurdinha, para pensarmos ainda a importância que tem a casa para a mulher, dentro desses padrões de divisão sexual do trabalho, na nossa sociedade. Ela conta que naquela época, em 1987, casar para elas era “um tudo”. O casamento era como se fosse uma liberdade, porque somente através dele é que as mulheres teriam suas casas. Conta que não teve tempo de estudar porque teve muitos filhos, e sua fala coincide com uma reflexão trazida por Juci, quando esta moradora me relata que há um índice muito alto de analfabetismo entre as mulheres no João de Deus, segundo ela, pela excessiva demanda de afazeres com a casa, e os filhos.

Dona Aparecida conta também que em contato com algumas moradoras do Nova Vida, costuma dizer que as mesmas possuem sorte, pois para ela, estas moradoras chegaram no CH com tudo construído e todos os serviços de água e energia à disposição, coisa que não aconteceu na realidade dela, ao chegar para morar no João de Deus. Segundo ela, as pessoas do João de Deus passaram por muito mais dificuldades, já que chegaram lá sem estrutura nenhuma de sobrevivência. A comparação e as questões são muito mais complexas do que o que foi apresentado, pois ao mesmo tempo, o sentimento de identidade com o local, parece maior e mais forte em quem construiu o João de Deus desde sua fundação, diferente se comparado ao contexto dos moradores do conjunto habitacional Nova Vida, o que serve para pensar a questão da identificação das pessoas com os respectivos lugares que residem.

Já sobre a busca por moradia por parte das moradoras do Nova Vida, os relatos a respeito disso são compostos de vários aspectos. Um dos mais recorrentes foi o processo de ocupação urbana, já que a grande maioria dos moradores do Nova Vida viviam na *invasão* - como eles e elas costumam chamar as áreas de ocupação urbana. Em oportunidade de entrevista com a moradora Céu, liderança dentro da ocupação de Belo Jardim e no Carneiro, ela conta o quanto a presença feminina ali era forte, tomando como exemplo a sua própria situação. Mãe de três filhos, viúva e avó, Céu tem papel de destaque dentro do CH Nova Vida. Conhecida pela comunidade, sempre procurada por suas amigas e vizinhas para dar informações ou ajudar a resolver algum problema, esteve envolvida no movimento político da luta por moradia, tendo se tornado liderança dentro das iniciativas em Petrolina, durante os anos de 2011 e 2012, antes de ser contemplada com a moradia do programa.

O protagonismo feminino pode ser narrado a partir dos relatos das moradoras entrevistadas, que dizem respeito às suas realidades de vida anteriores à contemplação do imóvel. A consciência da necessidade de busca por aquilo que se almeja era um aspecto presente na fala das entrevistadas, enquanto processo em que se inseriram para conseguir o bem conquistado, como também de suas motivações para seguirem em busca do imóvel.

Para as moradoras do Nova Vida, a casa ocupa lugar central na vida das pessoas, e assim, fica claro sobre a forma como costumavam aproveitar as oportunidades de reivindicação por moradia, ao se manterem firmes à frente dos processos políticos de busca por moradia digna, como contou o secretário de habitação de Petrolina, quando da inauguração do clube de mães do CH, mesmo a maioria das mulheres desempenhando tarefas de cunho reprodutivo, ainda dentro do movimento político. A conquista da casa por essas mulheres, a partir da sua atuação nos movimentos sociais, pode ser percebida como uma forma de transpor os limites do espaço doméstico rumo à sua inserção no espaço público.

O fato de estarem atreladas como principais responsáveis pelas atividades domésticas, sobretudo pela criação que receberam de suas famílias e da cultura machista em que estão inseridas, típicas de uma sociedade patriarcal, reafirma a preocupação em ter uma moradia que lhes seja própria. O contato direto com os filhos e a obrigação cotidiana de manter a rotina da família coloca a mulher mais próxima da experiência que conscientiza sobre a importância da moradia própria na vida de uma família, sobretudo por essa indução dada à esses espaços delegados e socialmente impostos a ela. O homem, enquanto marido e pai, segundo elas, já não tem essa mesma preocupação:

O pai é diferente da mãe, a gente é mais dedicada com os filhos, mas os homens não pensam em nada, dentro de casa tudo sou eu, nada é ele. (L.N.D., 34 anos).

Entrevistada: Meu sonho foi sempre ter uma casa, e ele dizia que não, “para que que quer ter uma casa? Eu não sinto vontade de ter uma casa não”. (Vitória, 34 anos)

Entrevistadora: Por que você acha que você tinha essa preocupação com relação a ter uma casa e ele não?

Entrevistada: Mulher, ele já nasceu com aquela coisa de viver no meio do mundo, a mente dele já era assim sabe, de bagaceira, quando ele me conheceu, ele tinha cinco namoradas. (Vitória, 34 anos)

A preocupação a mais das mulheres em garantir moradia própria para a família é tão comum, que foi percebido que há entre elas uma espécie de rede de informação, tecida entre primas, tias, cunhadas, e amigas, através da qual muitas delas tomaram conhecimento do cadastramento para se inscrever e concorrer aos sorteios das moradias.

Essa espécie de solidariedade desenvolvida entre as mulheres foi percebida em muitos dos relatos sobre experiências de vida das moradoras entrevistadas. Esse é um ponto de suma importância no presente trabalho, pois a partir dessa questão fica perceptível que essa união se amplia quando as mulheres saem do âmbito privado e passam a perceber a esfera pública também como pertencente a elas, onde podem ser atuantes e ter papel protagonista diante de algumas questões de suas vidas, modificando algumas de suas relações, sobretudo com seus cônjuges. Essa rede opera com tanta intensidade naquela realidade, que era comum mulheres com grau de parentesco e situações de vida parecidas, ocuparem as mesmas áreas de ocupação urbana da cidade, porque iam sempre à convite da outra.

Essa comunicação se deu em momentos do processo de aquisição da casa, sobretudo com as moradoras que não dispunham de telefone para se comunicar com os órgãos municipais responsáveis pela execução do programa em contato direto com os beneficiados, e por esse motivo, forneciam o número de telefone de algum parente ou amiga, muitas mulheres que também ouviam as novidades na rádio a respeito da oportunidade da casa, e repassaram a informação para as conhecidas.

A mãe de minha prima ligou e disse, “L., tá fazendo o cadastro da casa”, foi em 2009. Aí eu fui, só que não precisou nem eu dormir, porque antigamente estavam dormindo, pra conseguir. Chegando lá, peguei a fila e fiz o cadastro, mandaram eu aguardar, levar os documentos, levar a declaração da casa, que eu morava de aluguel, aí eu fui fiz, e fiquei

aguardando. [...] Aí depois de três meses minha prima tinha me ligado dizendo que tinha o nome “L. N. D.” lá na lista, aí a mãe dela ligou pra mim, aí eu fui confirmar o CPF, e vi que tinha sido contemplada. Aí eu fui lá na liderança da invasão e pedi pra ela confirmar meu CPF, porque ela tinha notebook. Quando ela puxou a lista, que olhou, tava, bateu com o meu. (L.N.D., 36 anos)

Em seguida à informação dos sorteios, logo vieram as filas e as dormidas na secretaria de habitação da cidade, na espera pelo cadastramento. As atividades domésticas realizadas por essas mulheres, cotidianamente, eram feitas em outro horário, para que pudessem sair de casa e resolver as questões burocráticas do cadastro. Sair do aluguel e da precariedade eram as principais preocupações das moradoras, além de pensarem sempre na moradia como uma proteção e garantia de local seguro, imbuídas pelo medo da morte repentina e de seus filhos não terem onde ficar numa situação desse tipo; se destaca o fato de não haver garantia para elas, de que o pai assumiria o “posto” de pessoa responsável para continuar tendo esse cuidado com os filhos em caso de morte.

Participar de uma iniciativa de ocupação urbana colocou essas mulheres em contato com uma situação de conscientização política de suas condições de vida na sociedade, o que vem por implicar sobre os contextos de exclusão em que estão inseridas ao se deram conta de que ainda não conseguiram ter acesso ao direito à moradia, item de primeira necessidade às pessoas, e que o fato de serem mulheres tem forte peso dentro dessas dificuldades de vida vivenciadas pelas mesmas.

Questionada sobre como ela se inseriu na militância, Céu contou que foi algo que aconteceu de maneira espontânea. Por não ter moradia própria, e tendo se mudado recentemente para a cidade, viu na ocupação do Belo Jardim a oportunidade de conseguir aquele bem da moradia que tanto almejava. Diante de mal entendidos dentro do movimento, a moradora passou a questionar e a contestar certos acontecimentos, e quando se deu conta, estava inserida na militância fortemente, tendo chegado rapidamente à liderança do grupo.

Nos seus relatos da época da ocupação, Céu sempre se remete às companheiras de luta para relatar experiências que viveu, e de como algumas situações de vida costumam se repetir entre elas. Mais do que apontar as vivências das moradoras do Nova Vida durante as experiências de ocupação urbana, esse tópico também mostra como a experiência política dessas mulheres coloca-as mais próximas umas das outras, sobretudo por compartilharem de realidades de vida semelhantes.

A fala de Céu aparece aqui e em boa parte do texto, no que se refere às mulheres entrevistadas no campo, sobretudo pela representatividade que esta fala possui, pois, de fato, foram muitas outras moradoras que relataram suas concepções e vivências da época da ocupação que se assemelhavam a o que Céu sempre trazia nas suas ponderações. Ter conhecimento do fato de que vivenciaram momentos juntas, anteriormente à mudança para as moradias do MCMV, mostra como já eram mais próximas do que eu podia imaginar, e de como a mudança para o CH pode ter sido mais agradável e gratificante para as mesmas, afinal de contas, o aprendizado tirado dessa vivência, para muitas permanece e segue ainda em suas vidas, principalmente quanto a serem solidárias às situações de vida de outras companheiras que ainda não haviam conseguido a contemplação até o momento de realização das entrevistas do presente trabalho.

4.3 A CIDADE E AS INTERLOCUTORAS DE PESQUISA

Petrolina encontra-se na região do Vale do São Francisco, interior de Pernambuco. Possui pouco mais de 293 mil habitantes segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁷. A economia da região é mantida através da fruticultura irrigada, que produz frutas como manga e uva, de diversos tipos, para exportação; bem como de fabricação de vinhos e espumantes, além da agricultura familiar. O agronegócio, principal atividade lucrativa da região, costuma agregar forte contingente feminino como mão-de-obra, sobretudo na fruticultura irrigada, porque no trato da poda da manga e da uva é requerida certa delicadeza com as mãos. Esse pensamento faz com que os donos das fazendas, produtores rurais, contratem mais mulheres, pois compartilham da visão de que a delicadeza é uma característica estritamente e essencialmente feminina, assim as mulheres teriam mais expertise e estariam mais aptas para exercer a função.

O Vale do São Francisco possui um forte dinamismo agrícola do Nordeste, segundo Souto Jr. *et al* (2012, p.4), devido os investimentos estatais realizados na década de 70 na região, que tinham por objetivo o desenvolvimento de projetos empresariais por meio dos benefícios da irrigação. Segundo o autor, os investimentos na região foram destinados também para projetos como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, e

¹⁷ Site de acesso disponível nas referências bibliográficas.

universidades públicas na região, com a finalidade de fortalecer o sistema capitalista. (ibid., p.4).

Esse investimento na economia da região desencadeou reações,, modificando até mesmo a questão da migração de trabalhadores para o Nordeste transformando a região numa das poucas áreas do Nordeste onde a taxa de imigração superou a taxa de emigração por causa das oportunidades de emprego que se ofertavam ali (Damiani, 2003). Em 1996 haviam 40.000 agricultores assalariados trabalhando na atividade, o que corresponde a 30% da mão-de-obra rural da região. (ibid, p.46)

Para o desenvolvimento de algumas das atividades dentro da fruticultura irrigada, a mulher é vista de maneira especial pelas empresas contratantes da mão-de-obra da região.

Diante das exigências comerciais do mercado consumidor das frutas do São Francisco, que perpassam inclusive pelo caráter estético, o empresariado local opta por empregar mão de obra feminina utilizando o argumento que imputa às mulheres qualidades tidas como de gênero, como a de ser mais criteriosa e delicada (Oliveira, 1997; Branco & Vaisenchner, 2001 e 2002).

Por conta desse fato, muitas mulheres conseguem certa independência financeira, graças à remuneração que conseguem trabalhando, mesmo com as dificuldades encontradas na atividade agrícola. Dentre as opções da maioria, é essa ainda, uma das atividades que oferece um pouco mais de estabilidade e oportunidades, e não requer formação escolar, além de seu caráter temporário ser favorável à vida dessas mulheres (Scott, 2014), pois, assim, elas podem conciliar seus múltiplos contextos de vida que não a permitem que viva apenas em função de uma atividade empregatícia.

No desempenho dessa atividade, era comum que essas trabalhadoras tivessem contato com outras mulheres, com quem desenvolviam amizade e compartilhavam suas histórias de vida. Isso fica claro nos depoimentos a seguir, das moradoras entrevistadas no Nova Vida:

Sempre trabalhei em fazenda de uva, sempre na uva, trabalhei quinze anos. Aí depois que eu fiquei recebendo a pensão do meu marido eu parei um pouco. Parei. Era cansativo, mas eu gostava. Nas fazendas de uva foi onde eu encontrei muitas histórias, sabe? Muitas mulheres que falava “Céu, eu não consigo falar com mais ninguém, mas com você eu me abro. ” Elas contavam, mas nunca falavam em casa. Então ali só ficava entre eu e elas num momento de desabafo, foi ali que eu conheci muitas mães de família, muitos amigos... no trabalho. (Céu, 49 anos)

Eita, mas era bom. Eu adorava trabalhar nas roças, sinto uma saudade danada das meninas. A gente vinha nos ônibus, conversava tanto, era uma resenha danada. Eu trabalhava, trabalhava até de madrugada, fazendo extra.

Às vezes eu chegava em casa 1h da manhã, para levantar às 4h e ir de novo. Tirava meu dinheirinho no fim de mês e ficava só pouco tempo parada, mas depois voltava. Mas agora depois que eu adoeci, mulher. Como é que vai? Sinto uma falta danada, meu dinheiro era certo no fim do mês, não ficava passando raiva com esse homem, que agora só quer saber de beber, me dando dor de cabeça. (Dona N., 53 anos)

Branco e Vaisencher (2002, p. 32) fazem importantes considerações ao investigar a questão da inserção da mulher na fruticultura, segundo elas as mulheres migrantes, oriundas das áreas rurais de sequeiro, são expostas às relações de trabalho estabelecidos na esfera pública, o que envolve o acesso a uma remuneração: um salário mínimo mensal (o da região) ou uma outra quantia, a depender de sua produção ou do tipo de acordo de trabalho empreendido. A partir daí, “uma vasta rede de interações sociais - contatos com a burocracia, com o mercado de consumo, entre outros, passa, então, a ser forjada, permitindo-lhes se reconhecer como um dos sujeitos dos processos a que estão expostos”. (ibid., p.32)

Além de trabalharem na fruticultura irrigada, quando não estão desempenhando essa atividade, costumam trabalhar como diaristas ou empregadas domésticas. Entretanto, a maioria delas prefere trabalhar na fruticultura irrigada, pois existe certo desconforto com situações de exposição que passam ao irem trabalhar no ambiente privado, nas “casas de família”, sendo domésticas, mesmo sendo duro e cansativo, segundo elas, o trabalho nas fazendas e roças da região.

Ainda são muitas as queixas com relação às humilhações por quais passam ao trabalharem no emprego doméstico remunerado, sem mencionar a escassez de demanda dentro desse ramo devido à informalização e desvalorização da atividade, que mesmo depois de regularizada, que continua existindo pela negação dos interessados em contratar o serviço de cumprir com as obrigações de patrão, bem como das limitações do trabalho na fruticultura irrigada, entretanto, as mesmas não renunciam desses postos sem terem opções ou condições de vida mais favoráveis para tal.

5 DAS CONTEMPLADAS E SEUS CONTEXTOS DE VIDA



Mulheres, o Conjunto habitacional e sua dinâmica cotidiana.

As situações de vida observadas no Nova Vida tinham com fácil evidência a figura feminina atuante presente dentro dos núcleos familiares dos quais fazem parte, e com os quais tive contato. Qualquer outro trabalho que propusesse discutir aquele local, mesmo por outro recorte, teria notado a forte presença dessas mulheres atuando no cotidiano das famílias.

Como pilares do núcleo doméstico, as mulheres ocupam posição central na família tanto quanto seus cônjuges, que, em sua maioria, acreditam ocuparem sozinhos pelo fato de serem quase sempre a principal fonte de renda da família. Dessa maneira, este capítulo apresenta observações e questionamentos realizados quanto às trajetórias vividas por estas mulheres antes da contemplação, para tratar de seus contextos de vida atualmente; os significados que elas atribuem à contemplação, a partir de suas histórias de vida ligadas, sobretudo, à questão da moradia, evidenciando ainda as possíveis transformações advindas da chegada da moradia por meio do programa em suas vidas e nas relações interpessoais, sobretudo na família; as inúmeras estratégias de vida que desenvolvem no cotidiano, e as mudanças agenciadas por estas mulheres frente às frequentes responsabilidades e determinações que envolvem a condição feminina em comum de todas elas, da vida social.

Em resumo, podemos sintetizar os temas que serão apresentados no presente capítulo a partir dos tópicos seguintes, e suas abordagens: a tríade “trabalho-casa-família”, pensada a partir do agenciamento e micro poderes nas estratégias de vida na lida do cotidiano das moradoras; percepções das mesmas sobre a contemplação de moradia pelo programa MCMV, e projetos de vida outros almejados a partir do momento posterior em que se deu a conquista da moradia própria.

5.1 AGÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE VIDA NO COTIDIANO “CASA-TRABALHO-FAMÍLIA”



Moradora realizando suas tarefas domésticas na companhia dos filhos

É pouco prudente se lançar a uma investigação desse caráter sem atentar-se à fatores que estão intimamente ligados à condição da mulher, analisados recorrentemente nos estudos de gênero. Há como pensar a condição de vida da mulher sem buscar identificar suas trajetórias de vida, percebendo como são travadas as suas relações no núcleo doméstico com a família; os aspectos de dimensão micro das relações que constroem, e as estratégias que desenvolvem a partir de sua capacidade de agenciamento diante do que precisam fazer para darem conta de tantas responsabilidades e dilemas!?

Problematizar essas dimensões da vida das mulheres estudadas torna-se importante porque muito há que ser dito quanto à capacidade organizativa e transgressora das mesmas frente aos dilemas do cotidiano, quando precisam buscar saídas não só para evitar contextos de exclusão e sobrecarga de responsabilidades, mas sobretudo para suportá-las e alcançar possíveis conquistas almejadas.

Durante as entrevistas, era comum algumas moradoras afirmarem em suas falas: “não, eu não trabalho, só cuido de casa”, sem perceber aquela atribuição também como uma atividade de suma importância para o núcleo familiar. Enquanto outras reconheciam claramente seu esforço como donas-de-casa, de modo que suas dinâmicas de vida fossem consideradas e respeitadas pelos demais, mesmo aquela não sendo sua atividade/ocupação remunerada e/ou de vínculo empregatício.

As mulheres que possuíam uma ocupação remunerada fora do núcleo familiar, acumulavam ainda papéis e obrigações, enquanto responsáveis diretas pelo cuidado com a casa e dos filhos, cabendo ao marido unicamente a responsabilidade quanto ao sustento financeiro da família, atuando no espaço público.

O conceito de divisão sexual do trabalho elucida bastante essa diferenciação existente entre os papéis do homem e da mulher na sociedade, e mostra porque a atividade doméstica é desvalorizada.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

A contribuição de Hirata & Kergoat (2007) são de suma importância para justificar o porquê de as mulheres estarem ainda tão atreladas à esfera privada, como foi constatado também na presente pesquisa. O trabalho, enquanto fonte de renda das moradoras, também se torna determinante na investigação, e embora a maioria dessas mulheres não sejam as

principais provedoras das famílias, o caráter e a posição das atividades domésticas sobre as quais elas ficam responsáveis, não devem deixar de ser discutidos.

Teixeira (2002) destaca que as políticas públicas e sociais teriam como objetivos responder principalmente as demandas dos setores mais periféricos das sociedades, pois seriam estes setores os mais marginalizados, exigindo assim ação dos atores políticos. Tais demandas, apesar de serem interpretadas pelos que ocupariam o poder, seriam influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil mediante a pressão e a mobilização social. É nesse ponto que se encontra o diálogo existente e elucidado em partes, anteriormente, entre a questão da importância dos movimentos de ocupação urbana e o direito à moradia, tão pautados por essas mulheres em suas reivindicações, e que merece ser admitido pelos entes governamentais, frente às dificuldades por quais a condição feminina passa e precisa lidar. Esse é o principal argumento para se pensar na condição da mulher beneficiada por iniciativas públicas/governamentais.

Sobre a configuração familiar e as relações travadas no núcleo doméstico por estas mulheres, ficou claro que as moradoras que foram entrevistadas viviam, em sua maioria, em famílias de um modelo tradicional centrado na figura do homem como principal provedor, e a mulher ainda como responsável direta pelo cuidado com a casa e os filhos, - embora as mesmas não tenham aparecido com uma postura meramente passiva diante dessa realidade e restrita à mesma. Havia ainda outras composições entre essas famílias. Era comum encontrar mulheres com filhos de outros relacionamentos anteriores, assim como de famílias compostas por avós, netos, noras e outros, realidade essa que expande a concepção tradicional que se tem de famílias mononucleares.

A divisão dos cômodos da casa, padrão do projeto arquitetônico do investimento, era bastante difusa, pelo fato de cada família ter sua configuração, consequentemente suas especificidades, tendo que se adaptar à estrutura física original das casas até que pudessem ampliar as construções da maneira que quisessem, como a maioria almejava. Entretanto, os dois quartos existentes na estrutura da casa padrão do programa eram separados quase sempre como um quarto pertencente aos pais, e o outro dividido entre os filhos. Foram poucas as casas que encontrei menos de três crianças por família, então, nas maiores, os pais dividiam seu quarto também com os filhos, quando não era mais possível comportá-los todos num único cômodo, além dos familiares que dormiam na sala da casa, ou mesmo ainda nesses quartos, com as crianças.

As especificidades de cada família tinham que se adequar àquela estrutura. Quem possuía de meios para expandir ou reconfigurar os cômodos, dispunha de terreno a mais para isso, já que todas as moradias possuíam área de quintal. Esse era um dos maiores desconfortos das mulheres também, e os planos de ampliar aquela estrutura estavam sempre presentes nas falas das entrevistadas.

Era comum encontrar mulheres que haviam casado ou tido seu primeiro filho antes dos vinte anos de idade, assim como muitas delas já não estavam mais no seu primeiro relacionamento, da mesma forma, seus parceiros. Na relação com os maridos que já possuíam filhos de outros casamentos, a educação das crianças também ficava a cargo das companheiras atuais, em termos de cuidado, educação e orientação, como fica claro na fala dessa entrevistada:

Tem horas que eu passo por umas coisas difíceis, mas é assim mesmo né? Com menino, com o marido que não é bom essas coisas. Eu tenho um filho que não é dele, e cuido de dois que não é filho meu. E tem um que me dá mais trabalho que tudinho. Um de 13, um de 10, outro de 6, e outro de 5, e os deles tem 12 e 14. A mãe deles foi embora para São Paulo e deixou eles com o pai. Eu fui morar com ele eu já tinha meus meninos tudinho, eu tinha meus 25 anos. (F.P, 36 anos)

Quando não eram coniventes com algumas decisões dos seus maridos, as relações se tornavam quase sempre conflituosas, devido à divergência de interesses. Eram frequentes as queixas das mulheres sobre o consumo exagerado de álcool por parte de seus companheiros. Alguns chegavam a atrapalhar o trabalho por causa do vício, como o caso do marido de Dona N. Esta, por sua vez, mãe de três filhos e responsável pelo cuidado de dois netos adolescentes, chegou a ficar sem mantimentos em sua residência por causa da falta de provento por parte do marido, já que não podia trabalhar devido à sua condição de saúde debilitada devido a um tumor no cérebro. Além dela, outra moradora relatou queixas nesse sentido.

A mulher, ela é mais focada em família, ela pensa mais nos filhos, o homem pensa mais nele e no bolso dele, se tem dinheiro no bolso dele ele tá bem, eles são assim. Pra que? Pra gastar com mulher, cachaça. Não importa família, muitos pensam assim mesmo. [sobre o marido dependente químico]. Era trancado no banheiro 24h, usando, nem trabalhar trabalhava. Ligava para o trabalho mentindo dizendo que não ia. Até minhas meninas, ficavam todas chorando aí quando via ele usando. Eu chegava do trabalho derrubando a porta do banheiro, chorando, preocupada, revoltada. Ele já usava maconha, mas eu não sabia. Tinha dia que ele fumava de dez a quinze pedras. (P.S., 37 anos)

Além dessas situações com problema de uso de substância psicoativas, sendo mais frequente o álcool, eram comuns queixas de moradoras principalmente com relação ao trabalho, quando muitas eram impedidas pelos maridos de se lançarem numa atividade remunerada fora de casa.

Às vezes tenho problema com o marido, ele bebe muito. Bebe, não! Come com farinha! Na hora que tiver ele bebe, até na semana, tendo que trabalhar no outro dia. (T.S., 27 anos)

Meu marido, ele não deixa eu trabalhar não, ele é muito encrenqueiro comigo, fica dizendo as coisas. (F.P, 36 anos)

Tem hora que ave maria, vez em quando eu digo “me deixe sozinha “omi”, vá. Suma de casa!”, às vezes ele diz que vai, ele é uma pessoa que não sabe conversar com você. Ele é uma boa pessoa, mas é grosso, ignorante, às vezes chama um palavrão, fala gritando. (M.S, 37 anos)

O destino da renda da família, na maior parte dos casos estudados, fica a critério do marido quando se trata da compra de algo além de alimentação e outros itens relacionados às atividades reprodutivas, da casa e da família. Algumas mulheres possuem a concepção de que por não serem as responsáveis pela fonte de renda da família, possuem medo, receio e até menor direito de opinar a respeito do dinheiro que o marido recebe pelo trabalho que realiza, com relação às outras necessidades que não as de mantimento da família. Da mesma forma, com relação ao poder de decisão imposto aos filhos. Embora o trabalho cotidiano de educar e cuidar das crianças seja da mãe, toda e qualquer decisão para a vida dos filhos passa primordialmente pela aprovação do pai, sendo este quase incontestável diante de qualquer outra fala.

O padrasto não é muito chegado a conversar não (se referindo a seu atual marido, e seu filho do casamento anterior). Com as meninas o pai já conversa, é muito ciumento. Se ele pudesse, elas não brincavam com ninguém, era só dentro de casa. Elas querem sair, às vezes eu concordo, às vezes ele não quer concordar aí já é briga. (M.S., 37 anos)

Muitas delas contam que são beneficiárias do programa Bolsa Família, e que esse dinheiro sim, é que lhes pertence. Com ele, elas decidem o que querem fazer, com que gastar e etc. Quase sempre outras coisas, que não só as de primeira necessidade, são compradas com esse dinheiro, como por exemplo, roupas para elas e os filhos, calçados, eletrodomésticos que pagam parcelado, material escolar das crianças e realizam mesmo até pequenos passeios. Esse

benefício em alguns casos, inclusive, chega a “apaziguar” conflitos entre o casal, mesmo quando as mulheres ainda o veem como uma “ajuda” no orçamento da família.

Meu benefício é mais para minhas coisas mesmo, eu às vezes compro alguma coisa e pago com ele, às vezes quando eu recebo, se tiver faltando alguma coisa dentro de casa e ele não tem dinheiro, eu vou e compro. Eu ajudo. (L.N.D., 36 anos)

Assim, ele sustenta a casa, mas eu também ajudo ele porque eu tenho o bolsa família e minhas coisinhas que eu vendo. Só que a despesa aqui em casa é muito grande. Meu marido agora tá trabalhando fichado. Arrumo a casa, faço tudo, mas meus filhos me ajudam também. (A.C., 34 anos)

O cotidiano das famílias gira em torno de a mulher cuidar e fornecer toda a estrutura de manutenção da rotina dentro de casa, cozinhando, lavando, passando, dando banho nas crianças, e levando-as para a escola. Enquanto o marido sai para trabalhar e retorna ao final do dia. À essa hora, as crianças costumam estar dentro de casa, limpas, e o jantar já deve ter sido feito. As mulheres desenvolvem as atividades de casa durante todo o dia, e somente na parte da tarde é que elas conseguem alguma folga, após o almoço, que é quando costumam tirar um cochilo, para descansar das tarefas de casa, ou se juntar com suas vizinhas para conversas nas calçadas.

As visitas ocorriam sempre na parte da tarde. Todas as moradoras com quem tive contato me recomendavam esse como o melhor turno para ir encontrá-las, pois seria quando já teriam conseguido realizar todas as tarefas de casa. Sobre as moradoras que trabalham, estas costumavam chegar em casa ao final da tarde, quase sempre vindas das roças de uva e manga da região, em ônibus lotados de trabalhadoras. É bastante comum as filhas dessas moradoras ajudarem as mães com as tarefas domésticas, muitas delas cuidavam da casa e dos irmãos mais novos, legado herdado da geração de suas mães e suas realidades de vida de quando tinham a mesma idade e já as mesmas responsabilidades.

A forma como as filhas assimilam o papel da mãe dentro do núcleo doméstico, também mostra como elas percebem o direito da mãe no acesso do imóvel e a condição de injustiça que muitas vezes a mãe se encontra. Desta forma, essas concepções e ações também implicam num repasse geracional, já que as filhas se vêem na condição da mãe.

As minhas meninas me defendem, quando ele fica dizendo coisa comigo, elas dizem: “a casa é de mainha!”. (F.P., 36 anos)

Essa relação de delegar afazeres para as filhas por parte das moradoras, também envolve trocas e mutualidade na relação entre mãe e filha, pois as meninas mais novas, costumavam negociar presentes, permissões (como idas à festas ou passeios com amigos), como forma de reconhecimento do trabalho que desenvolviam em casa, sobretudo nos casos em que haviam irmãos do sexo masculino e que não se ocupavam dos afazeres domésticos como a(s) filha(s) era obrigada a se responsabilizar.

As rotinas de casa das moradoras eram de uma determinada maneira antes da contemplação e se modificou consideravelmente com a chegada na casa do conjunto habitacional. As mudanças foram de fato significativas, pois o arranjo das casas é outro, diferente do tipo de estrutura de que essas mulheres dispunham na época da moradia em áreas de ocupação, desde aspectos como acesso a banheiro limpo, seguro e adequado em termos de saneamento – agora na parte interior da casa – até o local de estudo para os filhos.

Não mudou muito para trabalho, porque só fui mesmo dona de casa né, não tô trabalhando, mas o cansaço né, hoje eu não tenho mais, por exemplo, aquele cansaço que eu tinha quando eu morava de invasão. Na hora que eu quero fazer uma coisinha eu faço, na hora que eu quero me deitar eu me deito. Lá era correria [na ocupação], porque não tinha água encanada, então tinha que tá correndo para buscar água encanada, para fazer uma gambiarra de energia, às vezes você ficava sem nada. Aqui, pagando em dias, tem tudo ok. (M.S. 37 anos)

Além da mudança na estrutura das casas, muitas moradoras que trabalham de forma autônoma, como manicures, costureiras, revendedoras de cosméticos e semi-jóias, faxineiras etc, dizem que, com relação às rotinas de trabalho, agora as oportunidades são maiores, porque estão inseridas num bairro maior, com mais movimentação, logo, com mais consumidores e inclusive possibilidade de contatos, mesmo com tantos outros serviços em situação de precariedade.

As reclamações quanto à situação atual de moradia na unidade Nova Vida dizem respeito à questão da logística de transporte, e da ausência de escolas próximas do conjunto para os filhos estudarem, motivo de preocupação de muitas mães, pois é algo de muita importância da rotina delas e de suas famílias, sobretudo porque as mães beneficiárias do programa Bolsa Família, precisam manter seus filhos matriculados em escolas.

A única coisa que eles reclamam é da escola né, porque eu não consegui escola depois que eu cheguei aqui, a escola deles ainda é para lá onde eu morava, aí ficou mais distante. Eles reclamam muito disso. Mas gostam de

brincar, de ter um quintal, eles gostam muito daqui, porque aqui ficou mais perto de quadra, de praça (M.S., 37 anos).

Eles acharam bom né, porque tem um quarto só para eles. Agora a situação é muito melhor que a anterior. Nam, não gosto nem de lembrar desse passado, desse anterior. Senti um alívio muito grande quando entrei na minha casa. Só de pensar em entrar na minha casa, que eu nunca sonhava com isso. (T. S., 27 anos)

Aumentei muito a minha rotina de trabalho (costureira), aqui é um bairro grande, então é mais cliente, mais trabalho! (R. C., 51 anos)

Ocorreram significativas modificações na rotina dessas mulheres moradoras do Nova Vida, de um panorama mais otimista de suas realidades de vida anteriores à contemplação. Entretanto, ainda pesa muito a questão do trabalho para aquelas que estão sem emprego. O fator família se apresenta como parte das limitações na hora de trabalhar e as responsabilidades atreladas a elas, devido à condição historicamente atrelada aos seus gêneros, que reafirma à mulher obrigações cotidianas e exclusivas, impedindo que certas tarefas sejam compartilhadas entre o casal.

Descritas anteriormente, fica claro que as questões sobre trabalho, casa e família aparecem com forte presença na realidade de vida das mulheres estudadas e trazendo a elas muitas situações de conflito ainda. Há que se fazer algumas provocações dentro desses temas e sobre como as moradoras estudadas lidam com esses aspectos em seus cotidianos, sobretudo, com o acúmulo de funções e tarefas. O ideal seria então, dar procedência na exposição tratando das principais atividades empregatícias e o contexto de vida das moradoras.

O PMCMV fornece às unidades uma equipe de trabalho social para atuar dentro da comunidade durante alguns meses, orientando sobre princípios organizativos, como por exemplo, a liderança comunitária e uma associação de moradores, nos casos em que as moradias são em formatos de casa, e sobre as lógicas de viver em condomínio quando as moradias são apartamentos. Além disso, oferece para as moradoras, cursos profissionalizantes financiados pela Caixa Econômica Federal.

Dentre os cursos ofertados, se encontra o de manicure, arte em biscuit e informática. A iniciativa mostra que a ausência de emprego para as mulheres é uma constante na realidade das mesmas. Entretanto, é ainda muito incipiente, e teve pouco efeito na vida das contempladas, pois as moradoras não conseguem se inserir no mercado de trabalho com a

formação que possuem, por uma série de desvantagens com que chegam até ele, sobretudo na hora de pensar uma iniciativa ou desenvolver uma carreira que possa lhes propiciar alguma independência financeira.



Adesivos de unha feitos por uma das moradoras, para vender, como forma de obter trocados para comprar itens de casa (pão, café, açúcar).

Heleieth Saffiotti discute sobre a exclusão da mulher nas esferas de trabalho produtivo em uma ligação com o período de forte economia e industrialização no Brasil, importante para entender parte do panorama de mulheres ainda em situação de desemprego e exclusão dos postos mais bem remunerados e socialmente reconhecidos, de trabalho. Segundo a autora, “como a economia não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram grandemente marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços, justificando-se esta marginalização em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos” (Saffiotti, 1976, p. 241).

Dentro desse contexto, as mulheres acabam ficando desempregadas, embora a grande maioria das entrevistadas sejam beneficiárias do programa Bolsa Família, que lhes dá assistência. A questão do desemprego muitas vezes aparece aliada às circunstâncias de vida das moradoras, que envolvem as obrigações caseiras e a relação com a família e as atribuições que a envolve. Muitas moradoras ainda estão restritas ao ambiente doméstico também por não possuírem outra alternativa. Existem pressões e cobranças sobre elas para que não saiam do ambiente doméstico em busca de suas independências, de modo que não trabalhem, e lhe reste

apenas cuidar dos filhos, servindo à família, quase sempre em detrimento de suas individualidades.

A invisibilidade das mulheres, segundo esta perspectiva, se deve à ideologia das esferas separadas, que as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participarem da vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalham ou tenham uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria. A desvalorização das atividades da mulher desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança (SCOTT, 1992, p. 48).

Essas cobranças partem de uma lógica que delega o marido principal provedor do sustento de sua família, por isso a mulher deve ficar em casa e realizar as tarefas domésticas. Entretanto, a contestação e insatisfação dessa imposição em suas vidas já são presentes, embora ainda silenciados em certa medida, devido a subordinação financeira em que vivem. Romper com essa lógica e se lançar na esfera pública, parece um enorme desafio para elas, entretanto, indispensável.

Outra coisa é trabalhar, porque até hoje eu não trabalho por causa dele, porque ele também não goste que eu trabalhe, gosta que eu tô dentro de casa. Agora mesmo as meninas disseram que vão surgir umas vagas aí na roça, eu já disse a ele: vou trabalhar! Ele diz “ ‘marmino’, vai deixar os meninos em casa?!”, eu disse “deixo!!” Se for pra ficar com o vizinho tem que pagar, e você ganhar pra pagar alguém pra ficar não adianta. Esse negócio de ficar só dependendo de homem é ruim demais. (M.S, 37 anos)

Eu sinto vontade de trabalhar, mas ele implica. Às vezes quando eu tô com raiva dele, eu saio, eu vou. Implica por besteira, ciúme, essas coisas. Tem dia que é uma semana, dois três dias boa, outra hora já não é, e assim vai. (R.C., 36 anos)

A casa do programa entra como elemento central na emancipação dessas mulheres. Conhecer as situações de vida prévias à aquisição do imóvel e discutir as percepções sobre a contemplação torna-se fundamental. Perceber as transformações ocorridas a partir da conquista do imóvel, requer um comparativo com suas realidades de vida das anteriores a esse fato, já que seus contextos que precederam à mudança, eram indiscutivelmente mais severos.

A precariedade das moradias nas quais as moradoras habitaram antes da contemplação, não ocorre isolada de outros fatores. Mesmo as que viveram de aluguel em locais de melhor estrutura que as atuais (poucos casos), tinham suas dificuldades. A situação

precária vem aliada ao contexto das desigualdades de gênero. As matizes gênero, raça e classe operam significativamente no que diz respeito à opressão de alguns sujeitos sociais. Invariavelmente, a mulher, negra e de baixo poder aquisitivo se encontra no base das opressões, segundo os estudos de gênero, e não menos os de raça, sobretudo os que estão relacionados ao contexto da mulher brasileira. Segundo Mariano & Carloto (2009, p.902):

A presença mais notável de mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais. Essas desigualdades têm como eixos estruturantes os marcadores sociais como gênero e raça-etnia, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no Ocidente. Portanto, sexo e cor são também definidores das desigualdades sociais. (MARIANO & CARLOTO, 2009, p.902)

A dificuldade financeira, produto de uma desigualdade social, colocou essas famílias em situações de vida precárias, insalubres, com forte maltrato físico e psicológico. Segundo os relatos de campo, as experiências dessas mulheres no tocante a moradia elencam vivências em barracos de lona e papelão, quando da época da “invasão”, em áreas desocupadas na cidade. Imbuídas pela necessidade de um teto, e muitas sem opção de moradia por não disporem de condição financeira para pagar aluguel, viam nas invasões locais de refúgio e assim tinham que se submeter a péssimas condições de vida. Casas de taipa e barracos de lona e papelão, sem banheiro e demais locais adequados para desenvolver as atividades de manutenção da família, como as de higiene pessoal e de preparo das refeições. Muitas moradoras não gostam sequer de recordar desse momento de suas vidas.

A vida lá era um ruim, era difícil para serviço. A gente passava um aperto danado, era só um vãosinho, nem encimentando era. Era no barro mesmo. Na época eu não estava trabalhando, e meu marido também, fazia só biquinho, mas não dava pra nada, passava precisão ali mesmo viu? [...] Logo quando fomos invadir lá, tivemos que dormir debaixo de papelão, meus meninos foram dormir na casa de uma prima que mora lá no Ouro Preto, e eu mais meu esposo dormimos lá, no barraco de papelão, tinha água e tinha luz, que meu marido já tinha puxado. (L.N.D., 36 anos)

Andei muito atrás dessa casa. Até para as invasões eu fui, invadi os terrenos dos outros que não era meu. Eu invadi ali no São Gonçalo e não deu certo, nós gastamos que só! A máquina veio e derrubou tudo. Aí não deu certo e nós fomos para o Henrique Leite, mas como era longe demais eu voltei para o aluguel. A vida na época da ocupação era ruim, não era bom não. Assim que nós invadimos nós fizemos um barraquinho de lona, ali (São Gonçalo) nós fizemos de taipa, e lá (Carneiro) nós íamos fazer de lona. Às vezes as meninas iam. Para o Carneiro eu não levei não, porque era longe demais. Eu pensava tanta coisa, é ruim demais, ali a pessoa só vai se tiver coragem mesmo. (T.S., 26 anos)

Apesar das melhores condições em termos de estrutura, das moradias de aluguel, a situação era ainda desfavorável. Se adequar ao mercado imobiliário e a sua especulação se tornava difícil devido aos preços de locação desses locais. A duras custas, muitas conseguiam pagar pelo acesso, entretanto, um sentimento de insatisfação permanecia, sobretudo pelo fato de saberem que aquilo pelo que pagavam jamais seriam de seu pertencimento. Para elas, “era um dinheiro sem volta”. Seus móveis passavam a ter pouca resistência devido à frequência com que elas tinham que se mudar, pois ficavam reféns dos preços e das vontades dos locatários. Além das que moravam de aluguel, tinha também as que moravam de favor com parentes.

Morar de aluguel é um dinheiro sem volta, é um dinheiro sem retorno, você está pagando para o dono. Graças a Deus eu nunca vivi em invasão não. Aqui são poucas pessoas que não viveram em invasão, porque a maioria aí tudinho já morou, mas sempre morei de aluguel. (R.C., 51 anos)

Já aguentei muita humilhação de minha mãe quando eu morava naquela casa ali, eu chorava. Eu fiz aquela casa ali carregando areia da praça, e ela me excomungando, me esculachando. Eu fechei [rompeu] porque ela excomungava demais meus filhos, mulher. Ela falava porque os meninos bebiam água, porque eu não tinha geladeira, ela falava porque os meninos queriam ver televisão. As crianças. (Vitória, 36 anos)

A minha vida toda foi de aluguel, de aluguel, aluguel por aluguel. Eu só não vivi de aluguel quando eu vivi na casa dos meus pais, mas desde o momento que eu me casei, eu saí de casa, foi (morando) de aluguel. Às vezes eu falava com as meninas: “eu vou fazer uma reforma na casa e você vai ver que no próximo mês o dono vai pedir porque diz que vem alguém morar”, e justamente acontecia assim. Quando eu vim embora pro Rio Corrente, eu falei pro dono da casa: “olha nem se você me pedir eu vou sair daqui, eu só vou sair daqui pra minha casa.” (Céu, 49 anos)

A preocupação em ter uma moradia partia mais das mulheres, segundo elas. Como já foi dito antes, o fato de cuidar da casa e da família, de estarem em contato direto com essa responsabilidade, faz com que desenvolvam mais consciência da necessidade em ter uma moradia própria, além disso, estão sempre preocupadas com os filhos.

Para muitas, a contemplação não foi para elas próprias mesmo a casa sendo garantida em seus nomes, mas sim para seus filhos, que são suas principais preocupações de vida. Queixas referentes à humilhação perante os homens com quem conviveram, eram bastante frequentes, assim como destacam sempre suas ações no sentido de busca por um teto.

Foi eu que ganhei o terreno, pedi o terreno ao dono da favela, aí tinha um barraco lá pronto, bem grandão. Assim que ele me deu esse barraco eu comecei a trabalhar numa fábrica. No primeiro mês que eu comecei a

trabalhar eu falei com o patrão, ele comprou os materiais tudo de uma vez para mim, aí foi descontando do meu salário, foi seis meses, seis meses ali no apertado, mas construí a casa. Foi até o pai deles (os filhos) que construiu. Ele passou foi três meses pagando aluguel para a rapariga, ele adulou para essa mulher ir daqui de Petrolina pra lá (Rio de Janeiro). Eu morava de aluguel, depois que ele arrumou essa mulher morando de aluguel, o meu aluguel vencia, para pagar um era uma briga, como é que ele ia pagar dois aluguéis? Tudo ele dava preferência a ela. Às vezes, de longe, eu via ele comprando fruta para os filhos dela, aí depois quando ele via que eu via, é que ele mandava comprar para os meninos lá de casa. Tudo para esses meninos quem dava era eu, tudo eu, de chinelo a roupa, água e luz em favela ninguém paga, né? Mas o resto, tudo era eu! Ele não tinha preocupação com nada com esses meninos, a preocupação dele era só me fazer raiva, eu só vivia chorando, eu era bem magrinha, eu sofria demais, mulher. Se você me visse você só me via de cabeça baixa. Eu sofri um bocado na mão dele, ele me batia. Era uma semana comigo outra semana com ela. Até quando um dia eu tomei uma decisão na minha vida “omi, eu não dependo desse homem para nada, eu vou ficar nessa por que?”. Sempre quem sustentou tudinho foi eu e nunca nenhum passou o dia para dizer “mãe hoje eu não tenho o que comer!”, não!!”. Toma seu café, almoça, janta, se faltar o da janta sim, mas eu ainda dou um jeito pra correr atrás para arrumar. Como pobre, eles tem tudo! (Vitória, 34 anos)

Um dia ele saiu para receber o seguro desemprego, e disse que quando viesse da rua ia estourar minha cabeça de bala. Aí quando veio, veio com uma bicicleta de alumínio, e disse: “ó, eu vou ali no João de Deus trocar essa bicicleta por dez balas para estourar tua cabeça” e eu com medo, minha filha, quando eu vi ele apontando da escola técnica para lá, aí lá vinha ele, corri pra dentro de casa e me escondi atrás do pai dele. Aí ele disse: “não, eu não consegui não, se você for embora não vai dar em nada, mas se você ficar você vai ver”. Menina eu fiquei sem uma roupa, sem uma roupa eu fiquei! Fiquei só com a roupa do corpo, que não era minha, porque as minhas ele já tinha queimado, era da tia de minha filha, a única coisa que era minha mesmo, era só a calcinha. Ele já tinha quebrado minha mesa, minha cama. Minha cama era toda ‘pinicada’ de facão. Coisa que eu tinha trabalhado para conseguir. (L.N.D., 36 anos)

O casamento para elas ainda é muito importante. Em casos mais graves, algumas até permanecem suportando violências por medo das represálias que podem sofrer com a separação e devido à dependência financeira dos cônjuges. Entretanto, há uma maior consciência de que não são mais obrigadas a permanecer em relações conturbadas e que impliquem diretamente em opressões de suas pessoas. O que determina o rompimento com relações desse tipo são as condições de vida e independência de que elas dispõem ou possam dispor.

O benefício da Bolsa Família também aproxima mais essas mulheres de situações de maior emancipação, pois é com ele que muitas delas conseguem pagar por aquilo que desejam, mesmo sendo ainda insuficiente para todas as despesas que possuem.

Hoje a gente ainda paga, mas ao invés de R\$300, R\$400, é R\$50,00. Olha a diferença que faz na nossa vida, olha a diferença que fez na minha vida. Paguei aluguel, fui sozinha para o barraco, protegi minhas filhas. Eu lutei por elas, eu preferi ir sozinha para o barraco mas pensei em meus filhos, porque eu passei sede, calor, e fome debaixo do sol quente. Eu não ia arriscar a vida de minhas filhas, mas eu ia lutar pela moradia delas como eu lutei, e consegui, tanto que hoje eu tô aqui na minha casa. (Céu, 49 anos)

É em decorrência desses conflitos e dilemas que elas precisam ter postura ativa e protagonista de suas próprias vidas, como uma maneira de não serem socialmente deterioradas, e é daí que surge o impulso de desenvolverem estratégias, se valerem das oportunidades que surgem, e sobrecarregar-se de obrigações, porque ao que fica claro, toda e qualquer obrigação é suportável a ter que permanecer em contextos de violência, e humilhação.

5.2 PERCEPÇÕES SOBRE A CONTEMPLAÇÃO PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Diante do exposto, há algumas tantas impressões a respeito da contemplação, que apontam algumas transformações no modo de vida dessas mulheres, e que nos coloca a compreender o porquê delas estarem à frente do processo de busca pela moradia: são as oprimidas diretamente por essa lógica que permeiam as relações e a sociedade patriarcal da qual fazem parte, por receberem menos no mercado de trabalho, por terem menos acesso a esse mesmo mercado, tudo se torna muito mais difícil, somado às funções e responsabilidades que acumulam pela lógica do contexto em que estão inseridas.

Hoje essa casa é tudo para mim, para mim e meus filhos. A casa na vida da pessoa é muita coisa, porque na minha mesmo é muita coisa. Eu nunca pensei em ter uma coisa, eu sempre dizia “meu Deus do céu, quando é que eu vou entrar debaixo de uma casa? Ficar morando toda vida na casa do povo, alugado, chega o mês...” [...] Eu estava na invasão, e soube que tinha sido contemplada. Fiquei alegre, nesse dia eu nem comi, nem almocei, tinha terminado de fazer o almoço, era umas onze horas, ligaram para mim. No dia que o prefeito veio entregar as chaves da casa, eu estava. Toda coisa eu estava no meio, tal dia é para estar lá na casa, lá estava eu. Minha vida

mudou, porque só de uma pessoa ter uma casa! Eu pensava assim: “Antes de eu ganhar a casa eu não compro nada para mim, nada. Porque de mudança em mudança, se acabava tudo. Agora não, depois que eu ganhei minha casa eu comprei minhas coisinhas. Hoje minha vida é uma vida nova mesmo, tudo que eu passei, agora minha vida tá sendo uma vida nova mesmo. (L.N.D., 36 anos)

Minha vida tá ótima, melhorou. Melhorou em que sentindo? Porque eu não fico mais na preocupação de chegar, o povo em meu ouvido sabe? Dizer que manda ali porque o território é dela. Minhas amigas? Ôh, jamais andariam na minha casa, não andava ninguém na minha casa, e hoje pode porque é minha mesmo. Ave, foi gratificante demais, em todos os sentidos, até no financeiro também eu melhorei um pouquinho. Meu muro eu quero fazer final do ano agora, com o décimo, e a mãe dele vai ajudar também, eu faço muro e o quartinho de minha menina, eu quero fazer uma área grande, e aumentar minha cozinha. (P.S., 37 anos)

Quando mencionado o assunto a respeito do fato de a casa ficar em suas posses, em caso de separação, as opiniões não destoavam durante as entrevistas. Eram unânimes no sentido de reconhecer a medida como uma oportunidade indiretamente concedida a elas, e como algo correto e adequado. Nesse sentido, até as modificações nas relações com seus companheiros já aparecem, porque se sentem mais seguras com a posse da casa, frente aos abusos cometidos por eles.

Às vezes quando a gente discute que eu digo a ele para ir embora, aí ele diz “omi, tu agora também depois que ganhou essa casa, está besta. Qualquer coisa tua, tu me manda embora”, eu digo: “oxe, mas pode ir mesmo” aí ele diz “oxe, está no seu nome, mas também quem paga sou eu”. É por isso que eu quero trabalhar porque eu trabalhando, eu mesma pago minha casa e pago minhas contas, você só vai gastar com o necessário. Por exemplo, eu pago a casa, você paga uma água, uma energia, a comida. Mas ele implica porque eu trabalho. Antigamente quando a gente morava de aluguel, às vezes muitas coisas eu ficava ouvindo calada, porque eu não discutia, porque eu não trabalhava, ali dependia muito mais dele, que era quem pagava mais aluguel, tinha a questão dos meninos... Mas já hoje não, porque por acaso eu querendo deixar ele mesmo, eu tendo meu canto?! Eu deixo mesmo!! Porque eu tenho saúde né, eu vou trabalhar. Então se ele sair de casa, eu fico muito tranquila porque eu tenho meu canto, eu tenho saúde, vou trabalhar né. (M.S., 37 anos)

Aqui para mim é tudo, porque meu sonho era ter uma casa sabe, para dizer assim “aqui é minha e acabou”, eu digo pra ele quando a gente briga, mando ele ir embora, eu digo “pode ir embora que a casa é minha”, e já foi um bocado aqui, um bocado já botaram os maridos para correr. Eu fiquei tão feliz quando eu ganhei, eu voltei, eu disse a ele, ele disse “oxe, não acredito não”, aí eu peguei o papel, mostrei o nome da rua, com endereço e tudo. Ele tem que pagar as contas de qualquer jeito, ele também mora. Agora só vende se a pessoa assinar, e outra, quando eram eles que moravam de aluguel, eles botavam mais banca, jogava tudo na cara, que quem pagava era eles, quem

era isso, era eles. Foi a coisa melhor que a presidenta fez no mundo, já os homens dizem que foi a pior coisa que ela fez [risos], porque eles dizem que as mulheres agora ficam cantando de galo, cantando vitória. (F.P., 36 anos)

A mulher ela antes, assim, nunca tinha nada, na verdade né? Tudo era o homem, tudo era o homem. Graças à Deus colocaram isso né, no nome da mulher porque pelo menos a gente tem, se acontecer qualquer coisa... Porque o homem é sempre assim, descabeçado, tipo: arruma mulher fora, quer vender a casa. Arruma outra mulher fora, aí diz “ah, vamos vender a casa” e aqui ele não vai poder fazer isso, porque é minha, não só minha como é dos meus filhos, então aqui ele não mexe em nada, só eu. Então, foi bom. Eu, pra mim, isso foi plano de Deus mesmo para a população. (P.S., 37 anos)

Acho que é a maior riqueza da pessoa, em primeiro lugar a saúde né? Em segundo lugar você ter um lugar para morar, um teto. Aqui eu queria só mais um quarto, para ela e ela (apontando para as filhas), mas para mim não tenho o que falar não. Acho que é como eu te disse, hoje em dia se a gente tem onde morar, a gente é rico. Tem muita importância porque tem um teto, a gente paga R\$50 reais na parcela da casa, tem gente que paga R\$25. Você ter um teto para você morar minha filha, sem ninguém tá batendo na porta de sua casa dizendo “ei, quero minha casa!” é bom demais! Hoje em dia quem tem uma casa, para mim é rico. (Vitória, 36 anos)

Minha vida tá bem melhor, pode ter certeza. Você sai do aluguel, a minha energia vem como baixa renda, por conta do Bolsa Família. Coisas que ajudam, né? A mulher tem que ter sua independência mesmo, legal. Vai para o nome do homem, o homem é bicho sem vergonha vai e vende, de qualquer forma fica todo mundo na rua. Tá certo, deixar no nome da mulher. Se bem que, é no nome dela, se são casados civilmente, no ato de assinar, os dois tem que assinar, mas no caso de separação ela fica com a casa. Às vezes muitas são casadas, tem um filho, tem o marido, aí o marido paga o aluguel, “ah, saia daqui porque sou eu que pago o aluguel”, esse tipo de humilhação... por que existe né?! (R.C., 51 anos)

Os relatos expostos anteriormente evidenciam mais do que as experiências de vida dessas mulheres. Eles deixam claro que existe, por parte das mulheres estudadas, forte conscientização de suas realidades de vida ligadas à condição do gênero feminino. Fica claro como elas conseguem perceber e possuem consciência da diferenciação existente entre os gêneros devido o que passam, por conta disso é que estão sempre comparando suas realidades de vida com as de seus companheiros e se impondo diante disso, na maioria das vezes.

As exposições feitas aqui nesse trabalho fazem esses comparativos sem finalidade alguma de culpabilizar os cônjuges das entrevistadas como responsáveis diretos por uma lógica patriarcal que predomina, mas sim de mostrar o quanto ela ainda se reproduz dentro das famílias e da sociedade brasileira como um todo, ainda que não foque no discurso do homem no contexto da moradia do programa MCMV.

Dessa maneira, não há nenhum intuito de estimular uma “guerra dos sexos” por parte dessa pesquisa, esses recursos são utilizados apenas para contrastar situações, explanar e descrever da maneira mais responsável possível a realidade percebida em campo, legitimada através dos discursos das entrevistadas e as observações feitas. Havendo ainda, mesmo que pouquíssima, a presença de cônjuges que se comportam diferentemente da maioria, como o discurso deste marido:

É interessante, né, assim... devido eles terem dado a prioridade pras mulheres, né? Achei, achei bom, por uma parte, porque a maioria das vezes quando acontece ter algum tipo de separação entre marido e mulher, geralmente é, tem a divisão de bens, mas geralmente a mulher tem a perc... a perda né, por causa que fica com os meninos, apesar de ter pensão dela, de alguma criança ou não, mas é insuficiente. Aí fica difícil para ela ir trabalhar, ter que pagar para alguém cuidar. Aí já vai tirar bastante dinheiro do salário dela. Aí fica mais complicado. veio a calhar, né? (J.A., 25 anos)

Por fim, um último relato, que mostra como fica ainda presente a conscientização das moradoras sobre a necessidade de luta política na conquista de seus direitos, como o caso de Céu, que acabou virando liderança política durante os anos de ocupação que ela vivenciou.

Fui pra ocupação e deixei minhas filhas na casa, e só tirei elas duas de dentro de uma casa de aluguel quando foi para a nossa casa, apesar que a gente ainda está pagando as prestação, vai demorar muito muitos anos ainda para terminar, mas a gente sabe que não vem ninguém tirar a gente daqui. A gente sabe que foi a gente que conquistou, é nossa, ninguém vai vir cobrar o aluguel, ninguém vai dizer “hoje eu quero”. Hoje eu estou dentro da minha casa, mas ainda convivo com muitas mães de família que hoje choram, porque chegou o mês e não tem o dinheiro para pagar o aluguel, chora por uma moradia, mesmo as muitas que moram aqui, estão na casa de parentes, igual a minha amiga, Dona N., que vem passando por um momento muito difícil. Ela não ganhou a casa dela, mas ela tem fé de ganhar nessa, mas hoje ela está na casa do filho dela. Ela precisa de uma moradia, porque quando os filhos dela (netos que ela cria) crescerem vão para onde? Eu estou parada nas lutas, mas eu pretendo voltar a lutar, a estar com essas mães de família, com esses companheiros pela luta. Sempre quando eu tive de estar na rua, porque nós precisamos né? Eu não desisti. Só dei um tempo para mim mesma, porque você perder um filho não é fácil para ninguém. Só sabe a dor de perder um filho é quem perdeu, aí sim, mas, eu estou aqui. Sei que eu vou lutar até o fim da minha vida, entendeu? (Céu, 49 anos)

Como legado, há ainda a solidariedade para com outras mulheres, sobretudo companheiras de luta, bastante presente nos relatos das moradoras da unidade Nova Vida, no bairro do João de Deus, em Petrolina – PE, já que o empoderamento para ser real, deve ser não só individual, mas também coletivo, como forma de transformar verdadeiramente uma

sociedade tão acometida pelas desigualdades de gênero, que maltrata mais severamente a figura da mulher.

5.3 PROJETOS DE VIDA



Moradora (Sacha Larissa) em sua casa, e seu comércio que lhe permite autonomia financeira

Com a conquista da casa, a realidade daquelas mulheres modifica-se consideravelmente e passa a ser outra em inúmeros aspectos de suas vidas – ainda que algumas coisas tenham se tornado mais difíceis – sobretudo se lembramos que essas moradoras definitivamente não possuem uma postura passiva diante das limitações que surgem cotidianamente. Desde que conseguiram a moradia, surgem inquietações nas moradoras em termos de traçar mais projetos de vida. Movidas pelo sentimento de força e segurança possível, vencido mais um obstáculo em suas vidas, elas agora buscam continuar desenvolvendo suas estratégias com intuito de galgar mais conquistas.

Agora já não mais pensando numa moradia fixa, almejam por exemplo, uma carreira profissional, como o caso de uma das moradoras em que a mãe reside no mesmo conjunto habitacional que ela. U.N., de 21 anos, mãe de duas meninas com idades entre 5 e 2 anos, separou-se do marido em decorrência da distância da relação, pois o marido estaria, segundo

ela, tendo que viajar sempre para trabalhar no estado do Piauí. Não se adaptando a situação, a moradora conta que se separou, e que permite que seu ex-marido ainda more na casa que é dela (na condição de não levar outras mulheres para lá), pois, para diminuir no trabalho que tem cuidando das filhas pequenas, U.N. resolveu morar com sua mãe, que, por sua vez, lhe ajuda a cuidar das filhas e mora no mesmo conjunto habitacional que ela.

U.N. tem planos de conseguir ingressar num curso técnico de enfermagem e buscar oportunidades fora de casa, pois segundo ela, não lhe serve a ideia de viver apenas para cuidar dos afazeres domésticos e das filhas, mesmo porque ela ainda precisa sustentar as duas crianças, e precisa ter uma fonte de renda para além do benefício que recebe.

Situações como a dela mostram o potencial que a conquista da casa tem nas mãos de cada uma. Em entrevista, a mãe de U.N. conta que todo sofrimento passado por ela em termos de moradia, sua filha já não precisou mais passar logo que se tornou mãe, pois a casa do programa surgiu exatamente nesse momento de sua vida, impedindo-a de vivenciar situações difíceis por mais tempo, como a geração anterior de U.N. passou. Como, inclusive suas netas não teriam vivido a instabilidade vivida por U.N., quando a mãe da mesma precisava se envolver com os movimentos de luta por moradia, e lidar com a instabilidade da moradia de aluguel para poder dar um teto para U.N. e seus irmãos.

Para além desse caso, há também as moradoras que a partir da casa, desenvolveram seus próprios comércios, como uma das que pude contemplar no processo de campo, com um bar no quintal de casa, outras salões, bodegas, e o caso da moradora Sacha, que pôde junto com seu marido, colocar uma banca onde vende artigos e variedades para presente em seu quintal, numa das ruas principais do bairro, com bastante visibilidade. Sacha conta que graças a casa, no espaço que ela possui em termos de área para construção ainda, pensa em construir uma pequena loja para vender suas mercadorias, já que o conjunto habitacional não possui esse tipo de comércio, e que segundo ela, pode ser um investimento certo e rentável.

Situações de desfrute do espaço da moradia constituem também o universo de realizações que a maioria das moradoras pensaram em seus projetos de vida. Artigos de decoração, enfeites e etc. aparecem sempre visualmente nas casas, e na fala das próprias mulheres, pelo prazer que as mesmas possuem em cuidar daquilo que lhes é de posse. A segurança de que ninguém lhes tirará daquele lugar, dá as mesmas a liberdade de criar, cuidar, sentir, desenvolver estima e sentimento de pertencimento, e poder investir na moradia, seja no

aspecto estrutural da casa, até aspectos mais subjetivos como fazer do ambiente um lugar prazeroso de se estar e viver.

Hoje podem receber visitas, oferecer um sofá para que as pessoas possam se acomodar. Cuidar de plantas, comprar móveis de seus apreços e estima. Esses foram os aspectos que mais apareceram como objetivos a serem realizados ainda em suas vidas, neste momento pós-contemplação da casa. Há a informação ainda, de que o programa também fornece um crédito para as moradoras comprarem seus móveis, e que já propiciou iniciativas de troca de móveis antigos como geladeiras, por novas que consumissem menos energia.

Também pensam muito nos filhos, no espaço que eles possuem agora para brincar no quintal de casa e deixar em segurança para saírem de casa e desenvolverem suas jornadas de trabalho; além de terem a consciência de que precisam lutar para conseguir os demais aparelhos sociais do conjunto habitacional que tem lhes faltado, no caso do Nova Vida, como a creche, a reforma da quadra, e o posto de saúde, pois ainda que recorram aos serviços do bairro do João de Deus, as vagas disponíveis são muitos difíceis e o serviço acaba se tornando demorado e inacessível para alguns, inclusive, tendo estas que não encontraram vaga - que buscar em outros bairros para além do João de Deus, o que dificulta seus cotidianos entre tantos malabarismos de sustentar as múltiplas responsabilidades.

6 CONCLUSÃO



Moradora em sua casa, na companhia de criança da vizinhança, após entrevista de pesquisa.

Cabe agora, realizar um balanço e pensar nos resultados encontrados a partir da investigação proposta. O problema de pesquisa desse trabalho busca perceber quais seriam os significados que as moradoras estudadas atribuem à contemplação da moradia pelo programa, haja vista todos os seus contextos de vida e trajetórias percorridas na busca por moradia.

A percepção diante do que foi presenciado em campo, sobre os significados atribuídos por elas às suas trajetórias na busca por moradia, é de que isso se apresentou sempre como uma luta necessária, que, se não travadas por elas mesmas, ninguém faria em seus lugares. Protagonistas de suas vidas, agem imbuídas pela preocupação de buscar segurança para si e para os filhos, principalmente aquelas que já haviam vivenciado outros relacionamentos conturbados. Mesmo as que estavam no seu primeiro casamento, mas, que sofriam algum tipo de subordinação e conflitos na relação, já possuíam a consciência de que alguns desconfortos poderiam ser dispensados se elas tivessem um pouco mais de segurança com relação à seu próprio sustento e sustento dos filhos e de uma moradia, por isso algumas delas permaneciam em certa medida, tranquilas, ao saberem que pelo menos a casa não lhes seria tirada no caso de separarem-se de seus provedores, estes agora não mais totais. Com relação aos cônjuges,

estas mulheres já não suportam os abusos como antes, e nem os mesmos abusos de antes, já que muitas relataram o medo e respeito que estes sujeitos agora possuem de suas figuras, pela posse da casa, e acontecer de eles é que virem a ser expulsos da casa.

No tocante ao contexto de coletividade, hoje não há mais tanta coesão e proximidade como antes enquanto grupo, como havia entre as mulheres que compartilharam da situação de vida em movimentos de ocupação urbana, mesmo e apesar das tentativas de algumas da criação do Clube de Mães do conjunto habitacional – que acabou sendo desativado devido a limitações financeiras e continuidade da disposição das moradoras que estavam diretamente envolvidas com o projeto.

O fato de elas hoje disporem de uma vida relativamente melhor que a anterior à aquisição da moradia, faz com que se deem o direito de descansar da movimentação e agitação quando dos contextos de luta política, pois esses movimentos colocam-nas fora de casa, na relação com ambiente público, e acaba por tirar de seu controle a rotina do cotidiano padrão a qual muitas estão acostumadas. Esses movimentos de vida se assemelham com mergulhos, nos quais é preciso retornar a superfície em busca de fôlego, e voltar a imergir, sobretudo porque em nenhum momento elas consideram como encerradas as lutas de suas vidas.

Esse “descanso” não quer dizer que tenham perdido a consciência de luta política, muito pelo contrário. O que se pode perceber é que agora mais do que nunca, reafirma-se para elas que há motivos para continuar acreditando na importância dessas reivindicações, e da luta política, mesmo porque, não havendo demanda, não haveria razão de ser das diretrizes que guiam a política habitacional do programa MCMV que garante às mulheres a titularidade do imóvel e prioridade nos sorteios.

Distantes de um ideal de perfeição, elas hoje passam a viver um outro e novo momento de suas vidas, que foram estas significativamente marcadas pela conquista do imóvel, mesmo quando a falta de emprego para algumas delas ainda limite bastante suas independências, pois as despesas com a casa e com os filhos são de custo alto para manterem sozinhas.

Ao disporem do benefício da Bolsa Família, elas conseguem arcar com alguns desses gastos, e ter um pouco mais de voz e vez, e seu poder de barganha dentro do núcleo familiar, sem esquecer do fato de que muitas delas pagam a parcela da moradia do PMCMV com o

dinheiro que recebem do benefício. Embora algumas ainda pensem essa participação financeira, por meio do benefício, como uma “ajuda”, com o bem da moradia a compreensão é um tanto diferente. Nesse caso, há uma percepção de que, além da garantia da lei que lhes cobre nos casos de separação, existe um reconhecimento de todo o seu trabalho e protagonismo no ambiente doméstico durante tantos anos e gerações (ainda que ao mesmo tempo este se depare com uma enorme desilusão na mudança social por meio dos representantes políticos brasileiros), ficando o marido totalmente alheio a isso, já que eles não ocupam o mesmo lugar de fala que elas na sociedade.

Diante dessas transformações, e mesmo que a passos lentos, o “posto” de patriarca dos companheiros passa a ser abalado cada vez mais devido a cada pequena e significativa conquista alcançada pelas mulheres – empoderando-as por fazê-las se sentirem também sujeitos de direitos – assim, outras ganham liberdade para que outras formas de ser mulher sejam reformuladas, já não mais tão essencializadas, aumentando as possibilidades desta conquista ter sido transformadora também no aspecto das subjetividades e valores desses sujeitos, que agora e a cada conquista podem romper com quaisquer determinações outras que não sejam de seus interesses. Estas constatações deixam o indicativo de que a questão tratada neste trabalho, longe de se esgotar, propicia tantas outras novas.

REFERÊNCIAS

- AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Letra Capital. 428 p., Produção discente. Rio de Janeiro, 2015.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Trad: José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. – Porto Alegre: Artmed 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa / coordenada por Uwe Flick).
- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero**: revisitando o debate. PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.17, N.2, P.41 – 52, 2005.
- AZEVEDO, Sérgio. **A crise da política habitacional**: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.
- BANCO MUNDIAL. **Igualdade de Gênero e Desenvolvimento**, Washington: World Bank, 2012, pp.1-45.
- BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil**. CEPAL - Série Mujer y Desarrollo. Santiago de Chile, n.66, 2005.
- BRANCO, Adélia; VAINSENCER, Semira Adler. **Gênero e globalização no vale do São Francisco**. Ciência e trópico, Recife, v.30, n.1, p.29-50, jan./jun. 2002
- BRANCO, Adélia; VAINSENCER, Semira Adler. **Trabalhadoras e agrotóxicos no submédio São Francisco**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, 2001.
- BRASIL – IBGE - **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- BRASIL – IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 8 - Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/SF/legislacao/const/>. Acesso em: dez. 2009.
- BRASIL. **Compilado geral do governo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida**. Acessado em 11 de julho de 2016, às 13h17. Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida_p_df.
- BRASIL. **Estatuto das Cidades**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Minha Casa Minha Vida**. 2009.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Desafios da Habitação: a realidade da moradia no Brasil**. *Observatório das Metrópoles*. 2012. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=370%3A%20Desafios-da-habita%C3%A7%C3%A3o-a-realidade-da-moradia-no-brasil&Itemid=165&lang=pt#. Acessado em 19 de agosto, 2016.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, 2007.

COSTA, Joana Simões. PINHEIRO, Luana. MEDEIROS, Marcelo. QUEIROZ, Cristina. **A Face Feminina da Pobreza**: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, novembro de 2005 Ipea texto para discussão | 1137 | nov. 2005

D'AMICO, Fabiano. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal em O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa** | Trabalhos Premiados. Curitiba, 2011. p.33–54.

DA MATTA, Roberto. **O Ofício do Etnólogo** ou “Como ter Anthropological Blues”. In

DAMIANI, O. **Diversificação Agrícola e Redução de Pobreza**: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não-Tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan-mar. 2003.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas**: evolução e impasses. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>, acessado em 14 de julho, 2016, às 20h28min.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Edésio. **Do código civil ao Estatuto da Cidade**: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In VALENÇA, Marcio (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, p. 43 – 62.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fioro. **Minha Casa, Minha Vida**: uma análise muito interessante. 2009. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minhavidaanalise-muito.html> . Acesso em: 15/04/2010.

FLICK, Uwe. Métodos de Pesquisa – **Introdução à Pesquisa Qualitativa** – Tradução: José Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2009.

GEERTZ, Clifford, 1989. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara.

GOUVEIA, Taciana. **Gênero e Reforma Urbana** – Mulheres: Sujeitos ocultos das/nas cidades. 2005. Disponível em: <www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em: 15 de agosto, 2016.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. trad. Jair Pinheiro, FFC/UNESP/ Marília. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>

HEILBORN, Maria Luiza. “De que gênero estamos falando?” **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano 1, n. 2, CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniéle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

LEÓN, Magdalena de (2001). **El empoderamiento de las mujeres**: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, no. 13, pp.94-106.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional** / Denise Furtado Alencar. Lima. —.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Mulheres Chefes de Família e A Perspectiva de Gênero**. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução – Argonauts of the Western Pacific**. I. DURHAM, Eunice. FERNANDES, Florestan. Malinowski. (Org.) Coleção: Grandes Cientistas Sociais. Ed. Ática, São Paulo. 1986.

MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 901-908, setembro-dezembro/2009.

MORAES, Lúcia; DAYRELL, Marcelo. **Direito Humano à moradia e terra urbana**. Curitiba. 2008. [Cartilha]

MOTTA, Luana Dias. **A Questão da Habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito a cidade**. 2014. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acessado em 12 de julho de 2016, às 20h59min.

NANES, Giselle. **Mulheres Titulares do Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida**. EdUFPE, Recife, 2016.

NASCIMENTO, Denise Morado. TOSTES, Simone Parrela. **Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. 2011** (1) Publicidade oficial do programa “Minha Casa Minha Vida” [Caixa Econômica Federal / Governo Federal]

OLIVEN, Ruben. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. 6ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PEIRANO, Marisa. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

ROCHA, Edna Maria da S. et al. **O protagonismo feminino: uma análise da representatividade da figura feminina no programa bolsa família no município de Caxias – MA, no Bairro José Castro**. (2010). Disponível em: < www.partes.com.br/protagonismofeminino.asp >. Acesso em: 15 de set. 2011.

ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes** (entrevista). Revista *e-metropolis*, nº 05 ▪ ano 2 | junho de 2011

ONU – Organização das Nações Unidas – Cartilha: **Como fazer valer o direito à moradia das mulheres?** 2012. Relatora especial: Raquel Rolnik. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?p=4671&lang=pt>.

ROLNIK, Raquel. Relatora especial para o Direito à Moradia da ONU. *Rede de Tecnologia Social*, 27/05/2009. Disponível em <http://www.rts.org.br/entrevistas/entrevistas-2009/raquel-rolnik/>. Acesso em Fev. 2011.

SAEZ, Óscar C. **Esse Obscuro Objeto de Pesquisa**. 1ª ed., do autor, Santa Catarina, RS. 2013.

SAFFIOTI, H., **A Mulher na Sociedade de Classes**, Editora Vozes, R.J., 1976.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM – UFBA, Salvador, 5-10 de junho, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf> . Acessado em 13 de agosto de 2016, às 15h02min.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____ **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, pp.:28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1992].

SCOTT, Russell Parry. SANTOS. Dayse Amâncio. **Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco – PE**. Vivência, Revista de Antropologia. n. 43|2014|p. 29-46

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUTO JR, J. Fernando. SILVA, Camilla de Almeida. SILVA, Guilherme José Mota. **Ação Sindical no Vale do São Francisco: Relações de Gênero e Trabalho**. IV Seminário de Trabalho e Gênero: Protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas. fsoutojr@hotmail.com (2012)

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em: www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acessado em: 26 de junho de 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. FIGUEIREDO, Ademir. **Habitação no Brasil: uma introdução a uma literatura recente**. Ano ?. Disponível para download em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=341&Itemid=435. Acessado em 11 de julho, 2016, às 15h50min.

VALLADARES. Lícia do Prado. **A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

ZARIAS, Alexandre. FERREIRA, Suzy Luna N. G. QUEIROS, Felipe Resk. **Mulheres e o direito à moradia: a função social da propriedade na perspectiva de gênero**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/49/193>. Acesso em 28 de agosto, 2016.

ANEXO A – FOTOS

Fotografias do Conjunto Habitacional



Casas recém-entregues aos moradores e moradoras



Praça do Nova Vida I



Entrada principal do Conjunto Habitacional Nova Vida



Conjunto Habitacional Nova Vida e a habitação das pessoas no espaço por meio de suas intervenções nas estruturas (placas, pinturas)